



Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil

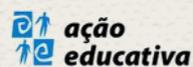
RELATÓRIO FINAL

Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil

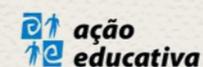
Preparado pelo Instituto Reos

— JUNHO 2015 —

CONVOCADORES



FINANCIADORES



INSTRUÇÕES

COMO NAVEGAR PELO DOCUMENTO

INDICADOR DO CAPÍTULO

Nº DA PÁGINA

☰ MENU DE NAVEGAÇÃO

Clique no botão ☰ para abrir o menu. Em seguida, clique sobre a seção desejada.

Para fechá-lo, clique no botão ✕.

➤ BOTÕES INTERATIVOS

Utilize os botões para navegar por conteúdos interativos, como vídeos e tabelas.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Mensagem do grupo convocador

CAPÍTULO 1

O que são cenários?

Introdução ao processo e metodologia de cenários

CAPÍTULO 2

Contexto da Educação Brasileira

Contextualizando a educação brasileira: trajetória recente, situação atual e perspectivas sociopolíticas

CAPÍTULO 3

Cenários transformadores para a Educação Básica no Brasil

Como ler os cenários

Resumo dos cenários

Comparação dos cenários

CANÁRIO-DA-TERRA

BEIJA-FLOR

FALCÃO-PEREGRINO

TICO-TICO

CAPÍTULO 4

Como utilizar os cenários?

Como utilizar os cenários?

Os 4 passos-chave para o diálogo embasado nos cenários

Uso dos materiais

CAPÍTULO 5

Participantes, financiadores e parceiros

Participantes e financiadores

A equipe de cenários

Os entrevistados

ANEXO

Glossário e fontes

Glossário

Fontes



Introdução

MENSAGEM DO GRUPO CONVOCADOR



Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil



INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO GRUPO CONVOCADOR

No contexto desafiante pós-aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, o desenvolvimento do projeto **Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil** se constituiu em um exercício coletivo de análise da conjuntura e de construção de possíveis futuros para a Educação Básica brasileira nos próximos 17 anos. Esse exercício teve como base o diálogo entre diferentes perspectivas políticas, muitas das quais estiveram em conflito no processo de tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional.



Com base em uma metodologia inovadora, já utilizada internacionalmente na abordagem de realidades e questões complexas, as oficinas dos cenários para a Educação Básica brasileira reuniram um grupo de 41 pessoas vinculadas a diferentes instituições públicas e privadas, organizações, redes e movimentos da sociedade civil. Outras 30 pessoas foram entrevistadas e contribuíram com vários insumos para o processo. A quase totalidade do grupo é de pessoas com trajetórias de vida marcadamente dedicadas à educação brasileira.

Tendo como base o direito à educação, o diálogo entre perspectivas diferentes – e muitas vezes conflitantes – não teve explicitamente como objetivo final a construção negociada de um pacto ou de uma agenda de ação comum entre os participantes. Muito ao contrário, o desenvolvimento dos Cenários para a Educação Básica se constituiu em um espaço de encontro e de escuta ativa que não pretendeu em nenhum momento amortecer ou esvaziar conflitos e diferenças.

O processo também partiu do entendimento de que as instâncias públicas de participação e controle social, conquistadas pela sociedade brasileira, como as Conferências Nacionais de Educação, constituem-se nos espaços legítimos para a disputa, a negociação e a construção de uma agenda que influencie efetivamente as

políticas educacionais. É dessas instâncias e processos públicos, amplos e democráticos, que deve resultar a agenda que efetivamente pautar os rumos da política educacional brasileira, na perspectiva da garantia do direito humano à educação de todas e todos.

Os cenários não são previsões ou desejos. Eles expressam possibilidades, desafios, alertas e riscos para a educação brasileira. Eles não apresentam somente uma visão de futuro. Na verdade, os quatro cenários apresentados nesta publicação estão entre nós há muito tempo. São “velhos conhecidos”, constituindo-se em perspectivas em disputa na complexa e desigual realidade educacional brasileira, cada um deles com maior ou menor força conforme o contexto político.

Esperamos que esse exercício coletivo contribua para enriquecer e estimular o debate público em diferentes lugares – das escolas e comunidades à sociedade em geral – sobre a Educação Básica brasileira para além das questões, das possibilidades e, inclusive, dos cenários que foram elaborados por esse grupo de pessoas neste momento no país.

Tal exercício contido nos cenários não teve a pretensão de oferecer respostas nem de afirmar verdades, mas de se constituir em uma provocação para que muitas outras análises, reflexões,

conversas e disputas nutram, politizem e ampliem a roda daquelas e daqueles que atuam pela construção cidadã do futuro da Educação Básica em nosso país.

Ação Educativa – *Denise Carreira*

Campanha Nacional pelo

Direito à Educação – *Daniel Cara*

GIFE – *Andre Degenszajn*

Todos Pela Educação – *Maria Lucia*

Meirelles Reis

UNDIME – *Cleuza Rodrigues Repulho*

*Membros do Grupo Convocador do Projeto
Cenários Transformadores para a Educação
Básica no Brasil*

Capítulo 1

O QUE SÃO CENÁRIOS?



Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil

O QUE SÃO CENÁRIOS?

INTRODUÇÃO AO PROCESSO E METODOLOGIA DE CENÁRIOS

Cenários são histórias que descrevem o que poderia acontecer no futuro, e não o que acontecerá (previsões) ou o que deveria acontecer (recomendações). Construir cenários é um exercício de suspender nossos desejos e nossas respostas, olhar para além de nossas previsões e projeções e nos abrir para pensar uma variedade de futuros possíveis. O valor desse exercício está em proporcionar uma experiência compartilhada que questiona abertamente nossos pressupostos, contribuindo para o debate público, para inspirar, estimular e informar estratégias, decisões e ações que influenciem a realidade da educação no Brasil. Os cenários, por serem resultado de um processo coletivo de perspectivas diversas, oferecem a vantagem de apoiar os debates sem comprometimento com uma determinada posição. Os cenários nos permitem lidar com o fato de que, embora não possamos prever ou controlar o futuro, podemos trabalhá-lo e influenciá-lo.

O planejamento de cenários transformadores tem sido usado nos últimos 20 anos em contextos diversos e complexos. Por exemplo, na transição do apartheid na África do Sul, nos momentos de maior conflito na Colômbia, no pós-guerra civil na Guatemala e na questão das drogas nas Américas num momento de grande incerteza e debate.

Os **Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil em 2032** foram construídos por uma equipe de brasileiros do campo da educação: movimentos sociais, governo, organizações internacionais, formadores de opinião, institutos e fundações empresariais, sindicatos, professores, diretores, pais, estudantes, acadêmicos (professores e pesquisadores) e organizações que representam a diversidade encontrada na população (pessoas com deficiência, LGBT, indígenas), os diferentes níveis da educação (Educação Infantil, Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional) e

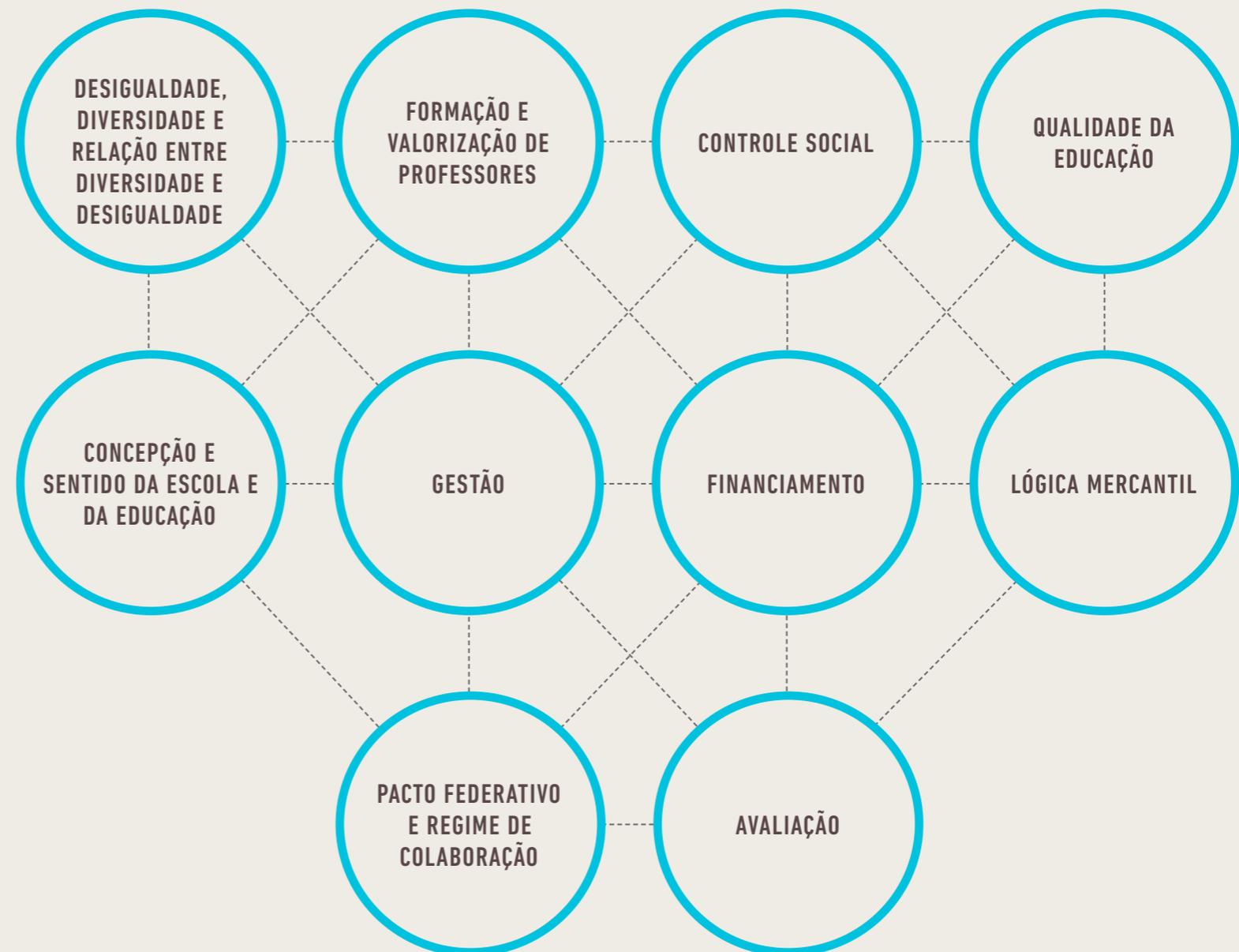
de temas (sustentabilidade, inovação e cultura digital, justiça). Tais atores são líderes no campo da educação, envolvidos e comprometidos com sua melhoria da educação no Brasil. O que se procurou garantir é que os participantes representassem uma parte importante do campo da educação brasileira.

Os cenários foram criados a partir de 71 entrevistas, em profundidade, realizadas com pessoas envolvidas com o tema, além de três oficinas com um total de sete dias nos meses de agosto, setembro e novembro de 2014. Durante as oficinas, um grupo de aproximadamente 40 pessoas dialogou intensamente entre si e com o material produzido a partir das entrevistas. Mapearam as principais preocupações e forças para o tema, além das certezas e incertezas sobre o futuro da Educação Básica no Brasil. Construíram e escolheram histórias sobre o futuro da Educação Básica no Brasil que acreditaram ser relevantes, desafiadoras, plausíveis e claras, contribuindo para o debate público sobre o tema.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

A construção dos cenários segue um processo rigoroso, que é, ao mesmo tempo, analítico e criativo. A equipe começa por identificar sua agenda estratégica, ou seja, quais são os temas mais importantes quando olhamos para a Educação Básica no Brasil.

PRINCIPAIS TEMAS DESTACADOS

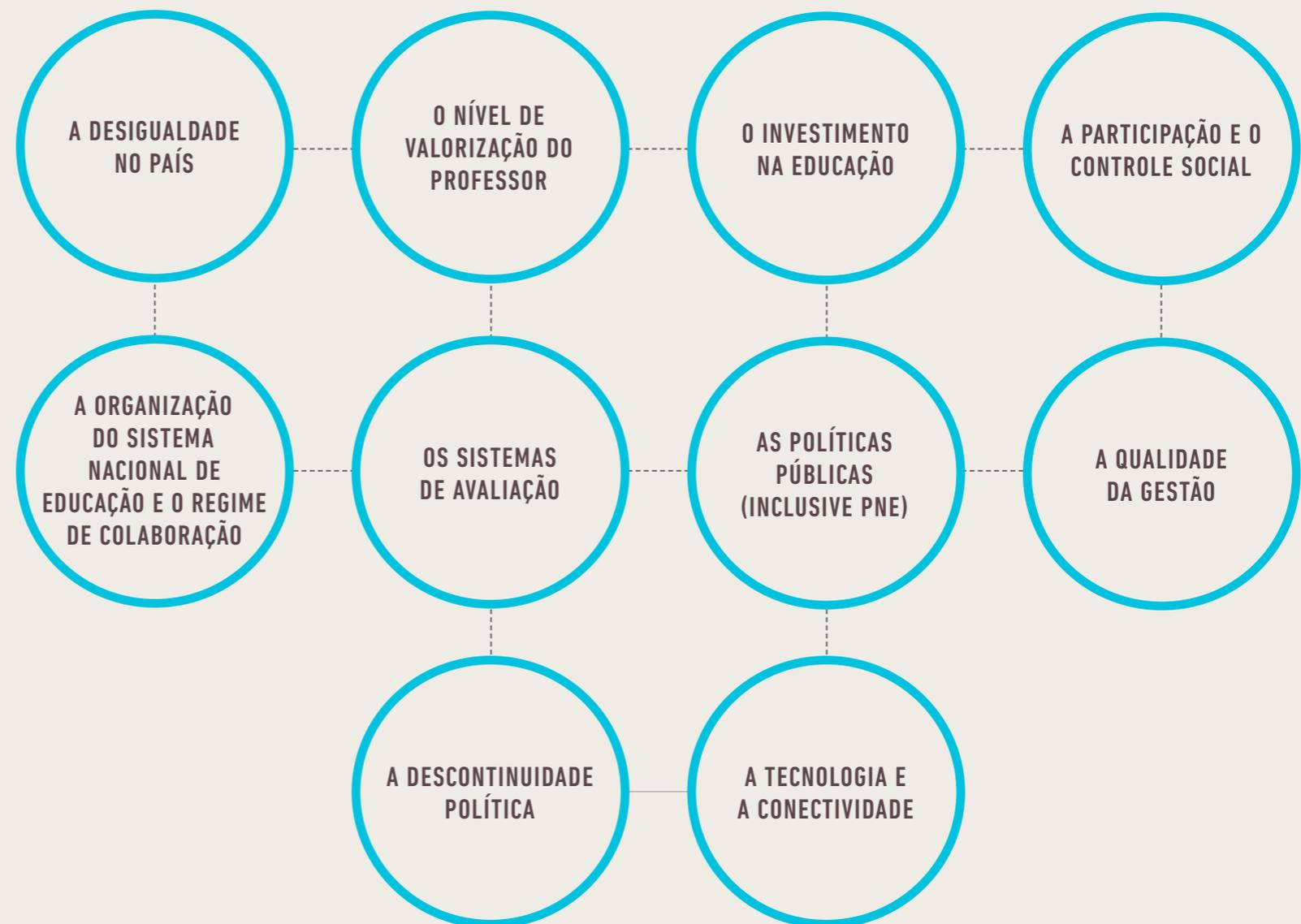


Em seguida, o grupo define o horizonte dos cenários. Para os cenários para a Educação Básica no Brasil, o grupo escolheu o ano de 2032, por ser o centenário do manifesto dos pioneiros da educação nova, por ser uma data além do final do segundo PNE e por ter um horizonte de tempo suficiente, 17 anos, para mudanças no sistema educacional do Brasil.

Depois, o grupo faz um mapeamento das forças motrizes. Essas forças, que podem ser sociais, tecnológicas, ambientais, econômicas e políticas, existem no contexto em que a Educação Básica se encontra. Qualquer mudança em uma força motriz pode ter um grande impacto nos temas da agenda estratégica. Após identificar as forças, a equipe as classifica em dois eixos: previsibilidade e impacto.

Na construção dos cenários o que mais importa são as forças que têm alto impacto.

AS FORÇAS DE MAIOR IMPACTO PRIORIZADAS PELO GRUPO

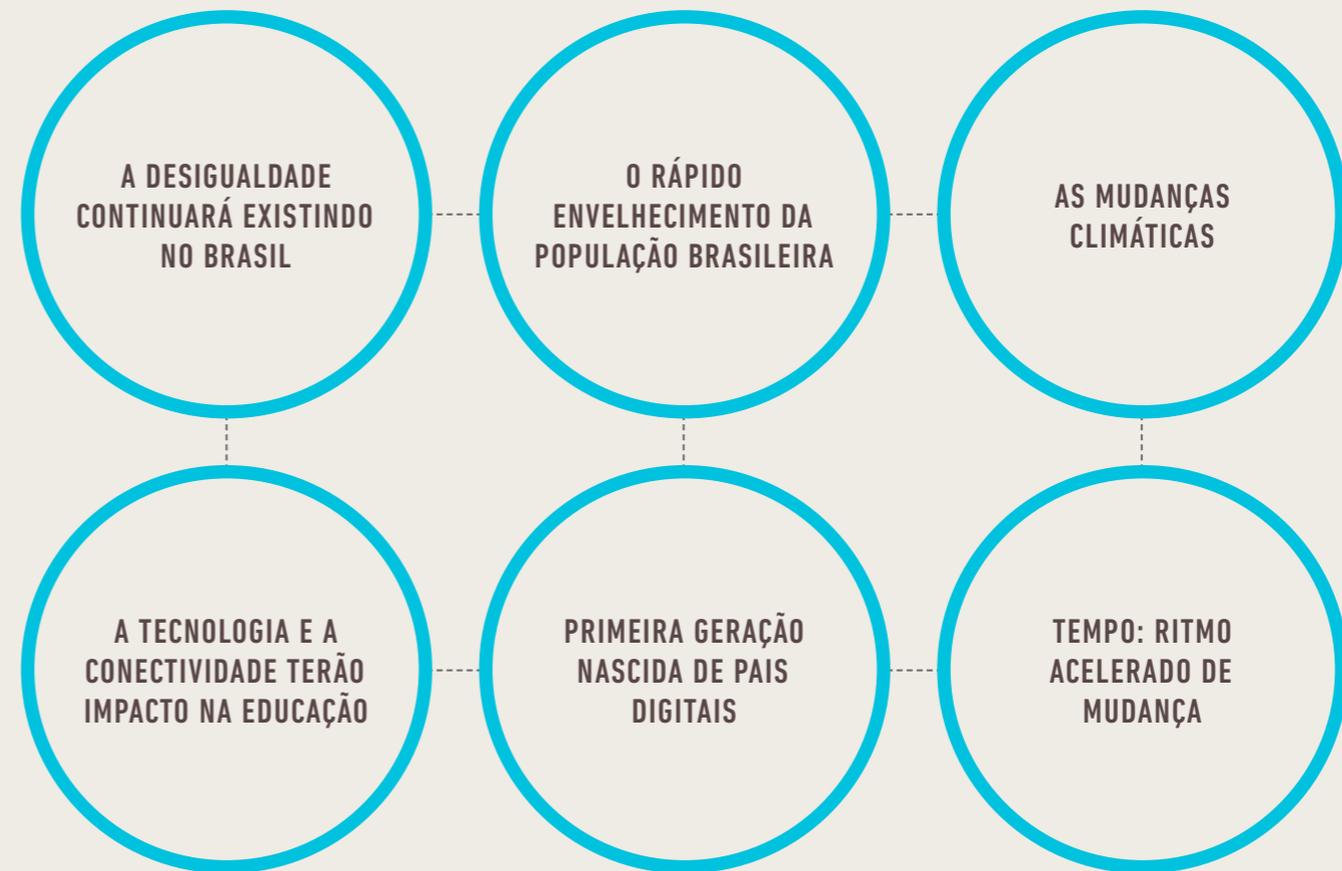


Outras forças importantes mapeadas pelo grupo foram:

- *A influência de grupos conservadores e religiosos;*
- *A privatização da educação;*
- *A influência do contexto global e econômico;*
- *A diversidade, a inclusão e a discriminação;*
- *O nível de preocupação da sociedade com a educação;*
- *A qualidade da formação de professores;*
- *As mudanças climáticas;*
- *O envelhecimento da população;*
- *O bônus demográfico;*
- *Os paradigmas da função social da escola e a emergência de novos modelos de escola;*
- *O sistema jurídico;*
- *O papel da mídia;*
- *O nível de diálogo e a colaboração multissetorial.*

Uma vez definidas as forças de alto impacto, a equipe diferencia aquelas que são facilmente previsíveis e as que são imprevisíveis. As forças previsíveis, chamadas de certezas, passam a compor todos os cenários. Dentre as certezas (até 2032) desse processo, podemos destacar as seguintes:

CERTEZAS



As forças imprevisíveis, ou incertezas, diferenciam um cenário do outro. Há muitas incertezas para a educação em 2032:

- *Em que medida as políticas educacionais terão impacto na dinâmica da desigualdade social?*
- *Conseguiremos ir além da inclusão precária na vida e na aprendizagem como resposta às desigualdades?*
- *Haverá avanços no combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero?*
- *Toda criança e adolescente com deficiência, TGD (transtornos globais do desenvolvimento) e altas habilidades estará em escolas regulares/comuns?*
- *Terá impacto o aumento do investimento na qualidade da educação?*
- *Os recursos para a educação vão chegar à ponta?*
- *É possível atingir 10% do PIB, previsto no PNE, sem uma reforma tributária?*
- *O investimento total na educação e a proporção no setor privado aumentarão?*
- *A qualidade da gestão melhorará?*
- *Terá aumento da influência do contexto global/internacional nas políticas educacionais nacionais?*
- *O crescimento da força política de grupos conservadores religiosos tornará mais difícil a valorização efetiva da diversidade sexual, de gênero e étnico-racial?*
- *A implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e o regime de colaboração conseguem corrigir assimetrias?*
- *Qual será a postura da União, Estados e municípios na implementação do regime de colaboração e da intersectorialidade de políticas públicas?*
- *Conseguiremos estabelecer de fato um SNE?*
- *Avançaremos no desenvolvimento de mecanismos de pactuação entre os entes federados?*
- *É possível aprimorar canais de participação e controle social que favoreçam e não fragilizem a força dos movimentos sociais, podendo, assim, influenciar efetivamente a tomada de decisão?*
- *A participação social terá um papel relevante na melhoria da educação?*
- *A participação social brasileira aumentará? Qual será o impacto da mercantilização da educação na formação de cidadãos no médio/ longo prazo?*
- *O nível de diálogo e colaboração entre diversos atores promoverá a definição de novos paradigmas sobre a função da escola e suas relações com as famílias e as comunidades, incrementando a inclusão e evitando a discriminação?*
- *A disputa entre a lógica democrática de direito e a lógica mercantil vai continuar?*
- *Conseguiremos desenvolver um sistema de avaliação que consiga mensurar os aspectos mais relevantes da qualidade da educação?*
- *A avaliação vai incorporar questões de contexto extraescolar?*
- *A formação inicial no Brasil vai conseguir preparar o professor para a função docente?*
- *Haverá valorização do magistério?*
- *A tecnologia e a conectividade vão transformar as formas de aprender e ensinar?*

Considerando as certezas e as incertezas, os participantes depararam com mais de 50 cenários possíveis, tendo o desafio de agrupar e selecionar as características mais importantes. No processo de escolha, eles se orientaram por critérios que garantissem que os cenários inspirassem estratégias, decisões e ações no futuro. Assim, os cenários deveriam ser:

- **relevantes:** *abordar questões importantes para quem tem interesse no tema;*
- **desafiadores:** *ajudar as pessoas a olhar para opções antes impensáveis ou imperceptíveis e desafiar a maneira atual de pensar sobre a realidade;*
- **plausíveis:** *ser razoável acreditar que eles podem ocorrer, pois estão baseados em fatos e possuem uma lógica;*
- **claros:** *fáceis de lembrar e simples de descrever. É possível distinguir as particularidades de cada história.*

A criação de histórias que sejam, ao mesmo tempo, plausíveis e desafiadoras não é uma tarefa simples. Criar histórias que qualquer um já imaginou, ou poderia imaginar sozinho, não justifica um processo como esse, envolvendo dezenas de pessoas e muitas horas de trabalho. A riqueza das histórias que você lerá está na capacidade que revelam de se aproximar os limites da plausibilidade sem, entretanto, cruzar a

ponte para o reino do absurdo ou do impossível.

A equipe, após muito debate, conseguiu chegar a quatro cenários distintos entre si. O passo seguinte foi imaginar uma série de fatos que aconteceriam entre 2015 e 2032 para que cada cenário se realizasse em 2032. Esses “fatos” são imaginados, porém baseiam-se em dados e casos reais que serão apresentados ao longo deste relatório. Tecidas nas narrativas, foram inseridas citações (em negrito) das entrevistas conduzidas no início do processo, que dialogam com o conteúdo das narrativas.

A Equipe de Cenários os batizou com nomes de pássaros para representar as características deles e para serem mais fáceis de memorizar. A equipe decidiu chamar os quatro cenários com nomes de quatro pássaros encontrados no Brasil: **Canário-da-Terra, Beija-Flor, Falcão-Peregrino e Tico-Tico**. Os nomes dos pássaros foram escolhidos por trazer uma dimensão simbólica, por ter neutralidade, sem carregar um juízo de valor, além de ser instigante, promovendo a curiosidade.

Após as oficinas, o presente relatório foi escrito pelo editor de cenários em conjunto com a equipe do Instituto Reos, que compartilhou o documento em várias ocasiões com a Equipe de Cenários e recebeu sugestões da equipe. O Cenpec realizou uma revisão jornalística e,

então, foi criada a versão final do documento. **Sendo assim, este documento não reflete a opinião individual dos membros da Equipe de Cenários nem das instituições em que atuam.**

TEORIA DE MUDANÇA

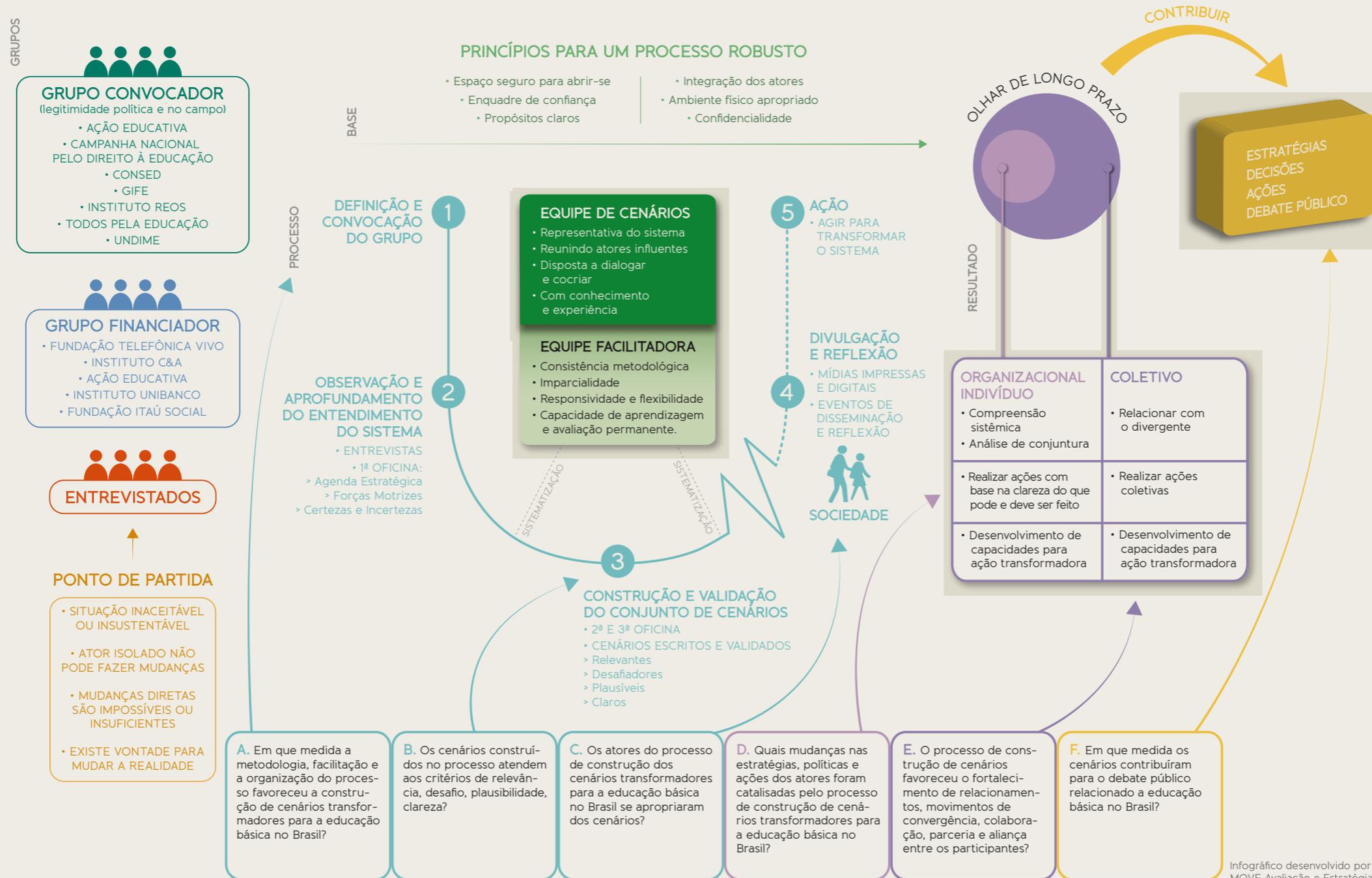
Em parceria com a Move – Avaliação e Estratégia em Desenvolvimento Social, foi criada a Teoria de Mudança para os Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil. O ponto de partida para um processo de cenários transformadores é o reconhecimento de uma situação inaceitável ou insustentável, que um ator isolado não pode mudar o sistema, que mudanças diretas são impossíveis ou insuficientes e que existe vontade para mudar a realidade. Os atores incluem o *Grupo Convocador*, que mapeia e convida pessoas para participar do processo, um *Grupo Financiador*, que contribui para o projeto financeiramente e com participação no processo, os *Entrevistados* (71), a *Equipe de Cenários* (41) e a *Equipe Facilitadora*.

Os cenários contribuem para um olhar de longo prazo e o debate público e inspira, estimula e informa estratégias, decisões e ações no campo da educação no Brasil. ●



Veja o infográfico da Teoria de Mudança na página 13.

INSTITUTO REOS / CENÁRIOS TRANSFORMADORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL / TEORIA DE MUDANÇA



Infográfico: Teoria de Mudança (Instituto Reos e Move - Avaliação e Estratégia em Desenvolvimento Social)

Capítulo 2

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TRAJETÓRIA RECENTE, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS SOCIOPOLÍTICAS

por Fernando Luiz Abrucio (FGV–SP) e Lara Simielli (FGV–SP)

A Constituição de 1988 significou uma grande mudança no quadro legal da política educacional brasileira. Pela primeira vez na história, a educação tornou-se efetivamente um direito, de modo que caberia ao Estado garantir, de forma obrigatória, o ensino das crianças de sete a 14 anos. Outros dispositivos constitucionais apontaram a necessidade de ampliar a oferta em todos os níveis e modalidades de ensino, algo que foi reforçado, na década seguinte, pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Foi iniciado, assim, um ciclo de transformações inédito no Brasil, pois o país, desde a independência, nunca conseguira colocar a educação no centro da agenda pública. Já tinha havido uma tentativa de mudar esse cenário, com o arrojado e visionário Manifesto dos Pioneiros, de 1932, mas, infelizmente, ele fracassou.

Os dados relativos ao cenário educacional brasileiro foram retirados das seguintes fontes: Censo Escolar (Inep), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Ibope, InepData (Inep), Ideb – Resultados e Metas (Inep), Ministério da Educação (MEC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), Sinopse Estatística da Educação Básica (Inep), Observatório do PNE, Todos Pela Educação.

Esse atraso secular, mais evidente quando comparado a nações desenvolvidas e mesmo a vizinhos latino-americanos, dimensiona o tamanho do desafio que o Brasil enfrentou nas últimas duas décadas e meia. Diversos atores sociais e governamentais mobilizaram-se pelo direito à educação e muitas transformações ocorreram. A situação atual demonstra a enorme ampliação da política educacional nesse período, criando um dos maiores e mais complexos sistemas de ensino do mundo.

Em 2013, havia aproximadamente 50 milhões de estudantes matriculados na Educação Básica no Brasil, incluindo os alunos do ensino regular, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial, de acordo com o Censo Escolar (Inep/MEC). A rede pública é responsável por mais de 80% dessas matrículas, principalmente no âmbito municipal. Na Educação Básica, esses alunos estudam em cerca de 200 mil estabelecimentos, com mais de 2 milhões de docentes.

Os números relativos à educação no Brasil vêm apresentando significativas conquistas. Em 2013, 93,6% das crianças e jovens entre quatro e 17 anos estavam matriculados e frequentando a escola, ou já tinham concluído o Ensino Médio – uma taxa de atendimento que vem crescendo ano a ano. As taxas de abandono vêm decaindo, assim como as taxas de distorção idade-série.

Por conta disso, mais alunos estão concluindo os ensinos Fundamental e Médio em comparação com anos anteriores.

Atualmente, o investimento público direto na Educação Básica é de 4,7% do PIB, a maior taxa desde 2000, e o gasto médio por aluno é de R\$ 5.495, de acordo com estimativa do Todos pela Educação.

Apesar dos avanços, porém, é importante lembrar que as conquistas ainda estão longe das metas e distantes de um cenário ideal. Com relação ao fluxo, por exemplo, mesmo com a queda nos anos recentes, as taxas de evasão ainda são bastante elevadas nos anos finais do Ensino Fundamental e, principalmente, no Ensino Médio. Ainda há, de acordo com o Observatório do PNE, cerca de 2,9 milhões de crianças e jovens de quatro a 17 anos fora da escola – desse total, cerca de 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar no Ensino Médio. Apesar do aumento no número de concluintes, apenas 71,7% dos jovens de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental e 54,3% dos jovens de 19 anos concluíram seus estudos em 2013 – no Ensino Médio, a taxa de abandono foi de 8,1%, a mais alta dentre todas as etapas de ensino. Vê-se, assim, que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a universalização do ensino no Brasil.

Se do ponto de vista da cobertura escolar, mesmo com problemas, o Brasil teve avanços inegáveis, em relação à qualidade do ensino os indicadores de desempenho dos alunos não têm tido melhoras significativas, resultando numa situação de quase estagnação num baixo patamar de desempenho.

O desempenho dos alunos nos anos recentes vem apresentando melhoras no Ensino Fundamental, diferentemente do que ocorre no Ensino Médio. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o desempenho médio no Saeb, de 2005 a 2013, teve um crescimento de 16% em matemática e de 14% em português; nos anos finais, o crescimento, no mesmo período, foi de 4% em matemática e 5% em português. No Ensino Médio, por fim, o desempenho médio permaneceu praticamente estável de 2005 a 2013, como mostram os dados na próxima página. →

DESEMPENHO DOS ALUNOS BRASILEIROS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil (8º/9º EF – Mat.)	239,5	247,4	248,7	245,2	249,6
Brasil (8º/9º EF – Port.)	231,8	234,6	244,0	252,8	243,9
Brasil (4º/5º EF – Mat.)	182,4	193,5	204,3	190,6	211,2
Brasil (4º/5º EF – Port.)	172,3	175,8	184,3	209,6	195,9
Brasil (3º EM – Mat.)	271,3	272,9	274,7	268,6	269,3
Brasil (3º EM – Port.)	257,6	261,4	268,8	274,8	263,2

Fonte: Elaboração própria.

É fundamental notar, contudo, que o desempenho médio dos alunos ainda é muito baixo, em todas as etapas. De acordo com estimativa do Todos Pela Educação, que avalia a porcentagem de alunos que aprenderam o conteúdo adequado à série que frequentam, apenas 29% dos alunos concluíram o nono ano com o aprendizado adequado em português e 16% em matemática. O Ensino Médio tem um cenário ainda mais alarmante, principalmente em matemática: apenas 9% dos alunos concluíram o terceiro ano do Ensino Médio com o conhecimento adequado – em português, foram 27% dos alunos.

O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que agrega os indicadores de fluxo escolar e de médias de desempenho nas avaliações, também revela um cenário preocupante: nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Ideb foi de 5,2; nos anos finais, de 4,1; e, no Ensino Médio, de 3,7. O objetivo é alcançar seis pontos em 2022, média educacional dos países desenvolvidos.

O baixo desempenho fica ainda mais evidente em comparação a outros países. No PISA 2012 (Programme for International Student Assessment), programa internacional de avaliação

comparada aplicado a alunos de 15 anos e coordenado pela OCDE, o Brasil tem desempenho abaixo da média em matemática (entre a 57 e 60ª posição), leitura (entre a 54 e 56ª posição) e ciências (entre a 57ª e 60ª posição) dentre os 65 países avaliados. Apesar de melhorias significativas no desempenho dos alunos de 2003 a 2012, principalmente dentre os alunos com menor rendimento, o Brasil ainda se classifica dentre os países com pior desempenho, abaixo da média da OCDE e de outros países latino-americanos, como Chile e México (OCDE, 2012).

Esses desafios, tanto relativos à universalização quanto à qualidade, afetam principalmente a parcela mais carente da sociedade: os mais pobres, os negros e os indígenas, a população do campo e as crianças com deficiência. É fundamental que a busca da melhoria do ensino leve em conta o princípio da equidade, pois a desigualdade educacional é um legado histórico e ainda uma marca do país. Desse modo, inclusão e qualidade devem andar juntas no campo da educação.

O país vem buscando reverter esse cenário, aprovando importantes medidas nos últimos anos. A aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2006, foi um importante passo na busca →

pela ampliação das vagas e do atendimento na Educação Básica, principalmente na Educação Infantil, que não estava incluída no antigo Fundef.

Em 2008, foi instituído o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Apesar de importante conquista, a lei ainda não é adotada em sete estados e é adotada apenas parcialmente em outros 14 estados brasileiros, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ainda no final da década passada, foi aprovada a Emenda 59, que tornou a educação obrigatória para crianças de quatro a 17 anos.

Com relação ao Ensino Superior, a adoção de cotas sociais ou raciais de ingresso, a ampliação das universidades federais e a implementação de programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) foram fundamentais para a ampliação das vagas e o estímulo ao ingresso na educação superior. Por conta dessas políticas e programas, o número de alunos no Ensino Superior praticamente duplicou em cerca de dez anos: passou de 1,2 milhão, em 2001, para mais de 2,2 milhões em 2013.

Em junho de 2014, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) após mais de três

anos de discussão foi uma importante conquista do setor. O PNE aponta para diretrizes, metas e estratégias a serem cumpridas nos próximos dez anos. Para o acompanhamento dessas metas, 21 organizações da sociedade civil e do governo lançaram o Observatório do PNE, com indicadores atualizados sobre cada uma das 20 metas propostas no plano.

Os desafios postos à educação brasileira, no entanto, ainda são imensos. Eles estão vinculados à atratividade da carreira do professor, à qualidade do capital humano presente na política educacional, à construção de um modelo de gestão escolar e de redes bem-sucedido, à cooperação entre os entes federativos, à invenção de uma escola diferente e adaptada ao século XXI, ao maior interesse e mobilização da sociedade e, primordialmente, à opção pela educação como principal mecanismo para reduzir as desigualdades históricas do país e produzir uma sociedade mais justa. Colocados numa perspectiva temporal mais longa, finalizada aqui no ano de 2032, centenário do Manifesto dos Pioneiros, todos esses desafios vão além das questões específicas da educação. É preciso compreender os possíveis cenários sociais e políticos para poder antever minimamente as dificuldades e potencialidades que o futuro pode trazer.

Para pensar em elementos para a projeção dos contextos futuros que afetarão a educação, é

preciso começar pelo plano sociodemográfico. Atualmente, de acordo com o IBGE, há mais de 201 milhões de brasileiros. É uma população majoritariamente urbana (taxa de urbanização de 85% em 2013), que vive predominantemente nas regiões Sudeste e Nordeste (42% e 28% da população, respectivamente).

Do total da população, há, atualmente, 31% de crianças e jovens de zero a 19 anos – uma proporção que vem decaindo nos últimos anos. A pirâmide demográfica no Brasil tem se tornado mais estreita, resultado direto da diminuição das taxas de natalidade e fecundidade nos últimos anos: a taxa de fecundidade total passou de 2,39 filhos por mulher em 2000 para 1,77 em 2013.

Por outro lado, há um aumento da população idosa, alargando o topo da pirâmide em comparação a décadas anteriores. Se em 1999 a população idosa (70 ou mais anos de idade) representava 3,9% da população, em 2013 esse percentual cresceu para 5,8%, de acordo com o IBGE. A melhoria das condições de vida no país tem possibilitado que uma criança que nasça hoje tenha uma esperança de vida de 75 anos de idade; se for menina, a expectativa é ainda maior, alcançando 78,5 anos.

A queda da taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida estão relacionados ao

aumento do nível de escolaridade das mulheres e à entrada da mulher no mercado de trabalho, dentre inúmeros outros fatores. Nos últimos anos, foram as mulheres que contribuíram mais fortemente para o incremento da população ocupada no país. Apesar desse aumento, porém, as mulheres ainda têm maior representação nos empregos informais e no contingente de desocupados no Brasil.

O avanço da escolaridade, porém, não tem sido suficiente para reduzir o quadro de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Os dados indicam que, quanto maior for a escolaridade, maior a disparidade por gênero: entre os menos escolarizados, o rendimento-hora das mulheres equivalia a 81% do rendimento dos homens com a mesma escolaridade; entre os mais escolarizados, esse percentual caía para 66%, de acordo com o IBGE.

É notório que houve melhoria na qualidade de vida da população brasileira nos anos recentes. O crescimento econômico aliado a medidas para diminuir a desigualdade de renda, impulsionadas pelo aumento do salário mínimo e pela expansão de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, teve um importante papel nesse sentido. Apesar disso, a desigualdade de renda no país ainda é enorme: de acordo com o IBGE, em 2013, os 10% da população com os maiores rendimentos concentrava 42% da renda

total, enquanto a população no outro extremo – os 10% com os menores rendimentos – concentrava apenas 1% da renda total. Ademais, para continuar nessa trajetória, será preciso aperfeiçoar, continuamente, a ação estatal, especialmente no campo da educação, principal alavanca da economia e fonte de redução de desigualdades a médio e longo prazos.

A variável sociodemográfica aponta mudanças no contexto educacional. Projeções indicam que a base da pirâmide deve ficar cada vez menor no Brasil, o que causaria um impacto direto na educação do país. Em 2060, apenas 18% da população terá de zero a 19 anos, enquanto 34% devem ter mais de 60 anos de idade, de acordo com o IBGE. A título de comparação, em 2000, havia 70 milhões de crianças e jovens de zero a 19 anos, que correspondiam a 40% da população; em 2022, a previsão é de uma queda para aproximadamente 60 milhões de crianças e jovens nessa faixa etária (correspondentes a 28% da população total); e, em 2060, de 39 milhões de crianças e jovens nessa mesma faixa (18% da população total).

Nos próximos anos, é possível imaginar duas situações com maior probabilidade de ocorrer: a primeira, em que será mantido o percentual de investimentos em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB); ou a segunda, caso as metas do Plano Nacional de Educação (PNE)

sejam cumpridas, em que os investimentos irão atingir o patamar de 7% do PIB em 2019 e o equivalente a 10% dele em 2024. Mesmo tendo em conta a mudança da situação sociodemográfica, que reduzirá o tamanho do público a ser atingido, a elevação dos gastos é fundamental porque a qualidade da provisão educacional precisa avançar muito, sobretudo se tomar como base a comparação internacional. Mas não basta ter mais recursos: será fundamental melhorar a gestão da educação.

A situação política tenderá a ser marcada pelo aprofundamento da democracia, em particular, pelo aumento das demandas por melhores serviços públicos. Com o crescimento da escolaridade da população nos últimos 20 anos, somado ao maior acesso à informação e ao maior controle do poder público, a tendência é que a sociedade se mobilize mais para lutar por uma educação melhor. Nos últimos dez anos, pesquisas do Ibope mostram como, paulatinamente, pais cujos filhos estão na escola pública tornaram-se mais rigorosos quanto à qualidade da provisão desses serviços. Tal fenômeno tende a se tornar mais intenso nos próximos anos.

Também é importante notar que tem crescido o número de organizações voltadas à advocacy educacional, e o tema passou a ganhar mais espaço na agenda dos principais formadores de opinião. Essa é outra tendência que se aprofun-

dará nos próximos anos. Os governantes, em comparação ao passado, serão mais cobrados por ações no campo educacional. Na mesma linha, será preciso aperfeiçoar o capital humano presente nas políticas públicas para se dar conta da cobrança crescente.

Entretanto, há visões diferentes sobre a política educacional na sociedade brasileira, algo que tende a continuar, e o grande desafio é como criar consensos básicos não apenas sobre as metas, mas, sobretudo, sobre os meios que deverão ser usados para melhorar a educação. Diante disso, o elemento decisivo no futuro será a construção de capacidades sociais e institucionais de encontrar soluções consensuais dentro de situações de dissenso. A implementação do PNE será o primeiro teste para ver se o Brasil consegue fazer da educação mais do que uma prioridade, tornando-a elemento de aprendizado em prol de uma ação coletiva mais efetiva.



Capítulo 3

CENÁRIOS TRANSFORMADORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL



Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil



COMO LER OS CENÁRIOS

Os cenários começam descrevendo como o Brasil e a educação estarão em 2032, ano definido pelo grupo em função do tempo razoável para a consolidação das mudanças projetadas. Em seguida, são apresentados fatos em ordem cronológica, de 2015 até 2032, que explicam como aquele cenário aconteceu, ou seja, qual foi a trajetória percorrida. Nas caixas foram incluídos casos e referências 📄 que demonstram tendências reais relacionadas ao conteúdo do cenário. Citações das entrevistas ” estão representadas em negrito. No início de cada cenário, existe uma tabela 📊 que descreve o que acontece com os seis diferenciadores definidos pela Equipe de Cenários:

- DIVERSIDADES E DESIGUALDADES;
- PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL;
- PAPEL DO ESTADO;
- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO;
- MODELO DE GESTÃO;
- BALANÇO PÚBLICO-PRIVADO.



RESUMO DOS CENÁRIOS

Nas páginas a seguir os quatro cenários são resumidos para facilitar uma visão geral.



CANÁRIO- DA-TERRA

O **canário-da-terra** é o símbolo desse cenário. Ele está em todas as partes do Brasil, esteve ameaçado de extinção, mas está retomando seu terreno. Acostumado a viver em bandos, preocupa-se com o coletivo, tem espírito de luta ao brigar por espaço, é territorial e possui uma técnica eficiente de alimentação, não dispersora de sementes.

RESUMO

No **cenário Canário-da-Terra**, o sistema educacional brasileiro passa por mudanças importantes. Quase todas as metas do PNE (2014–2024) são cumpridas, graças à atuação do Estado, cobrado e pressionado pela sociedade civil. Essa interação contribui para avanços na educação pública. A cultura de descontinuidade das políticas educacionais é rompida, tendo como centralidade o cumprimento do PNE. O Estado tem um papel fundamental e estratégico na garantia do direito à educação, e a concepção de educação é ancorada nas políticas públicas oficiais e formais, pautadas nas leis e construídas e negociadas com a participação da sociedade civil. Ainda que o Estado seja o responsável pela oferta da educação, há espaço para outras iniciativas, mas são estabelecidos parâmetros claros para determinar a relação entre o público e o privado na educação, considerando a regulação da iniciativa privada. Isso ocorre porque a comunidade escolar, a comunidade educacional e a sociedade exigem a priorização da educação: há uma participação e um controle social forte das políticas públicas. A gestão da escola é democrática e os planos de educação são construídos, acompanhados, monitorados e aperfeiçoados de forma participativa, por meio dos fóruns de educação e das conferências. A escola, em formato tradicional, mas com algumas experiências inovadoras, tem a função de democratizar o acesso ao conhecimento e garantir a apropriação da cultura. As desigualdades educacionais diminuem sensivelmente, mas não há uma superação da discriminação e do preconceito no cotidiano escolar e nas políticas educacionais. A melhora da qualidade da escola pública aumenta a matrícula da classe média nos estabelecimentos construídos e mantidos pelo Estado.



BEIJA-FLOR

O **beija-flor** é o símbolo desse cenário. Ele tem uma beleza intensa que transcende a racionalidade mais imediata. É um dos principais agentes polinizadores de várias plantas e explora até mesmo flores de plantas rasteiras, voando muito baixo para tal. É territorial e vocaliza o tempo todo, desde o amanhecer até o pôr do sol.

RESUMO

No **cenário Beija-Flor**, reformas profundas estão sendo realizadas no sistema de educação, com base em experiências bem-sucedidas no país e no exterior, motivadas por mudanças sociais, tecnológicas e ambientais. A renovação da educação parte de experiências desenvolvidas por escolas públicas, organizações e movimentos sociais e outros atores. Há um estímulo à inovação educacional por meio de políticas públicas estatais e não estatais, que abrem espaço para uma educação menos tradicionalmente escolarizada. O Estado é fomentador e indutor, garante as condições do padrão de qualidade previsto na legislação educacional e estimula as escolas a desenvolverem experimentações e a relação com as comunidades. Existe uma pluralidade de arranjos na relação público-privada que privilegia o não lucrativo. Porém, há uma tensão pautada pela necessidade de forte regulação e permanente controle social para que interesses privados contrários aos interesses públicos não dominem as escolas públicas, de empresariais a grupos religiosos fundamentalistas. Há um estímulo à participação e ao controle social de vários sujeitos da comunidade escolar, mas ainda com desafios para que tal participação influencie as políticas nacionais. Valoriza-se a diversidade, mas muitas vezes não se abordam devidamente os conflitos envolvidos na superação de desigualdades, discriminações e privilégios. Convive-se com uma pluralidade de modelos, como redes e comunidades de aprendizagem, territórios de cooperação, cidades-escola e experiências de educação popular. Tal pluralidade se alimenta intensamente da relação com as tecnologias. Apesar de estar ancorada na legislação nacional da educação, a multiplicidade de experiências é tensionada pelo risco da fragmentação, pela dificuldade de gerar avanços em escala e pelo acirramento das desigualdades entre escolas. A concepção de educação é pautada por princípios como equidade, justiça social e promoção da sustentabilidade socioambiental. A escola tem a função social de formar sujeitos de mudanças cotidianas e globais, fortalecendo a relação com os territórios, em uma perspectiva intersetorial e de trabalho em rede.



FALCÃO- PEREGRINO

O **falcão** é o símbolo desse cenário. Atualmente, o falcão-peregrino (falcão-de-peito-laranja, como é chamado no Brasil) é considerado a ave mais veloz do mundo, podendo atingir cerca de 320 km/h. Não é uma espécie ameaçada de extinção, mas é rara em toda a sua grande área de distribuição. É um caçador solitário que ataca outras aves, em geral pombos ou pequenos pássaros, e que possui bicos afiados e garras poderosas adaptadas à captura de presas. Não obstante, também pode ser vítima de outras aves de rapina, dependendo do porte.

RESUMO

No **cenário Falcão-Peregrino**, a influência da visão empresarial se consolida, com um aumento significativo do repasse de recursos públicos para instituições privadas (lucrativas e não lucrativas) de ensino, por meio de convênios, parcerias público-privadas e distribuição de bolsas de estudo. O Estado mantém o papel de provedor, regulador, avaliador e financiador, mas abre mão de ser o principal executor das políticas e de se responsabilizar pela oferta educacional. A educação é voltada para a formação de capital humano: mão de obra qualificada e especializada para trabalhar no mercado, e o foco é a proficiência, medida por avaliações externas padronizadas de larga escala. Existem avanços no atendimento quantitativo, mas pouco no qualitativo. Há um currículo único e os materiais educacionais são padronizados. O modelo de gestão é por resultados e por desempenho dos alunos, e o ranqueamento é um conceito forte nesse cenário. Há um enfraquecimento do sistema de participação social. Ele se limita à liberdade de escolha da escola e à exigência pelo serviço: a família e o aluno são tratados como clientes. Há uma resistência empreendida por sindicatos, movimentos sociais, movimentos juvenis e articulações de rede, porém ela é reprimida na opinião pública. A desigualdade diminui para alguns indivíduos e grupos que conseguem romper o ciclo de desigualdade via competição ou mérito. Há investimento nos alunos com melhor desempenho, mas a desigualdade estrutural permanece, podendo crescer. Para os profissionais de educação, a remuneração é variável, com bônus e premiações. A matrícula no setor privado por meio de subsídios e bolsas é ampliada.



TICO-TICO

O **tico-tico** é o símbolo desse cenário. Ele é abundante em regiões de clima temperado e também em cumes altos expostos a ventos frios e fortes. Vive em casais isolados e o macho ataca tico-ticos vizinhos que invadam seu território. Tem uma técnica de esgravatar alimento no solo por meio de pequenos pulos, “ciscando sem sair do lugar”. Pula até quatro vezes consecutivas sem alterar a posição das pernas e esgravata o chão com ambas as patas sincronizadamente, jogando para trás o material impeditivo.

RESUMO

No **cenário Tico-Tico**, a lógica em voga é o desenvolvimentismo econômico. Ao estimular o consumo como a principal força social agregadora, o Estado consegue promover uma sensação de melhoria no dia a dia das pessoas, mas havendo grandes impactos sociais e ambientais. O resultado é a fragmentação das agendas e da atuação dos movimentos sociais e dos atores políticos e sociais. Há um descontentamento com o serviço público ofertado, que não é capaz de garantir a pauta da qualidade dos direitos. O Estado tem presença, principalmente com a manutenção das políticas sociais compensatórias, e busca a universalização do direito à educação. Contudo, faz isso com baixa vontade política para enfrentar as desigualdades estruturais, o que reproduz padrões desiguais de qualidade. Ele também tem o papel de expandir o acesso e – quando muito – avaliar a educação, porém não consegue ser regulador e tampouco garantir o essencial. Predomina a concepção de escola formal, posta na legislação, com quase nenhuma inovação. A preocupação primordial é a inserção no mercado de trabalho. Há pouca motivação da juventude em relação à concepção educacional em voga, que não sofre grandes alterações. A escola busca ser para todos, mas a qualidade é para poucos. Existe inclusão precária de alguns e exclusão de outros. É uma educação massificada e medíocre, com tentativa de considerar as diversidades, porém de forma periférica. Existe um aumento da violência, uma influência religiosa conservadora e um questionamento da educação laica. Há, também, uma gestão com ênfase em resultados, combinada com uma institucionalidade participativa, mas com baixa efetividade nas tomadas de decisão. A relação público-privada se estabelece como parceria na oferta de matrículas, na cultura da gestão e venda/oferta de soluções como sistemas de ensino, serviços, livros didáticos e oferta de tecnologias sociais, porém enfrenta resistências. As contradições e impasses nesse cenário dificultam a concretização das mudanças necessárias para que as políticas educacionais continuem avançando.



COMPARAÇÃO DOS CENÁRIOS

As tabelas a seguir têm o intuito de facilitar a comparação entre os quatro cenários a partir dos diferenciadores definidos pela Equipe de Cenários.

CENÁRIO 1





CENÁRIO CANÁRIO-DA-TERRA

DIFERENCIADORES



NARRATIVA

CANÁRIO-
DA-TERRA

No cenário Canário-da-Terra, o sistema educacional brasileiro está passando por mudanças importantes, embora predomine o formato tradicional de escola. As transformações são resultado, em parte, do cumprimento de quase todas as metas do PNE entre os anos de 2014 e 2024, graças à atuação do Estado, que, impulsionado pela atuação da sociedade civil, define como sua missão estratégica o avanço na implementação das políticas educacionais e de outras áreas sociais, o que é confirmado no terceiro PNE (2024–2034).

A educação ganhou uma prioridade imensa na sociedade. Isso é muito importante, muito emblemático. Essa prioridade também se reflete na aprovação de leis.

São aprovadas leis que alteram significativamente a estrutura educacional do país, como a lei do Sistema Nacional da Educação, o padrão básico nacional de carreira do magistério, o novo Fundeb com base no CAQi e o novo PNE.

Há um novo pacto federativo, instituído por meio da regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e do Regime de Colaboração entre a União, Estados, DF e municípios, o que, entre outras vantagens, favorece o surgimento de uma lógica mais equilibrada de financiamento para políticas públicas.

Assim, na educação, a União aumenta sua parte no bolo de investimentos dirigidos ao setor. Em contrapartida, ela estabelece mecanismos mais rígidos de controle da gestão educacional. A sociedade civil, os ministérios públicos, os tribunais de contas e os conselhos exercem mais e melhor o controle social.

Não dá para pensar a educação como instrumento. Ela é muito mais do que isso. É direito e, se considerada dessa forma, é para todos e para cada um.

O resultado dessa dinâmica é o aumento efetivo da participação social. A sociedade se apropria da educação e, inclusive, percebe a necessidade de atuar, contribuindo para a implementação da gestão democrática. Isso se dá com uma participação maior das famílias, o que torna mais complexa a atuação de gestores, professores e educadores em geral. Também estão inseridos nesse contexto o controle da utilização de recursos financeiros e da construção e o acompanhamento das políticas públicas implementadas, desde a esfera federal até o projeto político-pedagógico das escolas. →

No Ensino Médio, a mudança da escola pode vir até dos próprios estudantes, que já estão mais organizados enquanto grupos para poderem, também, forçar uma mudança.

Os adolescentes e jovens assumem um papel atuante e servem como catalisadores para a transformação dessa cultura, por meio da militância em grêmios estudantis, coletivos de jovens educadores e outras organizações similares, o que confere uma efervescência política e cultural como havia muito não se via dentro do ambiente escolar.

Nessa atmosfera, há alguns avanços localizados na criação de propostas pedagógicas inovadoras, em que se destacam elementos como a interatividade entre os estudantes – e também com o seu entorno – e a elaboração de materiais de estudo autorais. São registradas experiências esporádicas de rompimento do formato tradicional de ensino.

Entretanto, tais experimentos acontecem dentro de alguns sistemas de ensino apenas. Mesmo com a redução geral da desigualdade educacional, ainda persiste um desnível de qualidade entre campo e cidade, entre centro e periferia e entre algumas regiões do país. A dimensão da equidade passa a ser tratada nas políticas de

avaliação e de financiamento.

O maior desafio do Brasil é a equidade. Se não tratarmos de forma diferente as regiões brasileiras, nós não vamos conseguir a equidade, porque as crianças não podem valer menos em outros lugares. Elas não são menos importantes.

Também não está totalmente superado o desafio de tornar a inclusão ligada às questões étnico-raciais, de orientação sexual e identidade de gênero, ou mesmo o de inserir pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação como um elemento de mudanças, principalmente na parte curricular. Os avanços conquistados são insuficientes e o rompimento do modelo tradicional de ensino, que desconsidera as diversidades, não está completo. Esses grupos continuam em busca de uma participação mais efetiva, ainda que tenha havido uma sensível evolução do debate.

Entendo como um desafio estrutural enfrentar a discussão, ainda muito negada, do racismo, porque acho que o racismo está na origem dessa cultura tolerante com as desigualdades.

Outro foco de tensão tem origem na atuação de grupos conservadores, que, embora tenham

sofrido um enfraquecimento no espectro social, ainda resistem às mudanças promovidas dentro e fora da sala de aula. Eles são contrários ao aumento da participação da comunidade e da influência dos alunos no currículo escolar sob o argumento de que o resultado será a suposta queda na qualidade do ensino.

No quesito gestão, os municípios estão mais bem articulados entre si – e de forma colaborativa – para a oferta da educação, o que se reflete no aprimoramento da atuação das secretarias de Educação e das escolas, com efeitos positivos na formação continuada de professores ou na realização de concursos.

A educação de tempo integral está presente na maioria das instituições de ensino, que também passam a ser mais inclusivas e a valorizar o espaço educador, assegurando o desenvolvimento integral dos estudantes por meio da articulação de organizações, atores, espaços e saberes. Em algumas dessas instituições, o espaço físico, os conteúdos e as atividades culturais e esportivas são reformulados.

Parcerias com outras instituições que atuam na área da cultura e que formam a rede de apoio social são fechadas para atender às demandas locais da comunidade. O aluno contribui na concepção pedagógica e na forma como é ofertada a educação. A participação social dos

educadores é visivelmente ampliada, mas há desafios que ainda necessitam ser superados, como a mediação das relações complexas entre escola e comunidade.

O ambiente escolar está mais acolhedor. As melhorias sensíveis na infraestrutura, nas relações interpessoais e na forma de receber a comunidade favorecem as condições para a aprendizagem. As gestoras e os gestores das escolas aprofundam sua articulação com as demais unidades de política pública, o que contribui para responder às demandas da comunidade em outras áreas sociais. Há também uma sensível mudança no envolvimento dos gestores escolares no âmbito pedagógico, realizando planificações que impactam a melhoria do ensino nas escolas.

O papel do Estado é central. A cultura da descontinuidade político-administrativa, que dificulta a implementação de melhorias a longo prazo, é rompida graças à pressão social e à ação do poder público em cumprir as metas estabelecidas pelos planos de educação, independentemente de quem esteja ocupando o poder, e à apropriação das metas dos planos pela sociedade. O planejamento de longo prazo passa a ser mais valorizado e disseminado nos diferentes sistemas espalhados pelo país.

O PNE foi um pacto em que existiu a participação de pessoas com olhares diferentes, um pacto que

não é do governo A, B, C ou D. Precisamos cumprir o que está no plano e acompanhar o papel de cada um, desde a União, o estado, o município, a escola, o professor, o aluno, as famílias.

O plano está aprovado e sancionado, mas não está pronto. Nós (a sociedade) é que vamos dar conta de que esse plano vire realidade.

Além de garantir o financiamento, o Estado também aperfeiçoa os instrumentos de avaliação externa, com foco na gestão institucional e na Base Nacional Comum Curricular. O Ideb é reformulado e a divulgação dos resultados das avaliações passa ser feita de forma contextualizada, juntamente com outros indicadores educacionais, como nível socioeconômico, infraestrutura, carreira e condições de ensino e aprendizagem.

A implementação de políticas de valorização de educadores (professores, gestores, coordenadores pedagógicos, etc.) oferece uma melhoria considerável na formação inicial e continuada por meio de parcerias com instituições de ensino superior, que pressupõem o embasamento teórico alinhado com o currículo de Educação Básica, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação.

Além da formação, valorizam-se também os

docentes por meio da equiparação salarial a outros profissionais com escolaridade equivalente. A formação continuada é encarada como um processo permanente e integrante da atividade cotidiana.

Nove em cada dez professores trabalham em somente uma escola. Os gestores institucionais não são mais apadrinhados. Eles são eleitos pela comunidade escolar ou passam por um processo de seleção por meio de concursos. As instituições localizadas em áreas mais vulneráveis conseguem fixar em seus quadros os profissionais mais experientes, em virtude das políticas de incentivo à permanência dos profissionais nessas escolas.

Não é possível que um mesmo professor tenha dois ou três contratos de magistério, inclusive com redes diferentes, como lecionar na Educação Infantil de manhã e na EJA de noite. Precisamos ter um professor dedicado a uma escola.

O Estado é criterioso ao dosar a parceria com a iniciativa privada. A autonomia de cada escola é mantida e respeitada.

O resultado é a melhoria da qualidade da escola pública, que assiste ao aumento de matrículas e à chegada de um contingente que antes só →

convivia com o mundo da educação privada. A escola pública vai se tornando de todos e para todos.

Na tentativa de estancar a perda de público, grupos educacionais buscam propostas alternativas. Há um investimento significativo na construção de unidades escolares privadas nas periferias. São oferecidos cursos com mensalidades mais baratas, forte apelo tecnológico e focados na capacitação para o ingresso no mercado de trabalho. Há forte resistência por parte dos movimentos sociais, pesquisadores e organizações sociais, que são contrários à expansão da atuação da iniciativa privada na educação, sobretudo na Educação Básica.

COMO O CENÁRIO ACONTECEU

Em 2015, pressionados pela sociedade, União, estados e municípios são levados a assumir o compromisso de implementar todas as estratégias e metas do recém-aprovado Plano Nacional de Educação (PNE).

Uma grande conquista do PNE foi reconhecer o custo aluno-qualidade inicial (CAQi). Ele é um paradigma novo para pensar o financiamento educacional. Define qual é o valor necessário por aluno/aluna para implementarmos a educação com um padrão mínimo de qualidade.

É o que a lei prevê. Ele poderá sempre ser atualizado, debatido, mas é um referencial a ser cumprido.

Embora algumas administrações estaduais e municipais atrasem o início da elaboração de seus planos de educação, a maioria dos 5,5 mil municípios brasileiros avança no planejamento. Na tentativa de tornar o processo mais participativo e aproximar todos os órgãos e representantes interessados na formulação dos planos, o Fórum Nacional de Educação (FNE) faz uma campanha em todas as unidades da federação para estimular o estabelecimento e aprimoramento de fóruns municipais e estaduais de educação.

O ano de 2015 é estratégico, um período para consolidar planos de educação nos estados e nos municípios. Isso não é pouca coisa. Como nós não estamos acostumados a pensar a médio e longo prazos, as decisões são tomadas muito no sufoco a cada dia. O plano ajuda a dar um horizonte, a definir estratégias e, se for feito isso de forma participativa, ampliamos o controle social sobre o cumprimento das metas.



Veja os quadros de referência 1 (pág. 38) e 2 (pág. 39)

Diante da necessidade de maior participação da União, uma frente composta por parlamentares, governadores e prefeitos, estimulada pela sociedade civil, anuncia o início da negociação para acelerar a elaboração do Sistema Nacional de Educação, considerado fundamental para o cumprimento das metas do PNE e para a superação de desafios como a valorização da docência e o aperfeiçoamento da formação inicial e continuada. Existe um consenso sobre a necessidade da criação do sistema, mas o debate é intenso diante das inúmeras propostas sobre como ele deveria ser formulado e efetivado.

Em 2016, o governo anuncia que as metas de universalizar o acesso à Pré-Escola, para crianças de quatro a cinco anos, e ao Ensino Médio, para jovens de 15 a 17 anos, estão muito próximas de ser cumpridas.

Um amplo projeto de reforma tributária chega ao Congresso. O espírito da proposta é unificar, nas mãos da União, vários dos tributos. O governo federal seria responsável por fazer uma redistribuição a estados e municípios, respeitando os valores proporcionais arrecadados. O projeto não avança, mas os debates em torno da proposta fazem com que se avaliem novos formatos de funcionamento da federação, principalmente para setores essenciais como saúde e educação. →

QUADRO DE REFERÊNCIA 1

MAIS DE UM QUARTO DOS MUNICÍPIOS NÃO COMEÇARAM A ELABORAR O PLANO DE EDUCAÇÃO

Pouco mais de um quarto dos municípios brasileiros, 1.441, não iniciaram o trabalho de adequação ou elaboração do Plano Municipal de Educação (PME). O prazo para que isso seja feito é o mês de julho. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Educação (MEC). No Brasil, apenas 37 municípios cumpriram todas as fases até a sanção da lei.

Os planos municipais estão previstos no Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado no ano passado. O PNE prevê metas da educação básica até a pós-graduação para serem atingidas nos próximos dez anos. Para que isso seja feito, a lei estipula que estados e municípios elaborem os próprios planos para que as metas sejam monitoradas e cumpridas localmente.

Entre os 5.570 municípios, além dos planos sancionados e das cidades que ainda não começaram o trabalho, 35 aprovaram leis; 37 enviaram o projeto de lei à Câmara de Vereadores; 37 elaboraram o projeto; 95 fizeram consultas públicas; 247 fizeram o documento-base; 689 concluíram o diagnóstico; e 2.843 constituíram comissão coordenadora. E 109 municípios ainda não prestaram informações ao Portal do PNE.

Todos os estados iniciaram o processo de elaboração do plano e três sancionaram a lei: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão. O Distrito Federal e o Rio Grande do Sul enviaram os projetos para o Legislativo.

O MEC reforça que os planos são determinantes para estados e municípios: se, por exemplo, o ministério vai definir a expansão de uma universidade ou instituto federal, ele precisa saber quais são as demandas de ensino superior ou técnico dos municípios de uma determinada região. Segundo o ministério, é nisso que o planejamento vai ajudar, tem que estar previsto, escrito.

Mariana Tokarnia (03/02/2015)

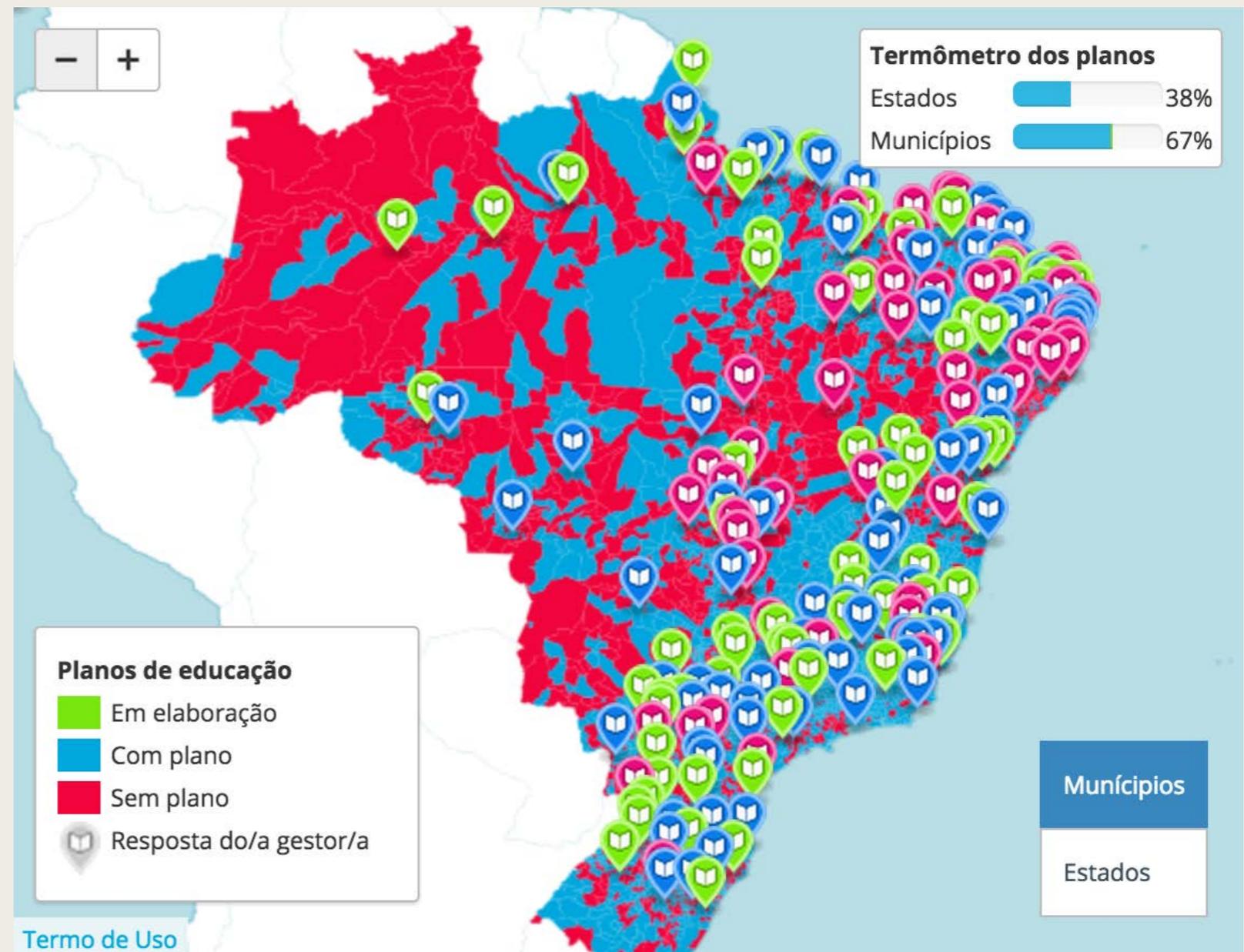
<http://goo.gl/vUV4sx>

acessado em 23/04/2015

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 2

PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Para que os Planos de Educação estejam sincronizados com os desafios locais, regionais e nacionais, é fundamental que em seu processo de elaboração seja contemplada a pluralidade de vozes e olhares sobre a educação. Afora a participação dos gestores, dirigentes de ensino e especialistas em educação, é essencial considerar a opinião de toda a comunidade escolar, ou seja, professores, coordenadores, merendeiros, secretários, agentes de apoio da escola, estudantes, pais, mães e responsáveis. Entende-se que a participação no processo de elaboração dos planos, permite compor uma visão mais ampliada dos processos, problemas e possibilidades da educação em determinado território, gerando compromissos e responsabilidades com o planejado: compromete os governos com sua execução e a sociedade, de maneira geral, com seu acompanhamento e monitoramento.



De olho nos planos

www.deolhonosplanos.org.br
acessado em 23/04/2015

Existem maneiras, para além do pré-sal, de aumentar o investimento em educação, e uma das maneiras é uma reforma tributária que faça com que os tributos sejam mais justos e, ao mesmo tempo, mais bem aplicados.

No segundo semestre de 2018, antes das eleições gerais de outubro, o governo anuncia com pompa, em uma cerimônia no Palácio do Planalto, uma série de medidas voltadas à educação. Entre essas iniciativas estão a aplicação de 8% do PIB no setor, conforme prazo preestabelecido no PNE, e o início do CAQi e do recém-criado Sistema Nacional de Educação. Após consulta pública nacional, tem início a implementação da Base Nacional Comum Curricular, que atende a muitas das demandas e preocupações de vários grupos, mas que ainda assim não satisfaz a todos.

Precisamos de uma base comum nacional, além das diretrizes curriculares nacionais. Ao mesmo tempo, é muito importante que a escola tenha espaço para fazer seu projeto pedagógico.

Setores ligados à sociedade civil tentam influenciar o governo para que os recursos sejam concentrados em projetos de financiamento público direto, diminuindo a alocação de dinheiro em

iniciativas que possam beneficiar os grupos educacionais privados. Focados no tema da universalização das vagas no ensino, os governos não cedem e mantêm a política de bolsas e subsídios, especialmente na Educação Superior. Porém, impõem limites por pressão de setores da sociedade civil. O Estado passa a regular com mais eficácia os contratos das parcerias público-privadas, ampliando as contrapartidas que as empresas precisam cumprir para seguir atuando no setor educacional. O apoio ao setor privado é mantido, mas não cresce de maneira significativa.

i Veja os quadros de referência 3 e 4 (pág. 41)

Sob o impacto dos anúncios e da entrada em vigor da Base Nacional Comum Curricular, começam os debates para o estabelecimento de parâmetros para a formação inicial e continuada dos professores, que se estendem pelo ano de 2019. A educação no campo, indígena e quilombola também entra na pauta.

Precisa haver uma reforma universitária de alto nível neste país. Nós não formamos professores, formamos pedagogos. Na licenciatura, os professores sabem o que ensinar, mas não como ensinar.

No fim do ano, o governo envia ao Congresso

uma proposta para prorrogar a vigência do Fundeb, cuja validade termina em 2020. Pela proposta, o piso de investimento do fundo passa a ser o CAQi. Com isso, a União passará a colocar 50 centavos a cada real investido por estados, DF e municípios.

i Veja o quadro de referência 5 (pág. 42)

Nos primeiros meses de 2020, o Marco Regulatório da Sociedade Civil é totalmente regulamentado. A iniciativa estimula e amplia a participação de organizações e movimentos sociais na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

No dia do professor, 15 de outubro, o governo, em consonância com o PNE, anuncia duas conquistas importantes: a primeira diz respeito à valorização dos docentes. O rendimento dos profissionais do magistério das redes públicas será equiparado ao dos demais profissionais de mesma escolaridade em um prazo de dois anos. A segunda é uma boa notícia para a infraestrutura no ensino. O acesso à internet de banda larga finalmente chega a praticamente todas as escolas públicas do país. →

i Veja o quadro de referência 6 (pág. 42)

QUADRO DE REFERÊNCIA 3

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
– USO DE RECURSOS**

O texto do PNE permite que os recursos sejam usados em programas que revertem o dinheiro para instituições privadas, como o Fies (Financiamento Estudantil), o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Ciências Sem Fronteiras.

Alguns partidos, defendiam que os 10% do PIB fossem investidos apenas na rede pública de ensino. No entanto, o governo saiu vitorioso e garantiu que o dinheiro também possa ser utilizado para financiar os programas que apoiam estudantes em universidades particulares.

Carolina Martins, Notícias R7 (03/06/2014)
<http://r7.com/9CS6?>
acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 4

INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL E INVESTIMENTO PÚBLICO DIRETO

ESTIMATIVA DO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO DIRETO EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), POR ESFERA DE GOVERNO – BRASIL (2000-2012) (EM %)

ANO	TODOS OS NÍVEIS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
2000	3,9	0,7	1,7	1,5
2001	4,0	0,8	1,7	1,6
2002	4,1	0,7	1,8	1,6
2003	3,9	0,7	1,6	1,6
2004	3,9	0,6	1,6	1,7
2005	3,9	0,7	1,6	1,7
2006	4,3	0,7	1,6	1,7
2007	4,5	0,8	1,9	1,8
2008	4,7	0,8	2,0	1,9
2009	5,0	1,0	2,0	1,9
2010	5,1	1,0	2,0	2,0
2011	5,3	1,1	2,1	2,0
2012	5,5	1,0	2,2	2,3

Fonte: MEC/Inep/DEED

<http://goo.gl/dsURwE>

Anuário Brasileiro da Educação 2014 (pág.128)

Nota: Considera apenas os gastos com Educação pública.

ESTIMATIVA DO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), POR ESFERA DE GOVERNO – BRASIL (2000-2012) (EM %)

ANO	TODOS OS NÍVEIS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
2000	4,7	0,9	2,0	1,8
2001	4,8	0,9	2,0	1,8
2002	4,8	0,9	2,1	1,8
2003	4,6	0,9	1,9	1,8
2004	4,5	0,8	1,8	1,9
2005	4,5	0,8	1,8	1,9
2006	5,0	0,9	2,1	2,0
2007	5,2	1,0	2,1	2,0
2008	5,4	1,0	2,3	2,1
2009	5,7	1,2	2,3	2,2
2010	5,8	1,2	2,3	2,3
2011	6,1	1,3	2,5	2,3
2012	6,4	1,3	2,5	2,6

Fonte: MEC/Inep/DEED

<http://goo.gl/yFR5Rr>

Anuário Brasileiro da Educação 2014 (pág.128)

Nota: Considera todos os gastos, com Educação pública e privada

QUADRO DE REFERÊNCIA 5

EMENDA QUE DESTINA MAIS R\$ 5 BILHÕES À EDUCAÇÃO É APROVADA EM COMISSÃO DO SENADO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) aprovou hoje (18) emenda ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 que aumenta em R\$ 5 bilhões o investimento nas escolas públicas. A proposta aumenta de 10% para 15% o valor mínimo da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Principal fonte de financiamento da educação básica pública, o Fundeb é formado por percentuais de diversos impostos municipais, estaduais e federal e transferências constitucionais, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Pelo menos 60% dos recursos devem ser usados na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício, como professores, diretores e orientadores educacionais. O restante serve para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendendo, entre outras ações, o pagamento de outros profissionais ligados à educação, bem como para aquisição de equipamentos e construção de escolas.

Mariana Tokarnia (18/11/2014)
<http://goo.gl/p4Rnlh>
acessado em 23/04/2015

O uso de plataformas tecnológicas e de todas as suas possibilidades na educação ainda deixa a desejar, pois não há um planejamento curricular adequado para isso.

Modernizar a escola não é distribuir tablet e computador. Tem que ter uma proposta para o uso.

Com a política de valorização da carreira docente, a carência de novos professores é praticamente equacionada no período entre 2020 e 2023. O governo resolve desenvolver um novo sistema de avaliação a partir da Base Nacional Comum Curricular, com foco no pedagógico, mas considerando também os insumos e os processos de aprendizagem, e não apenas os índices de desempenho por aluno. Isso significa a implementação plena do Sinaeb, proposta pela sociedade civil e aprovada nos artigos da lei do PNE 2014–2024.

Se o PNE aprovado for colocado em prática, poderemos atingir um estágio muito bom da valorização dos profissionais, com os planos de carreira colocados em prática, contratação por concurso público e valorização do ponto de vista salarial. A carreira de professor pode voltar a ser um pouco mais atrativa para os jovens, e poderemos atrair profissionais com melhor qualidade.

QUADRO DE REFERÊNCIA 6

EXPANSÃO DA BANDA LARGA NAS ESCOLAS

Lançado em 2008, o Programa Banda Larga nas Escolas pretende conectar todas as escolas públicas urbanas à internet. O Ministério da Educação em parceria com Ministério das Comunicações pretende atender as escolas rurais com conexões por meio de satélite.

O programa é realizado pelos Ministérios da Educação (MEC), das Comunicações (MiniCom), do Planejamento (MPOG); Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Em cinco anos, o número de pessoas com acesso à banda larga se elevou de 22 para 133,7 milhões de brasileiros. O acesso gratuito à internet banda larga fixa está presente em 4.633 cidades, gerando 22,3 milhões de acessos. 99% das escolas públicas do Brasil tem computadores e 95% com acesso à internet.

Ministério da Educação
<http://goo.gl/n83hdw>
acessado em 23/04/2015

O próximo desafio é melhorar a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Cerca de 90% deles estão em escolas regulares. →

Depois de atravessar a crise econômica entre 2014 e 2018, o país vive um ciclo de recuperação e, posteriormente, crescimento. Mas, em 2023, o Brasil sofre novamente com baixas taxas de atividade econômica. No primeiro trimestre, uma grande montadora europeia anuncia que pretende deixar o país no fim do ano. A notícia causa estardalhaço. Logo depois, a CNI divulga um estudo que mostra o fechamento recorde de pequenas e médias indústrias em um espaço de três anos e a exportação de milhares de vagas de trabalho para outros países na Ásia e na América Latina.

Setores produtivos com apoio da mídia exercem forte pressão para que o governo finalmente execute uma reforma tributária de forma a incentivar a retomada dos investimentos na produção. A sociedade civil organizada apoia a iniciativa e atua fortemente no Congresso para que o projeto também reequilibre a arrecadação e a distribuição dos recursos entre todas as unidades da federação.



Veja o quadro de referência 7 (nesta página)

Em 2024, o novo PNE é aprovado. Um dos debates remanescentes do plano anterior (2014–2024) gira em torno da formação continuada, para reduzir as deficiências da formação inicial dos professores. Discute-se quais os parâmetros que

QUADRO DE REFERÊNCIA 7

REFORMA TRIBUTÁRIA

“Um caminho fundamental para ampliar os recursos à educação e para as políticas sociais viria de uma ampla e justa reforma tributária. Os recursos que os governos tiram para o investimento em políticas sociais (como previstas nas vinculações constitucionais saúde e educação) vêm dos impostos e não das contribuições sociais. Se a vinculação constitucional tivesse por referência o conjunto de receita tributária, conseguiríamos o recurso necessário para viabilizar a proposta do CAQI. Além do que, segundo pesquisa do IPE – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2008, o Brasil tem um dos mais injustos sistemas tributários, porque os mais pobres pagam 44,5% mais tributos que as pessoas com mais renda.”

Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?

2ª Ed. – São Paulo, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011 (pág. 48)

precisam ser estabelecidos para que essa formação seja eficaz e também atinja quem está na ponta do processo, os discentes. Outro tema que ocupa lugar na pauta é a agenda da desigualdade e da diversidade. O forte embate travado nas regulamentações do plano em um cenário de crise econômica faz com que o assunto ainda seja tratado de maneira periférica.

Considerando a realidade e o quadro de professores que já temos, precisamos mudar a estratégia de formação continuada deles. Tem que ser em serviço, no dia a dia do chão da escola, com os professores mais experientes recebendo recurso para poder apoiar professores menos experientes.

Metade das escolas já oferece educação em tempo integral e atende 25% dos alunos da rede de Educação Básica. Prevalece o modelo em que predominam as aulas do currículo regular no período inicial e as atividades complementares no período oposto. Fundações e institutos empresariais participam na esfera pública, disputando e ajudando a construir o modelo, promovendo cursos e atividades complementares a partir do projeto político-pedagógico da unidade escolar.



Veja os quadros de referência 8 (pág. 44) e 9 (pág. 45)

O Ideb é divulgado já em sua nova fórmula. A meta da média nacional é alcançada nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A média do índice do Ensino Médio ainda fica aquém. →

 QUADRO DE REFERÊNCIA 8

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, ofertado às escolas públicas de ensino fundamental, consiste no desenvolvimento de atividades de educação integral que expandem o tempo diário de escola para o mínimo de sete horas e que também ampliam as oportunidades educativas dos estudantes.

As atividades de educação integral compreendem estratégias para o acompanhamento pedagógico diário da aprendizagem dos estudantes quanto às linguagens, à matemática, às ciências da natureza, às ciências humanas; bem como quanto ao desenvolvimento de atividades culturais, da cultura digital, artísticas, esportivas, de lazer e da abertura das escolas aos finais de semana.

A reorganização curricular e a ampliação das dimensões que constituem a ação pedagógica fomentadas pelo Programa implicam em possibilitar a garantia do direito à aprendizagem significativa e ao desenvolvimento desses estudantes. Desta forma, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos, envolvendo práticas que desenvolvem as múltiplas dimensões humanas — cognitiva, psicomotora, sócio afetiva, estética e ética — e incentivam a construção de projetos de vida. O Programa Mais Educação constitui-se como

estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos:

- *Acompanhamento Pedagógico (obrigatório);*
- *Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica;*
- *Cultura, Artes e Educação Patrimonial;*
- *Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica;*
- *Educação em Direitos Humanos;*
- *Esporte e Lazer e,*
- *Promoção da Saúde.*

Para as escolas rurais, os macrocampos disponíveis são:

- *Acompanhamento Pedagógico (obrigatório);*
- *Agroecologia;*
- *Iniciação Científica;*
- *Educação em Direitos Humanos;*
- *Cultura, Artes e Educação Patrimonial;*

- *Esporte e Lazer e,*
- *Memória e História das Comunidades Tradicionais.*

A definição de um paradigma contemporâneo de educação integral entende que o território da educação escolar pode expandir-se para além dos muros da escola, alcançando seu entorno e a cidade em suas múltiplas possibilidades educativas. É desejável que os conteúdos da base nacional curricular, Lei 9.394/96 (LDB), dialoguem organicamente com temas estruturantes e contemporâneos para a vida em uma sociedade que se afirma como republicana e democrática.

O Programa Mais Educação é coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

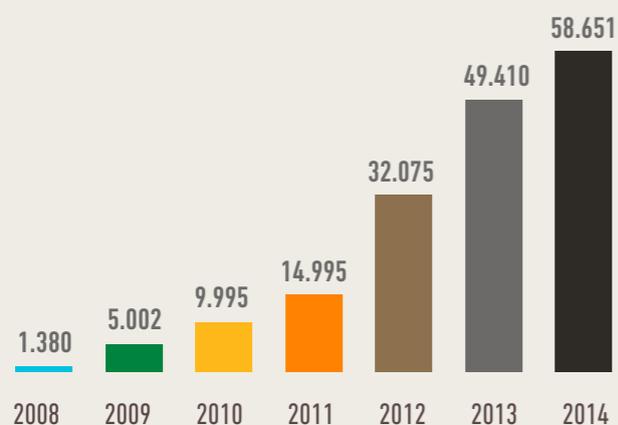
Ministério da Educação

<http://educacaointegral.mec.gov.br/mais-educacao>
acessado em 23/04/2015

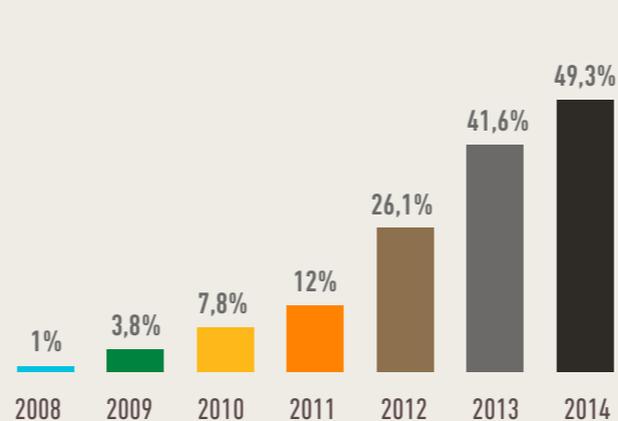
QUADRO DE REFERÊNCIA 9

EVOLUÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PME

PME – ADESÃO DAS ESCOLAS DO EF

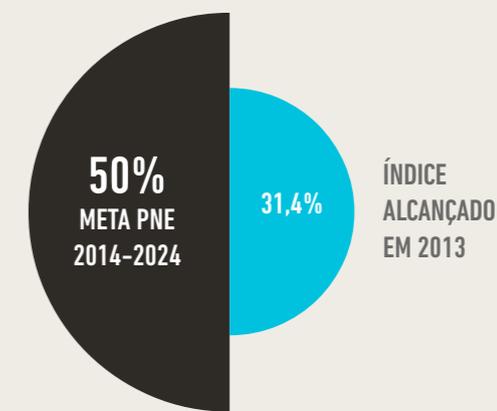


% DE ADESÃO DAS ESCOLAS DO EF



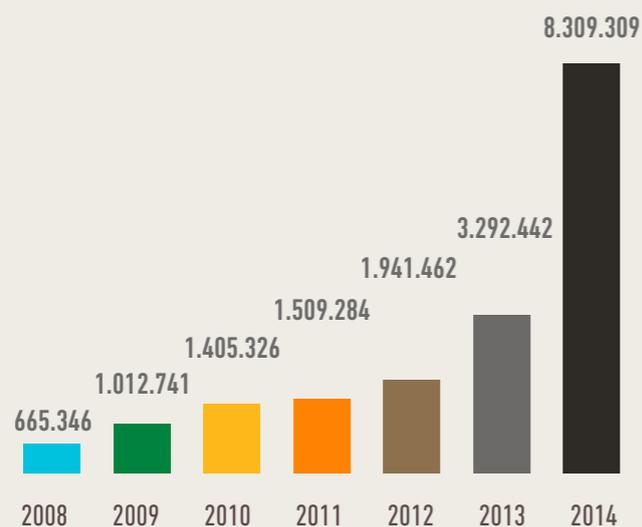
Fontes: MEC/SIMEC (março 2015) E MEC/INEP

META PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

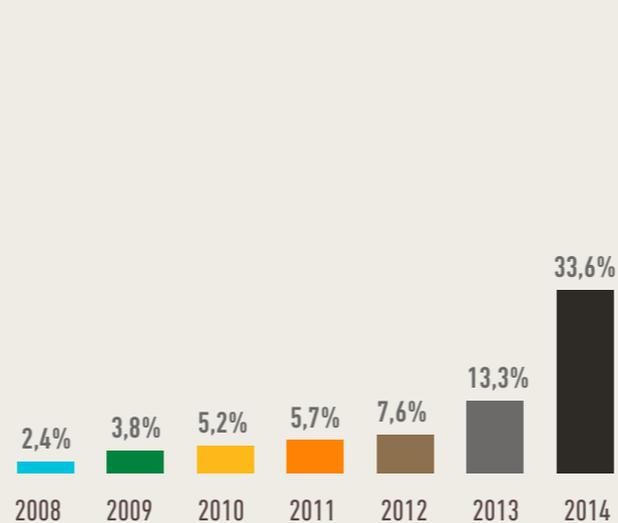


EVOLUÇÃO DAS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PME

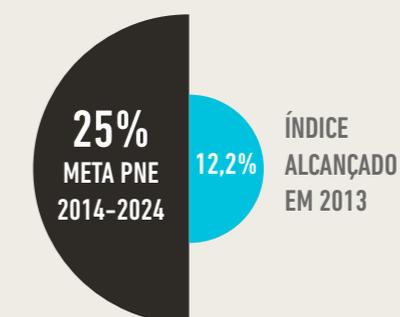
PME – ESTUDANTES DO EF NO MAIS EDUCAÇÃO



% DE ESTUDANTES DO EF NO PME



META PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA



O MEC anuncia que pretende implementar reformas adicionais nessa etapa do ensino, aproveitando algumas experiências inovadoras que vêm sendo realizadas, em pequena escala, desde 2014. O eixo central do projeto é promover uma conexão entre as disciplinas teóricas e as aplicações práticas na vida dos adolescentes, com o objetivo de tornar a trajetória dos alunos mais estimulante e desafiadora.

O Congresso Nacional finalmente aprova um projeto de reforma tributária. Ele atende à maioria das demandas do setor produtivo e também promove uma melhor distribuição de recursos para os estados e, principalmente, para os municípios brasileiros. O projeto inclui ainda pontos como a tributação das grandes fortunas e do capital especulativo.

Nas eleições presidenciais de 2026, os avanços na educação obtidos nos últimos dez anos estão entre os temas principais da campanha eleitoral. Cerca de 90% das instituições de ensino já apresentam estrutura física considerada adequada para promover uma boa qualidade de ensino. O conceito de gestão democrática se consolida, com a participação efetiva da comunidade na elaboração e fiscalização dos planos político-pedagógicos, na aplicação de recursos e na eleição de diretores de escolas.

A gestão democrática não é só eleger o diretor da escola, mas construir o projeto político-pedagógico na linha da construção de uma pessoa plena, ter uma escola integral, ter acesso aos bens construídos pela humanidade. O modelo em que acreditamos deve ser construído coletivamente.

Setores mais tradicionalistas reclamam do que classificam como ingerência excessiva de pessoas sem embasamento teórico em educação no dia a dia da escola. Argumentam que há uma quebra da hierarquia dentro da sala de aula e que faltam avaliações confiáveis que possam mensurar os resultados de alunos e professores.

Enquanto isso, uma escola pública de Curitiba (PR) é premiada pela UNESCO na categoria de inovação graças à criação de ferramentas e metodologias que valorizam a aprendizagem independente, ampliando os limites da sala de aula.

Um dos destaques é a criação de uma rede independente de ensino *on-line* pelos próprios estudantes, que alimentam o sistema com materiais que eles mesmos produzem para auxiliar os colegas. Por meio dela, os jovens interagem, resolvem suas dúvidas e aprendem.

Estimulada pela melhoria de qualidade da educação, a classe média volta a olhar com carinho para as escolas públicas. A universalização da educação básica é praticamente alcançada. Há uma redução da evasão escolar e a maioria dos estudantes conclui os cursos na idade adequada, com um nível suficiente de aprendizagem. Nos dois anos seguintes, cresce o número de alunos dessa classe que deixam o sistema privado de ensino em busca de vagas no sistema público.

Um futuro bom será famílias em processo de ascensão econômica e social, que têm alguma margem econômica para comprar a educação no mercado, optando e valorizando a matrícula na escola pública.



Veja os quadros de referência 10 e 11 (pág. 47)

O mercado de ensino passa por um novo período de fusões e aquisições. O resultado é o surgimento de grandes conglomerados educacionais que atuam para reduzir a taxa de migração de suas matrículas.

A maior disputa se concentra nas periferias das grandes cidades. Um dos grupos anuncia a construção de cinco unidades na cidade de São Paulo. As escolas, com ampla infraestrutura →

QUADRO DE REFERÊNCIA 10

Nº DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL (2007-2012)

ANO	TOTAL GERAL	PÚBLICA				PRIVADA
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2007	53.028.928	46.643.406	185.095	21.927.300	24.531.011	6.385.522
2008	53.232.868	46.131.825	197.532	21.433.441	24.500.852	7.101.043
2009	52.580.452	45.270.710	217.738	20.737.663	24.315.309	7.309.742
2010	51.549.889	43.989.507	235.108	20.031.988	23.722.411	7.560.382
2011	50.972.619	43.053.942	257.052	19.483.910	23.312.980	7.918.677
2012	50.545.050	42.222.831	276.436	18.721.916	23.224.479	8.322.219
Δ% 2011/2012	-0,8	-1,9	7,5	-3,9	-0,4	5,1

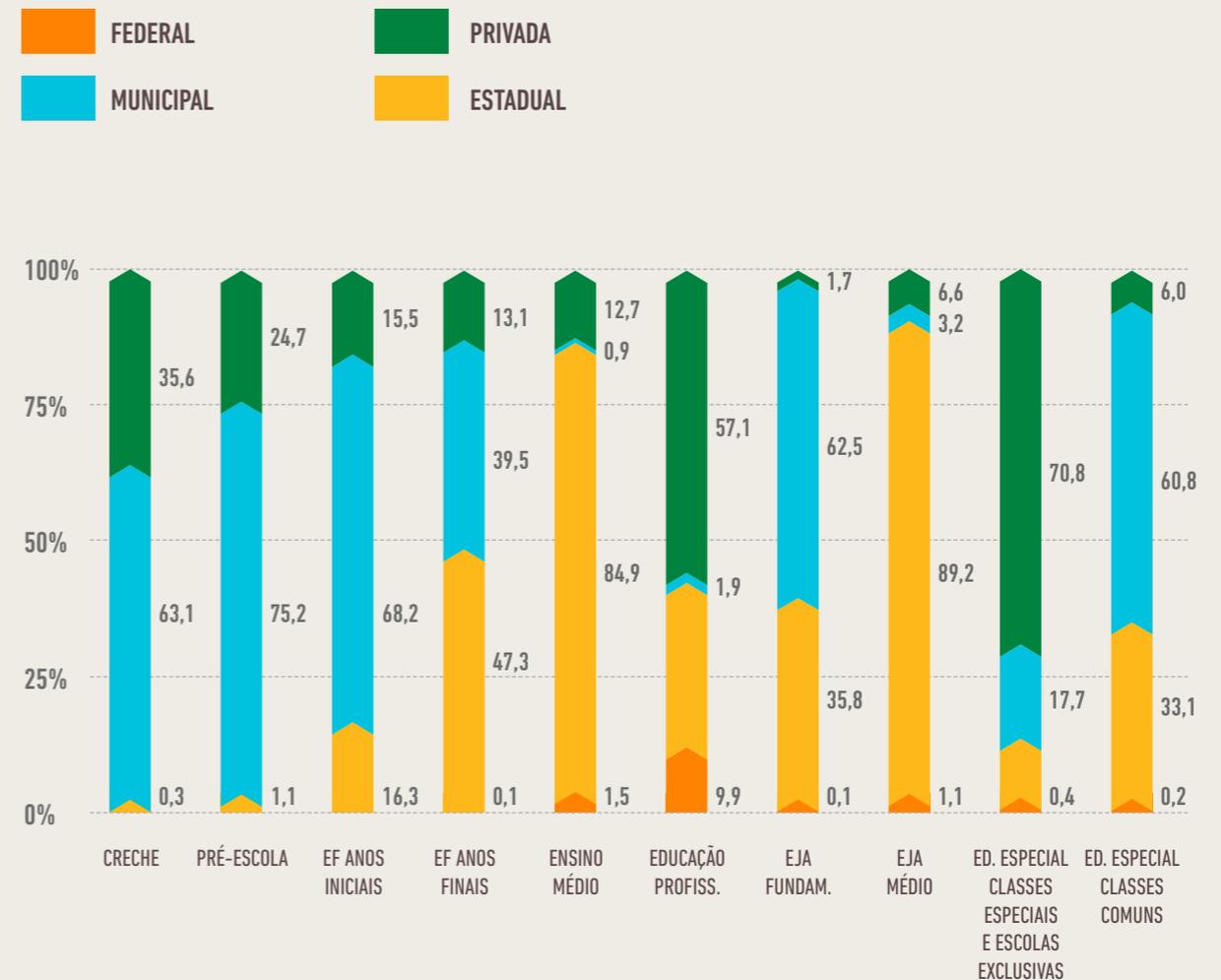
Fonte: MEC/Inep/Deed

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

<http://goo.gl/RjBhKy>

QUADRO DE REFERÊNCIA 11

EDUCAÇÃO BÁSICA – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MATRÍCULA POR ETAPA DE ENSINO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL (2012)



Fonte: INEP, Censo Escolar (2012)

tecnológica, esportiva e de recreação, são projetadas para atender do Ensino Infantil ao Médio e cada uma conta com capacidade para 2 mil alunos. Esse novo modelo é criticado por movimentos sociais, pesquisadores e instituições que defendem a educação pública.

As mensalidades são mais baratas e podem ser quitadas com financiamento oferecido por linhas de crédito privadas. Para quem sonha em ingressar no Ensino Superior, há um programa de fidelidade. Quanto mais tempo permanece na escola, maior pontuação o estudante recebe. Essa pontuação pode ser aproveitada nos processos seletivos das universidades que pertencem ao mesmo conglomerado educacional.

Sob pressão da sociedade civil organizada, o Estado torna mais rígidas as regras de crédito estudantil. As empresas não apenas precisam assegurar bolsas de estudos, como também garantir as mesmas condições oferecidas pelas instituições de ensino públicas, como incentivo à pesquisa, gestão democrática, dedicação exclusiva dos docentes, entre outras.

Em 2030, o governo anuncia que o índice de inclusão de alunos negros nas universidades teve avanços significativos. Porém, um estudo publicado por uma organização internacional de direitos humanos aponta que o Brasil ainda sofre com os sintomas do racismo estrutural. O levantamento também mostra que são poucas as escolas do país que endereçam o tema de forma efetiva no currículo. O mesmo se repete em relação à diversidade sexual.

Em 2032, o número de alunos que concluem a graduação nas universidades chega a 3 milhões, o triplo em relação ao período que antecedeu a aprovação do segundo PNE, quase duas décadas antes. ●





CENÁRIO BEIJA-FLOR

DIFERENCIADORES



NARRATIVA

BEIJA-FLOR

O Brasil no **Cenário Beija-Flor** está realizando reformas profundas no sistema de educação, com base em experiências bem-sucedidas no país e no exterior, motivado por mudanças sociais, tecnológicas e ambientais ocorridas nas décadas anteriores.

A reforma busca encontrar soluções para o agravamento de crises que afligem a educação, como a baixa atratividade da carreira de professor, o aumento da evasão e o desencontro de expectativas entre o que a escola ensina e a vida cotidiana dos estudantes em relação ao mundo que os cerca.

Também é uma tentativa de responder a outros tipos de problemas mais sistêmicos, como o efeito das mudanças climáticas no país e no planeta, a influência da tecnologia na aprendizagem e a ampliação das formas de participação social para além da representatividade tradicional.

O Estado é fundamental nesse cenário, como financiador, indutor e executor das mudanças, em parceria com a sociedade civil. Ele assegura as condições para que a transformação aconteça, incluindo o fomento à inovação, a proposição de novas leis, o repasse de recursos, a garantia de infraestrutura, a realização de

avaliações nacionais condizentes e a formulação de uma política qualificada de formação de professores. Também atua para monitorar e reduzir desigualdades entre escolas e regiões.

Há um estímulo à construção coletiva de novos modelos. Existe uma abertura para a criação de arranjos com a iniciativa privada e um constante monitoramento das experiências bem-sucedidas que podem servir para a criação de políticas educacionais de caráter mais universal. Tal abertura é tensionada pela necessidade de forte regulação e controle social permanente para que interesses privados não se sobreponham a interesses públicos.

É percebido que são necessários novos conhecimentos e habilidades, bem como mudanças institucionais, culturais e das práticas sociais, além de comportamentos e atitudes diferentes que exigem esforços de educação e de comunicação. Há uma busca de uma educação menos tradicionalmente escolarizada. →

A gente precisa quebrar a melhoria de um modelo tradicional de ensino que já se esgotou e fazer uma revolução maior. Precisamos construir o modelo do século XXI, que não é um, são vários, um paradigma novo de educação.

Não existe um modelo ideal de escola. Ele é aquilo que a sociedade consegue pensar naquele momento. Saber a que a sociedade aspira como formação de seus filhos é entender o que queremos, que país somos, o que estamos construindo.

As mudanças são movidas por um tripé que inclui a valorização das diversidades, uma maior participação social e o aproveitamento da tecnologia e suas ferramentas de conexão a distância em favor da ideia de formações de redes colaborativas conectadas com o desenvolvimento local. Essas mudanças são baseadas em experiências de aprendizagem colaborativa.

Outro fator impulsionador é a mudança na atuação dos educadores brasileiros, que assumem um papel central na participação social pela educação, com uma maior influência sobre as políticas educacionais.

A escola se afirma como um espaço de articulação e fortalecimento de saberes formais e não formais. Ela é um importante nó na rede de equipamentos sociais no território, incluindo diferentes atores públicos e privados.

A educação é encarada como um meio para promover o respeito à diversidade e a valorização da pluralidade de formas educativas, garan-

tindo a participação de novos agentes e relações mais horizontalizadas. Há um reconhecimento de que diferentes formas de desigualdade precisam ser enfrentadas, para que se consiga construir um ambiente de sustentabilidade em suas várias dimensões: social, econômica, ambiental, política, ética e cultural. Porém, muitas vezes não se enfrentam devidamente os conflitos políticos envolvidos na superação de desigualdades, discriminações e privilégios.

A escola é um espaço onde aprendemos a conviver em sociedade. Se na escola acontecesse a inclusão, teríamos uma sociedade mais tolerante, que conhece o diferente, que permite o contato. Seria uma sociedade mais curiosa.

A inclusão vai trazer a qualidade para a escola porque ela vai passar a ter o olhar para a diferença – para todos que estão ali e são únicos e têm suas potencialidades e dificuldades. Ver a riqueza dessa diversidade para o crescimento de todos. A inclusão traz mudanças, bem sutis, que são bonitas de ver.

A reformulação que está em curso segue alguns eixos primordiais. Um deles é a transição de uma concepção de educação focada principalmente em conteúdos disciplinares para uma educação que busca promover o desenvolvi-

mento integral dos estudantes, considerando suas várias dimensões: intelectual, socioemocional, física e cultural. Isso inclui a articulação dos conteúdos com as demandas cotidianas dos alunos e das comunidades e o estabelecimento de conexões entre territórios e culturas.

Outro ponto importante é a mudança gradual para uma educação que considere tanto a individualidade do estudante como a necessidade de uma Base Nacional Comum Curricular.

A criação de escolas mais plurais, flexíveis e sustentáveis, constituídas como ambientes educadores, com revisão de tempos e espaços de aprendizagem e da necessidade de segmentar alunos por séries e turmas, também passa a fazer parte do processo. Nessas escolas, há uma maior promoção da transdisciplinaridade, atenção para o clima interno e a infraestrutura, com ambientes criativos, acolhedores e interativos.

Também há um maior empoderamento, autonomia e participação dos alunos e mais educação entre pares. A cultura centrada na autoridade do professor como o único detentor dos saberes passa gradativamente para uma que estimule o diálogo e a inovação, valorize os diferentes saberes existentes na comunidade escolar por meio de diferentes abordagens pedagógicas. →

A escola não é o único local de ensino e a sala de aula ocupa um espaço bem menos central. Há uma oferta de múltiplos espaços de aprendizagem e desenvolvimento integral. As experiências da cidade-escola passam a ser aplicadas em maior escala. O aluno pode aprender no ônibus, no *smartphone*, nos museus, nos clubes, nos parques, nos bairros, em sua própria casa, ou atuando politicamente em coletivos diversos e movimentos sociais, usando a tecnologia para compartilhar esses conhecimentos, acompanhado por educadoras e educadores, que fazem uma conexão com os espaços formais de aprendizagem.

Aprende-se com diversas pessoas, de forma presencial ou virtual. Porém, mais do que aprender, é essencial que o estudante saiba usar os conhecimentos na vida cotidiana para exercer direitos, construir projetos de vida e horizontes profissionais.

Ainda assim, a escola continua sendo o organismo que certifica a aprendizagem das pessoas e valida socialmente suas competências.

O mundo mudou. Aquela escola que a gente desenhou e que temos muito introjetada no sangue não serve mais. As pessoas estão percebendo que essa escola não faz sentido. Tem que ter uma mudança de formato, de dinâmica, de papéis, de gestão dentro da escola.

Essa estrutura física da escola não tem mais nenhum sentido. Ela é uma estrutura da sociedade industrial, a divisão por salas, as carteiras enfileiradas. Isso tudo fez sentido cem anos atrás.

Busca-se uma integração efetiva entre famílias, ambientes de ensino e comunidade, em que cada ator assume sua responsabilidade de acordo com sua função social e todos trabalham juntos pela garantia dos direitos à educação.

A avaliação continua mensurando aspectos acadêmicos, mas também considera outros indicadores capazes de acompanhar a evolução dos alunos em outras dimensões do desenvolvimento integral.

Jovens, adolescentes, professoras, professores, familiares, agentes locais e cidadãos são convidados a constituir territórios cooperativos pela educação, com o intuito de mapear seu entorno e articular múltiplas possibilidades de aprendizagem e colaboração.

Organizados de forma horizontal, esses territórios promovem a cooperação entre União, estados, municípios, movimentos sociais e representantes do setor privado, propiciando novas formas de participação democrática da sociedade em relação às políticas públicas.

O professor assume o papel de mediador, curador de conteúdos provenientes das mais diversas fontes e organizador da aprendizagem. Ele é capaz de mapear diferentes recursos educacionais (experimentações, trilhas, videoaulas, *games*, aplicativos) e articulá-los em função dos interesses e necessidades dos seus alunos.

Com isso, o professor passa a ser protagonista de estudos e reflexões e coautor de novas práticas pedagógicas. Também é estimulado a produzir conteúdos e ferramentas que apoiam o acesso dos estudantes ao conhecimento. A intenção é engajá-los e oferecer as oportunidades educativas de que eles precisam para realizar seus projetos de vida, fazendo com que os educandos também se apropriem dos espaços educativos.

É uma proposta diferenciada de educação, em que se coloca o aluno no centro. Há uma mudança da gestão do ensino e do próprio papel do professor, que é um professor mentor, mediador. Trabalhamos na tentativa de maior horizontalidade. Diariamente, todos nessa escola nos configuramos e nos reconfiguramos. Saímos da zona de conforto.

Outro eixo importante para a concretização das mudanças é a participação de áreas que não estão necessariamente ligadas à educação,

mas cujas atividades influenciam a rotina dos alunos. Nesse contexto, neurocientistas desenvolvem pesquisas sobre como as pessoas aprendem, urbanistas trabalham o uso dos espaços públicos na educação, e programadores criam *softwares* e *games* para auxiliar na aprendizagem, entre outras inúmeras possibilidades.

Os movimentos sociais indígena, quilombola, negro, feminista, LGBT e do campo, bem como sindicatos e outros coletivos de profissionais da educação, também têm participação importante nesse processo de mudança, cultivando o diálogo e a interação com o meio e a natureza. A circularidade, a ancestralidade e o coletivismo são valores importantes para muitas comunidades tradicionais que, aos poucos, vão tendo mais espaços no ambiente educador. A formação que cultiva o respeito às pessoas, sua cultura, seus conhecimentos e sua capacidade de aprender ganha força.

O conceito de educação popular que trabalhamos questiona a mercadologia, o racismo, o machismo e a condição espacial a que nós nos sujeitamos para enfrentar uma educação institucional que nos corrói, que nos aprisiona. Ao mesmo tempo, propomos, com teoria e prática, uma pedagogia, uma didática que contemple a nós, nossa ancestralidade e nossas questões contemporâneas.

Os críticos afirmam que a nova política pública de educação é muito difícil de ser implementada com igualdade de condições nos centros e periferias, nas zonas rurais e urbanas do país, o que pode acabar gerando um efeito inverso ao desejado, com aumento das desigualdades e da exclusão de parcela significativa da população.

Argumentam que, ao contrário do que foi preconizado, o modelo favorece a fragmentação das experiências, com a tendência de os educandos, no lugar de compartilharem vivências com seus colegas, ficarem restritos ao mundo de seus *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos.

Há grupos que defendem o retorno à centralização dos recursos e à escolarização tradicional, o que gera um tensionamento constante.

Setores da sociedade civil criticam o que classificam de intervenção excessiva dos setores privados nos projetos educacionais por meio das parcerias público-privadas. Há também uma resistência de setores dos trabalhadores, que enxergam esse processo de mudanças como uma ameaça às pautas mais tradicionais da categoria, como melhoria salarial e das condições de trabalho. Eles também avaliam que será mais difícil mobilizar os professores para questões da luta sindical.

COMO O CENÁRIO ACONTECEU

No início de 2015, um dos objetivos anunciados pelo governo na área da educação é avançar no cumprimento das metas do PNE, principalmente as relacionadas com a universalização do acesso, o avanço na formulação dos planos estaduais e municipais de educação e a garantia do financiamento.

A crise de abastecimento de água se aprofunda em várias regiões do Brasil. Em meio às repercussões políticas, ganha relevância o debate sobre a necessidade de se investir com força na educação ambiental, de forma a dar instrumentos para a nova geração construir e viver em uma sociedade mais sustentável e consciente.



Veja os quadros de referência 12, 13 (pág. 55), 14 e 15 (pág. 56)

O governo promove audiências públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular e estimula a criação de espaços de reflexão sobre o modelo de escola do futuro. Os debates influenciam os formuladores dos planos municipais e estaduais de educação. Eles também incluem na agenda a discussão de outros temas relacionados às transformações sociais, como a influência da inovação e da tecnologia na formação dos educandos. →

 QUADRO DE REFERÊNCIA 12

SUSTENTABILIDADE DEVERÁ ESTAR NO CURRÍCULO ESCOLAR, DIZ UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) pretende incluir a chamada educação para o desenvolvimento sustentável na nova agenda de compromissos globais, que será estabelecida pelas Nações Unidas no período 2015–2030.

Com o objetivo de discutir estratégias para que todas as escolas do mundo ensinem conceitos de sustentabilidade, 1.100 representantes de 148 países participaram de uma conferência da Unesco em Nagoya, no Japão, nos últimos três dias. Formar professores e mobilizar a juventude se destacaram como ações urgentes durante o evento.

Apesar de não definir fontes de recursos para financiar ações nos países subdesenvolvidos, a declaração da conferência convida os países-membros da Unesco “a alocar e mobilizar recursos substanciais para traduzir políticas em ações”.

O evento em Nagoya marcou o fim da Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, iniciada em 2005.

Revista Educação

Blog da Redação (11/2014)

<http://goo.gl/vKxKsH> QUADRO DE REFERÊNCIA 13

MMA APRESENTA EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS EM CONFERÊNCIA MUNDIAL

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi convidado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a apresentar projetos de educação ambiental na Conferência Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

A Unesco escolheu cinco projetos de educação desenvolvidos em cada continente para serem expostos durante o evento. No caso da América Latina e do Caribe, foram escolhidas iniciativas de México, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana e Brasil. Da parte brasileira, serão expostas ações de educação ambiental desenvolvidas durante a vigência do Projeto de Cooperação Técnica entre o MMA e a Unesco, de 2000 a 2010.

Os programas Coletivos Educadores e Município Educador Sustentável serão expostos na entrada do plenário principal da conferência. O programa Coletivos Educadores tem o objetivo de estruturar uma rede de educadores ambientais populares a trabalharem todo o Brasil, incentivando e apoiando as ações desses educadores de modo permanente e contínuo. Já o programa Município Educador Sustentável visa apoiar a construção de municípios com foco na sustentabilidade, levando à formação de cidadãos que busquem soluções a questões sociais e ambientais locais através de processos educacionais.

Tinna Oliveira (07/11/2014)<http://goo.gl/BvfNgX>, acessado em 23/04/2015.

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 14

CASE AUSTRÁLIA: SUSTENTABILIDADE NO CURRÍCULO

Em 2004, uma parceria entre governo australiano, estados e territórios visou apoiar as escolas e suas comunidades para torná-las sustentáveis. Por meio de experiências práticas de aprendizagem, são trabalhadas a melhora na gestão dos recursos e das instalações das escolas (energia, resíduos, água, biodiversidade, paisagismo, produtos e materiais) e temas relacionados às questões sociais e financeiras.

Os princípios orientadores da iniciativa são: o desenvolvimento de uma nova cultura escolar, comprometida com os princípios da sustentabilidade; a realização de ações concretas de aprendizagem e integração com os currículos escolares; o incentivo à participação da comunidade local ligada à escola; o desenvolvimento de relações com outras áreas que tenham impacto sobre a organização e a gestão da escola; a partilha de informações entre escolas; o envolvimento dos jovens e o encorajamento das escolas para atingir resultados mensuráveis de cunho social, ambiental, educacional e financeiro.

Mais de 2.000 unidades de educação já estão participando do programa e relatam reduções de até 80% na coleta de resíduos, de até 60% no consumo de água, e economia de 20% no uso de energia, com redução proporcional das emissões de gases do efeito estufa. As famílias de toda a Austrália têm sido influenciadas pela iniciativa.

Programa Cidades Sustentáveis (30/04/2013)

<http://goo.gl/eNiaR7>

acessado em 23/04/2015

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 15

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NAS ESCOLAS (PDDE) ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo.

O PDDE Escolas Sustentáveis, oferecido nos moldes operacionais estabelecidos pelo FNDE, consiste em repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a tornar as escolas espaços educadores sustentáveis.

As ações passíveis de financiamento incluem: 1) apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida); 2) adequar o espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, à eficiência energética e ao uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; e 3) promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola.

Manual Escolas Sustentáveis (21/05/2013)

Resolução CD/FNDE no18

<http://goo.gl/fTWr0k>

Com o apoio e a participação de pais, ONGs, sindicatos e outras organizações da sociedade civil que atuam na educação, são desenhados modelos que ampliam algumas experiências já existentes de atuação das chamadas escolas sustentáveis. São consideradas questões sociais, ambientais e econômicas nas edificações, na gestão, no currículo e nas relações com as comunidades e com o entorno.

A questão da inclusão dos estudantes com deficiência é uma prioridade do ponto de vista da acessibilidade dos espaços escolares e dos materiais didáticos, da ampliação dos recursos humanos de apoio e da formação continuada dos professores.

No quesito da gestão, o desenho das novas escolas prevê o incremento da participação da comunidade, com a criação e o fortalecimento de conselhos que incluam as vozes de todos os envolvidos, dentro e fora do ambiente escolar: dos funcionários e alunos às diversas instituições interessadas em colaborar.

Os planos estaduais e municipais que começam a ser formulados abrem espaço para experiências de novos modelos de aprendizagem, que passam pela mudança no papel do professor e a diminuição do papel central da sala de aula.

Em 2016, boa parte das metas do PNE registra avanços significativos. A destinação de 7% do PIB para a educação está bem encaminhada. O CAQi entra em vigor e o planejamento para a implementação das escolas em período integral passa a ser um dos temas presentes na agenda.

Além de gestores e educadores, são convidados a fazer parte da discussão representantes comunitários, coletivos juvenis, empresários, neurocientistas, entre outros representantes da sociedade, que debatem as novas oportunidades pedagógicas que podem surgir a partir da implementação do período integral.

Educação integral é mais do que tempo, é olhar a criança como um ser humano integral. Deve ser escola integral, educação integral. Não uma escola que dá no período da tarde uma simples complementação do que foi dado de manhã. Não é só para tirar a criança da rua porque ela corre risco, mas que ela tenha acesso a bens culturais a que não tem.



Veja os quadros de referência 16 (pág. 58) e 17 (pág. 59)

O governo promove conferências infantojuvenis de educação em várias cidades do país e uma das demandas que surgem nas vozes dos par-

ticipantes é a necessidade de remodelamento do ambiente escolar, considerado obsoleto e desestimulante.

Construímos escola hoje com uma lógica de presídio, uma cela, uma sala de aula ao lado da outra, apertada, sem espaço para a criança se mover, com mobiliário desagradável. Temos que repensar a arquitetura escolar. E repensar com essa preocupação ambiental, com energia solar, eólica, separação do lixo, compostagem, para que o aluno possa ter a vivência da questão ambiental dentro da própria escola.

Os jovens e adolescentes se identificam e apoiam a mudança de modelo. Eles ficam estimulados com a possibilidade de ter voz ativa na elaboração dos planos político-pedagógicos e no planejamento do conteúdo das aulas. É a chance de a escola incorporar, na prática, a cultura do dia a dia dos estudantes. →

Como temos modelos de educação do século XIX, professores do século XX e alunos do século XXI, a gente precisa cada vez mais do aluno participando dos processos de construção dos modelos educacionais.

QUADRO DE REFERÊNCIA 16

PROJETO BURAREIRO: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES/RO

A experiência nasceu como um projeto piloto aplicado na escola municipal Roberto Turbay. O trabalho partiu de uma integração curricular, que buscava nortear os conhecimentos a partir dos conteúdos de ensino, e de atividades culturais e esportivas.

A oferta de atividades prevê continuidade na construção do conhecimento, motivo pelo qual o projeto preserva também seus profissionais em tempo integral. A alta rotatividade é evitada justamente para que não haja descontinuidade da proposta pedagógica a ser trilhada. Os alunos são orientados a se envolverem a partir de suas habilidades, gostos e projetos de vida. Além disso, outras diretrizes fundamentam a proposta: a politecnia, a ampliação do tempo, espaço e oportunidade, a escola como eixo integrador da comunidade e a construção de projeto pedagógico a partir de um conselho gestor multidisciplinar.

A transição para o modelo envolveu um amplo trabalho de formação com as equipes gestoras que passariam a desenvolvê-lo, a partir de um questionamento central: “*Como queremos que o aluno seja multidisciplinar com professores especialistas?*”. O percurso formativo se estruturou a partir de encontros bimestrais que buscavam o diálogo entre a teoria e a prática.

A proposta pedagógica se sustentava em gestão participativa. Mensalmente, as escolas têm momentos de planejamento coletivo, familiares, comunidade, e outras secretarias. Há participação das outras secretarias do município. O esforço intersetorial ampliou a possibilidade de realizar ações e de fundamentá-las com diversidade de intenções pedagógicas.

O projeto vem contornando problemas sociais, melhorando o índice de aprovação e queda de retenção dos alunos, além do controle da evasão escolar, totalmente eliminada. Para os gestores locais, esse alcance foi possível a partir da ressignificação do espaço escolar, o que implica na valorização de toda a equipe pedagógica, amplitude de oportunidades educativas em diálogo com as demandas dos alunos e consequente reconhecimento de talentos, e a garantia de espaço participativo aos familiares e comunidade, que se tornaram parte da comunidade de aprendizagem.

Centro de Referências em Educação Integral

<http://goo.gl/pZrQIJ>

acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 17

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE (BH) GARANTE DIÁLOGO COM COMUNIDADE LOCAL E PARCEIROS

Em 2006, com o início do Programa de Escola Integrada, a Escola Municipal Professor Paulo Freire reformulou a dinâmica do ensino regular, ampliando a permanência dos alunos para nove horas diárias. A mudança na dinâmica das aulas só foi possível graças a abertura escolar para uma rearticulação com agentes da comunidade. Além do corpo docente, a gestão abriu espaço para a interlocução de oficinairos. A partir de parceria da escola com universidades, estagiários de diversas áreas passaram a atuar frente às oficinas sob a supervisão de professores e, valorizando os saberes e habilidades da própria comunidade, os moradores também passaram a ser convidados a intermediar essas atividades. Justamente para assumir uma vocação de interlocução, a dinâmica escolar se abriu para o entorno da unidade. Ao “derrubar” seus muros, a escola ampliou o relacionamento com atores de diferentes territórios e, por conta disso, diversificou a gama de possibilidades educativas para os alunos. Os estudantes visitam com frequência outros espaços como parques, bibliotecas, museus e até mesmo pontos de geografia e natureza local, como rios, nascentes, etc. A escola também prevê viagens para que a turma possa interagir com espaços de outros estados do país.

Ao passo que a escola começou a desenvolver as ações com e na comunidade, a dinâmica e características da região também passaram a afetar o cotidiano escolar. É prática da escola, graças à interlocução com atores da rede de proteção de crianças e adolescentes, o acompanhamento de alunos que, porventura, demonstram problemas familiares ou de rendimento escolar.

Desde que se envolveu no projeto, a comunidade escolar – professores, funcionários, estudantes e direção -, se abriu para uma proposta essencialmente dialógica. Aos poucos e continuamente, programas e atividades das mais diferentes naturezas são combinados e intercambiados; profissionais de diferentes áreas atuam sob uma ótica interdisciplinar e os estudantes aprendem em outros espaços, para além da sala de aula.

Centro de Referências em Educação Integral

<http://goo.gl/EAFKjS>

acessado em 23/04/2015

Os alunos precisam entrar no jogo como propositores, e não só como receptores. Os professores do século XX não precisam fingir que são do século XXI, mas, se eles fizerem parcerias interessantes, com os próprios alunos, com a comunidade do entorno, aí teremos insumo bastante para a inovação acontecer.

Um coletivo jovem em Teresina, no Piauí, cria uma campanha *on-line* e posta vídeos na rede social sobre experiências inovadoras bem-sucedidas de escolas em outros países. São ambientes mais conectados com a realidade dos jovens, em que os alunos tiram proveito das ferramentas tecnológicas para interagir e descobrir oportunidades de aprendizagem fora das salas de aula. Os ambientes são mais integrados à comunidade e valorizam-se as experiências vivenciais. Os vídeos fazem sucesso e viralizam rapidamente.

No início de 2017, a imprensa noticia que faltam professores em boa parte das escolas públicas espalhadas pelo país. O governo reconhece que há um déficit na atratividade da carreira docente e na formação para suprir a demanda do crescimento de vagas.



Veja o quadro de referência 18 (pág. 61)

Meses depois, dados do MEC sobre o ensino brasileiro revelam que o índice de evasão passa dos 15% entre os estudantes do Ensino Médio. O número de reprovações e de atraso escolar também atinge altas taxas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem dificuldade para atender o número crescente de estudantes que deixaram os bancos escolares regulares em busca de uma educação mais rápida.

Existe muita evasão escolar ainda por uma série de motivos, entre eles a condição da escola (a condição física ruim, o clima escolar, a situação de violência no entorno da escola, a falta de professores dentro do quadro escolar), que não ajuda o aluno a querer continuar. Essas condições precárias afetam diretamente a educação e o desempenho do estudante, tiram a vontade dele de querer ir para a escola e afetam diretamente a trajetória do aluno.



Veja o quadro de referência 19 (pág. 61)

O Brasil e o mundo não têm o que oferecer para os jovens. O nosso Ensino Médio é muito ruim. É de uma experiência empobrecedora. Não é à toa que o jovem está na rua.

No fim de 2018, o governo eleito anuncia que

a prioridade na área social é tentar estancar a crise que a educação brasileira atravessa. Para ocupar o MEC, o presidente da República escolhe um educador, conhecido por defender a necessidade da implementação de novas formas de organização nas relações institucionais, com o foco na cooperação pela educação.

Aos poucos, os debates e estudos referentes aos territórios cooperativos pela educação ganham projeção, visibilidade e importância. Surgem novas formas de organização e regimes de colaboração entre União, estados, municípios, organizações sociais, empresas e fundações empresariais. Alguns movimentos existentes no Brasil há mais de 30 anos servem de base para estudos voltados à constituição dos novos arranjos.



Veja o quadro de referência 20 (pág. 62)

A tendência de descentralização é recebida com reservas por parte da comunidade que atua na área educacional. Os críticos afirmam que o modelo coloca em risco algumas das conquistas mais importantes do setor nos últimos anos.

O governo cria espaços para debater com a sociedade civil caminhos para a prevenção do aprofundamento das desigualdades regionais e anuncia um amplo programa de parcerias

 QUADRO DE REFERÊNCIA 18

QUEDA DE MATRÍCULAS EM LICENCIATURA NO PAÍS GERA TEMOR DE APAGÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Os dados do Censo de Educação Superior de 2013 divulgados na terça-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) confirmaram uma tendência sombria para o futuro do país: o “apagão de professores” nas escolas. O fenômeno ocorre porque, pelo quarto ano seguido, é cada vez menor a quantidade de estudantes que procuram cursos de licenciatura. Consequentemente, o Brasil tem formado menos docentes.

O caso mais emblemático é o de Português. Em dez anos, entre 2003 e 2013, o número de matrículas na disciplina no ensino superior avançou mais de 1.000%. Mas, a partir de 2010, tem havido queda. Naquele ano o Brasil tinha mais de 90 mil alunos matriculados no curso. Em 2013, eram 78 mil, redução de quase 13%.

O cenário é o mesmo para Matemática. Em 2010, eram 82.792 estudantes na área, mas o número caiu para 80.891, ou 2,3% menos.

Leonardo Vieira (11/09/2014)

<http://goo.gl/7deuua>

acessado em 23/04/2015

 QUADRO DE REFERÊNCIA 19

IDEB MOSTRA QUE ESTAGNAÇÃO DO ENSINO MÉDIO REFLETE ALTAS TAXAS DE EVASÃO ESCOLAR

Recém-divulgado pelo governo federal, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o ensino médio, que permaneceu em 3,7 pontos, numa escala de 0 a 10, entre 2011 e 2013, sintetiza bem a estagnação dessa etapa escolar no país, mas não revela consequências ainda piores da má qualidade dos colégios. Pouco atraídos pelo aprendizado, um em cada dez estudantes do antigo segundo grau abandona as salas de aula antes do término do ano letivo. Além disso, 12% reprovam e 30% dos matriculados estão com atraso de mais de dois anos no fluxo regular.

Os dados do Ministério da Educação (MEC) desenham o cenário assustador do ensino médio no Brasil, sobretudo porque o público a que se destina, adolescentes e jovens, está naturalmente mais propenso a trocar o estudo pelo trabalho ou a simplesmente não buscar nem um nem outro — a chamada geração “nem-nem”, estimada em um a cada cinco brasileiros de 15 a 29 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Especialistas em educação chamam a atenção para a urgência de uma reforma no sistema de ensino, sob pena de um retrocesso em conquistas sociais recentes.

Renata Mariz (07/09/2014)

<http://goo.gl/QktQln>

acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 20

TERRITÓRIOS DE COOPERAÇÃO

A criação de formas de associativismo territorial entre municípios é um elemento central da agenda educacional. Primeiramente chamados de Arranjos de Desenvolvimento da Educação, e mais recentemente renomeados como Territórios de Cooperação, o consorciamento entre governos locais pode atacar problemas comuns num mesmo território, principalmente aqueles que tragam ganho de escala, e, ainda, fazer com que as municipalidades se auxiliem mutuamente, incentivando especialmente aquelas que tenham melhores condições a ajudar as mais vulneráveis. Há um histórico já bem-sucedido de tais formas de cooperação, como nos casos da região de Votuporanga (SP), da Chapada Diamantina (BA) e do Oeste do Paraná, com a AMOP (Associação Municipalista do Oeste do Paraná), com atuação em política educacional intermunicipal desde a década de 1970. Cabe reforçar que essas pactuações federativas envolvem muitas vezes atores sociais, como universidades, empresas e entidades do terceiro setor, ampliando e democratizando a governança pública.

Comparada a outros setores, como Meio Ambiente e Saúde, a política educacional ainda tem poucas experiências de cooperação intermunicipal e federativa. A questão é que, dadas as desigualdades territoriais e as questões que teriam ganho de escala se houvesse atuação conjunta, como o transporte ou a contratação e capacitação de professores, é essencial avançar na legislação e indução dessas formas de pactuação intergovernamental. Recentemente, o MEC, por meio da SASE (Secretaria de Articulação de Sistemas de Ensino), fez um diagnóstico das melhores práticas nesse campo e mapeou territorialmente quais seriam as áreas contíguas com maior vulnerabilidade educacional. Essas duas informações poderiam ser usadas como subsídio para uma política mais ativa de colaboração e combate às desigualdades federativas do país.

Abruccio, Fernando (20/05/2015):
texto desenvolvido para o projeto Cenários
para Educação Básica no Brasil 2032.

público-privadas, que estabelece condições mais favoráveis de investimento em projetos educacionais em áreas de maior vulnerabilidade econômica e social.

As PPPs preveem que os recursos sejam empregados apenas para suprir as demandas territoriais, obedecendo à autonomia das secretarias de Educação e das escolas. A iniciativa privada, no entanto, exige contrapartidas, como a possibilidade do uso de sistemas padronizados em alta escala. Setores da sociedade civil organizada resistem fortemente à expansão da atuação da iniciativa privada na educação, sobretudo na Educação Básica. Diante do impasse, o programa avança lentamente.

Em 2019, a porcentagem de jovens brasileiros que utilizam plataformas tecnológicas de ensino *on-line* ultrapassa os 85%. Os brasileiros só ficam atrás de americanos e chineses na utilização dos *sites* que ajudam os estudantes a estudar e aprender matemática, física, química e outras disciplinas por meio de jogos, desafios, vídeos, etc. No entanto, o acesso a computadores e *tablets* continua desigual entre as regiões do país.



Veja o quadro de referência 21 (pág. 64)

Em 2020, diante do envelhecimento da população brasileira, o governo decide reduzir benefícios da Previdência Social e aumentar os valores de contribuição. A iniciativa causa indignação na classe média e desencadeia uma série de manifestações que tomam conta do país. Os líderes do movimento exigem melhorias na qualidade dos serviços públicos. Reclamam da má gestão na saúde e exigem as tão esperadas reformas no sistema de ensino.

Os estudantes aderem às reivindicações e participam dos protestos. Pedem mais recursos e mudanças profundas no sistema, como revisão do modelo escolar, alteração no sistema de avaliação e a inclusão da tecnologia no processo de aprendizagem.

O Palácio do Planalto toma a decisão de aumentar parte do orçamento da educação para pesquisas em modelos inovadores. O objetivo é replicar experiências bem-sucedidas que estão acontecendo em escolas públicas e particulares, com mudanças na distribuição do tempo de aula, certificações por competências no lugar dos diplomas e espaços multiúso, que promovem o aprendizado híbrido com experiências vivenciais.

Talvez essa mudança tenha que começar pequena, por grupos de pessoas insatisfeitas que têm

discutido e refletido sobre isso e que podem formar um grupo para consolidar uma proposta, uma alternativa localmente, e que aquele movimento cresça. Essas mudanças vão começar do pequeno para o maior, até chegarem ao ponto de interferir em uma política educacional nacional.



Veja o quadro de referência 22 (pág. 64)

Congresso aprova uma minirreforma tributária que reduz levemente o desequilíbrio no pacto federativo. Pouco tempo depois, o governo afirma que a União está pronta para debater o aumento da sua participação no Fundeb, o que será fundamental para a ampliação da reforma educacional que o país organiza.

Outra medida com o objetivo de atrair novos profissionais é a valorização da carreira dos docentes por meio da equiparação salarial com outras carreiras do mesmo nível acadêmico, uma antiga reivindicação da categoria.

O setor educacional, em 2022, vive as primeiras costuras políticas para a elaboração do novo PNE, previsto para entrar em vigor dois anos depois. A descentralização por meio dos territórios cooperativos pela educação ocupa espaço de destaque nas negociações, assim como a

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 21

PLATAFORMA DE ESTUDOS GEEKIE GAMES TEVE ACESSO DE 3,1 MILHÕES DE ALUNOS

A plataforma online de ensino *Geekie Games* totalizou 530 mil usuários cadastrados, e foi acessada este ano por mais de 3,1 milhões de alunos de todos os estados do Brasil, que estudam em mais de 20 mil escolas no país, segundo dados divulgados pela start up de tecnologia *Geekie*.

“É uma plataforma que fala a língua do jovem”, descreveu Claudio Sassaki, cofundador e CEO da empresa, lembrando que o serviço possui videoaulas para auxiliar os alunos, e que a plataforma foi bastante acessada por meio de dispositivos móveis. *“O objetivo é oferecer ensino*

diferenciado para todos, e não só para quem tem condição de pagar”, afirmou Sassaki.

O *Geekie Lab*, produto voltado para as escolas e que oferece conteúdos educacionais personalizados para os alunos a partir de um algoritmo que identifica as principais dificuldades do estudante em cada matéria, foi adquirido por 650 escolas particulares. O sistema permite que professores tenham uma visão mais aprofundada das dificuldades de cada aluno, e possa pinçar os principais problemas de aprendizagem de cada um deles.

Cauê Fabiano (18/12/2014)
<http://goo.gl/6ub2VA>
acessado em 23/04/2015

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 22

“A MINHA AULA ROMPEU AS PAREDES DA ESCOLA”, PROFESSORA DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA UTILIZOU PLATAFORMAS DIGITAIS PARA PASSAR CONTEÚDOS PARA ALUNOS ESTUDAREM EM CASA

Percebi que meus alunos não estavam nada interessados em sala de aula, mas quando se falava em fazer alguma atividade na internet, tudo mudava.

Criei cursos em uma plataforma de aprendizagem a distância que é baseada em software livre. Nessa plataforma, eu fazia aulas que serviam de tarefa de casa. Cada aluno acessava e fazia a atividade. O conteúdo não havia sido dado em sala de aula. Era o primeiro contato deles com aquele tópico e eu acompanhava o desempenho de cada um *on-line*.

Depois, em sala de aula, o que

fazia era tirar as dúvidas. Eu já tinha uma amostra prévia do perfil dos alunos, e, portanto, sabia das dúvidas e dificuldades de cada um. Como um cirurgião, trabalhava na escola essas dificuldades. Em sala de aula, procurava sistematizar e aprofundar cada tópico trabalhado.

É claro que o interesse aumentou e os alunos se sentiram co-responsáveis pelo seu aprendizado. Eles mesmos propunham outras atividades dentro ou fora da sala de aula. A minha aula rompeu as paredes da escola. O desempenho aumentou, as aulas ficaram mais vivas e os meninos passaram a amar ciências e biologia.

Andréa Barreto (26/11/2014), Diário de Inovações
<http://goo.gl/TwwLYM>
acessado em 23/04/2015

análise sobre como incorporar as novas subjetividades derivadas da tecnologia e seus efeitos na educação.

A descentralização, no entanto, aprofunda a desigualdade entre os grupos urbanos mais favorecidos e as áreas do campo e das periferias urbanas. As cidades de médio porte têm melhores condições de aproveitar as oportunidades atuais, mas as grandes e as muito pequenas sentem o aprofundamento da desigualdade. O modelo “comunitarista” favorece a participação de grupos e famílias, mas em alguns territórios isso significa o fortalecimento de discriminações e exclusões por motivos de crenças religiosas e política, valores e comportamentos, como o preconceito contra a população LGBT. Em algumas regiões, o modelo favoreceu a integração educacional e cultural com a população negra; em outras, a desigualdade se aprofunda.

Os principais embates se dão com os grupos que trabalham fortemente para manter a centralização da educação, reduzindo a autonomia nos municípios e nos espaços decisórios participativos. Eles argumentam que o modelo proposto aumenta o risco de exclusão e de discriminação política, religiosa e sexual. Os defensores da centralização também afirmam que haverá o aprofundamento da desigualdade entre os grupos urbanos mais favorecidos, populações do campo e periferias urbanas.

Um projeto de lei com o objetivo de facilitar o financiamento dos arranjos regionais é aprovado. É aberta a possibilidade de criação de fundos comunitários territoriais, que podem ser compostos por recursos de origem pública e de diferentes fontes privadas (com e sem fins lucrativos). O texto estabelece que os conselhos escolares serão responsáveis por fiscalizar a alocação de verbas nos projetos.

Além disso, as comunidades que atuam nos arranjos colaborativos conquistam o direito de não apenas contribuir economicamente com a administração dos ambientes educadores, mas também de administrar a aplicação dos recursos, definindo as estratégias e as prioridades pedagógicas para o uso do dinheiro.

O projeto gera polêmica. Determinados grupos, com apoio de setores da imprensa, criticam o texto aprovado pelo Congresso. Afirmam que, ao delegar a gestão da educação, o Estado está se omitindo de suas obrigações constitucionais.

Ao justificar o apoio ao projeto, o ministro da Educação afirma que a ideia da descentralização, com mais horizontalidade, evoca a dimensão de uma nova sociedade mais organizada, participativa e colaborativa, que atua para reduzir os efeitos das desigualdades.

Grupos progressistas veem no projeto a possi-

bilidade de predomínio de interesses privados sobre o direito público. A avaliação da experiência de escolas *charter* no Chile confirma que, embora a média de resultados seja melhor, estando entre os mais elevados da América Latina, a desigualdade entre pobres e ricos, territórios urbanos e do campo, povos indígenas e os demais se aprofunda. Todos os resultados educativos crescem, mas a diferença entre os grupos aumenta.

Com a intenção de mostrar as distorções que esse modelo pode provocar, a imprensa publica uma série de reportagens nas quais são apresentados diferentes perfis de comunidades que estão ajudando a definir os projetos político-pedagógicos das escolas em diferentes regiões do Brasil. O material mostra a diversidade de interesses e aponta as dificuldades de se estabelecer uma Base Nacional Comum Curricular em todo o país.

Nas eleições gerais, a administração que deixa o poder consegue fazer o sucessor, que promete dar prosseguimento às políticas sociais, principalmente às reformas educacionais, que aos poucos estão mudando a educação pública do país.

Meses depois, durante o Fórum Nacional de Territórios Cooperativos pela Educação, os alunos que fazem parte de um núcleo de mais de 15 mu-

nicipios da Paraíba apresentam uma plataforma eletrônica, criada em conjunto com educadores e pesquisadores locais, que faz a integração de todos os conteúdos debatidos dentro e fora das salas de aula, de como os problemas das comunidades foram encaminhados e com um banco de sugestões e ideias que podem ser aplicadas para melhorar a qualidade de vida e de ensino na região.

A plataforma faz sucesso. Com linhas de financiamento públicas e privadas, incluindo recursos das comunidades interessadas, essa ferramenta é replicada para outros territórios, respeitando as características de cada local.

Em 2024, o segundo PNE chega ao fim com boa parte das metas e estratégias cumprida. Entre os destaques está a implementação de 50% das escolas em tempo integral, o que favorece a política de reformas em curso. A alfabetização aos oito anos é alcançada para 85% das crianças. Dados do governo mostram que os alunos no campo e nas periferias urbanas ainda são os mais vulneráveis. Já o desempenho dos estudantes do Ensino Médio continua abaixo da meta.

No processo de construção do novo plano, seus formuladores, reconhecendo que a tecnologia gerou mudanças profundas nas formas de aprender, defendem a ideia da transição da escola como único local de ensino-aprendizagem

para um espaço de articulação das múltiplas oportunidades educativas existentes na comunidade e no mundo virtual. A ideia da ampliação das experiências vivenciais no espaço cidade-escola se consolida.

A grande questão para mim é como conseguimos aprender na cidade. Como conseguimos perceber que aprendemos em todo lugar e potencializar esse aprendizado?

Os projetos de comunidade de aprendizagem são aqueles em que todos são responsáveis pela aprendizagem. Essa aproximação da escola com a comunidade deu muito certo em áreas de vulnerabilidade. Era isso que deveria ser a educação, um projeto coletivo. Temos mais experiências do que imaginamos no Brasil. Antes era uma ilha, agora temos um arquipélago de boas práticas e experiências.



Veja o quadro de referência 23 (pág. 67)

A educação popular ganha força. Fortalecidas pela consolidação da gestão participativa, as escolas trabalham com ações que integram a comunidade e desenvolvem nas crianças, jovens e adolescentes a reflexão crítica sobre questões

que afetam o cotidiano das pessoas e das comunidades. Os educadores têm o papel central de auxiliar o desenvolvimento da autonomia de pensamento dos alunos, o que se reflete na consolidação do processo de aprendizagem dos educandos por meio de ações e projetos interdisciplinares que também são benéficos para a comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular se expande com a inclusão dos conhecimentos culturais, sociais, ambientais e emocionais. Os formuladores chegam à conclusão de que ela deve ser fundamentada no conhecimento universal e articulada com a cultura local, incluindo questões de fundo essenciais, como a sustentabilidade, a diversidade e a participação. →

É preciso olhar o currículo, e não somente o cognitivo, mas também as questões socioemocionais. Tais habilidades são catalisadoras para as habilidades cognitivas, para melhorar a aprendizagem.

A partir da definição de currículo, você irradia todo o resto e mexe na formação de professores, mexe com o concurso para selecionar o professor, mexe na estrutura que você vai ter na própria escola, quais são as inovações com que você vai trabalhar e de que maneira vai trabalhar essas inovações.

QUADRO DE REFERÊNCIA 23

CIDADE EDUCADORA

A noção de Cidade Educadora remete ao entendimento da cidade como território educativo. Nela os diferentes espaços, tempos e atores da cidade são compreendidos como agentes educativos que podem, ao assumirem uma intencionalidade educativa, garantir a perenidade do processo formativo para além da escola e das iniciativas e políticas tradicionalmente de caráter educacional.

Este conceito ganha força e notoriedade com o movimento das Cidades Educadoras que teve início em 1990 com o Iº Congresso Internacional de Cidades Educadoras realizado em Barcelona. Neste encontro um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios centrados no desenvolvimento dos seus habitantes que orientariam a administração pública a partir de então e que estavam organizados na Carta das Cidades Educadoras, cuja versão final foi elaborada e aprovada no IIIº Congresso Internacional em Bolonha, em 1994.

O movimento trata da educação como um elemento norteador das políticas da cidade e o processo educativo como um processo perene que deve ser garantido a todos em condições de igualdade e que pode e deve ser potencializado pela valorização da diversidade intrínseca a vida na cidade e pela intencionalidade educativa dos diferentes aspectos da sua organização: do planeamento urbano, da participação, do processo decisório, da ocupação dos espaços e equipamentos públicos, do meio ambiente, das ofertas culturais, recreativas e tecnológicas.

Na carta, o movimento afirma: *“A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. As razões que justificam esta função são de ordem social, econômica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial.”* (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004)

Em 2025, uma grande crise instaura-se no âmbito das universidades e os professores protagonizam um movimento de “**reforma já**” da formação acadêmica. Afirmam que as universidades não acompanharam a velocidade das mudanças no ensino brasileiro e que falta capacitação para os novos profissionais lidarem com a transformação das subjetividades que estão em curso.

Estamos avançando em pesquisas de neurociências voltadas a como as pessoas aprendem. Se as usarmos, teremos uma formação de professores muito mais voltada para a sala de aula e para a personalização do ensino.

Não é só formar os professores para aprender melhor física, química, português e matemática. Também se deve fazer isso, mas não é suficiente. É aproximar as formações do mundo real, do cotidiano da escola. Aprender a fazer gestão, a administrar pessoas, se relacionar com atores, ser capaz de interagir com os alunos, os pais e a comunidade, tudo o que está associado em termos de liderança de pessoas, recursos e conteúdos.

O programa especial voltado para o processo de formação inicial e continuada de professores é ampliado e prevê a realização de várias par-

cerias com universidades de todas as regiões do país. A implantação da reformulação é difícil. Encontra resistências dos sindicatos de professores, que são contrários ao processo de descentralização e disputam o protagonismo nas decisões relacionadas à educação.

Começam a nascer no país institutos de formação de professores dentro das universidades públicas e privadas com foco em inovação e tecnologia. Trabalha-se muito em formatos que incentivam os profissionais da educação a atuarem mais como mediadores e protagonistas do que centralizadores de conteúdo. Práticas e conteúdos aproximam a universidade e a escola.

Na formação do professor, inicial ou continuada, é fundamental que o método faça parte do conteúdo, ou seja, é tão importante o que se pretende ensinar quanto a forma de ensinar. Os professores precisam saber o que ensinar e como ensinar. Atualmente, a gente vive os dois dramas. Tem professores que não sabem nem o que nem como ensinar.

No fim do ano, em parceria com empresas e institutos privados, o governo amplia o projeto para garantir que toda a rede pública, incluindo os centros mais afastados, esteja equipada com amplo acesso à internet até 2030.

Hoje temos um gargalo grande, que é a questão da conectividade. A tecnologia tem um papel na educação, como um acelerador, um promotor de novas formas de ensino e aprendizagem.

A decisão é uma tentativa de reduzir a desigualdade tecnológica e educacional entre as regiões do país e, ao mesmo tempo, de replicar experiências bem-sucedidas em outras regiões remotas, como o interior do Amazonas e do Pará, que utilizaram ferramentas de educação digital para melhorar o nível de aprendizado dos estudantes e reduzir as taxas de evasão. Para isso, as comunidades que serão beneficiadas pelo projeto também se comprometem a desenvolver currículos e formas de ensinar que dialoguem com as demandas e culturas locais.

A tecnologia e as inovações têm um potencial enorme de reduzir desigualdades, porque dão mais acesso com menor custo e maior eficiência. Se essas inovações chegam só a parcelas e não conseguem ser inclusivas, elas ampliam as desigualdades.

Nas eleições presidenciais de 2026, os avanços na educação obtidos nos últimos dez anos estão entre os temas principais da campanha eleitoral. Cerca de 90% das instituições de ensino já apresentam estrutura física considerada

adequada. O conceito de gestão democrática se aprofunda cada vez mais. O fundo de cooperação das comunidades nas escolas fortalece a voz de todos os participantes dos conselhos escolares, municipais, territoriais e interterritoriais. O desempenho escolar no país inteiro melhora. Na divulgação do Pisa, o Brasil fica entre os 25 países mais bem avaliados.

No primeiro pronunciamento depois da eleição, o novo presidente anuncia que as mudanças em curso na educação pública do país são uma conquista e representam um passo importante no enfrentamento das desigualdades no Brasil. Ele afirma também que a nova concepção educacional será gradualmente incorporada à política de Estado.

O modelo tradicional não é completamente abandonado. Ele ainda desempenha papel de grande relevância na política de universalização do ensino. Nas grandes cidades, há o aumento da procura da classe média por vagas em instituições de ensino que aderiram ao formato mais inovador e participativo.

Em 2030, o governo anuncia que o índice de inclusão de alunos negros nas universidades teve avanços significativos. Ainda assim, há o reconhecimento de que é preciso avançar mais na incorporação dessa questão ao debate curricular, além das questões de gênero e identidade sexual.

Nos dois anos seguintes, cresce o número de alunos da classe média que deixam o sistema privado de ensino em busca de vagas no sistema público. Grandes empresas privadas firmam parcerias com estados e municípios para ajudar a promover cursos e atividades de educação integral e reforçar o envolvimento da comunidade com as escolas.

Em 2032, o modelo de reforma educacional encontra-se efetivado em 50% do território brasileiro. As mudanças de concepção, aliadas à gestão participativa, ao desenvolvimento dos Territórios Cooperativos pela Educação e às transformações provocadas pelo emprego da tecnologia, são ingredientes de um caldo de cultura transformador, que ainda é marcado por desigualdades sociais, apesar dos avanços das últimas décadas. ●

CENÁRIO 3

FALCÃO-PEREGRINO





CENÁRIO FALCÃO-PEREGRINO

DIFERENCIADORES



NARRATIVA

FALCÃO- PEREGRINO

No **Cenário Falcão-Peregrino**, o Estado utiliza de seu poder e estrutura para manter o papel de provedor, avaliador e financiador, mas toma a decisão de abrir mão de ser o principal executor das políticas e de se responsabilizar pela oferta educacional.

A influência da visão empresarial se consolida com um aumento significativo de repasse de recursos públicos para instituições privadas (lucrativas e não lucrativas) de ensino, por meio de convênios, parcerias público-privadas e distribuição de bolsas de estudo.

Nunca se diluiu as fronteiras entre o público e o privado como acontece hoje. A Constituição de 88 reconheceu o dever do Estado de prestar o serviço educacional, gratuito e público. Hoje, há uma noção equivocada de que, se o serviço for gratuito, ele pode ser subsidiado por recurso público.

Com base na ampliação da possibilidade de financiamento oferecido pelo governo, organizações privadas investem em escolas particulares dirigidas a atender as classes mais desfavorecidas, que vivem nas periferias dos grandes e médios centros populacionais do país.

Ao mesmo tempo em que, teoricamente, as famílias ganham mais possibilidade de escolher se os seus filhos vão estudar em colégios públicos ou particulares, prevalece um modelo de participação social frágil no dia a dia das escolas, que fica limitado a algumas atividades mais superficiais, como a prestação de serviços por parte de organizações da sociedade civil. Há uma redução dos espaços de decisão como os conselhos escolares.

A ideia do privado como mais eficiente se consolida como hegemônica, e há um esvaziamento das instituições públicas. O argumento utilizado de forma geral é que o problema não é a escassez de recursos, mas a incompetência dos gestores públicos. O antídoto, sugerido pelos defensores da diminuição da presença do Estado na área educacional, é apostar na segmentação e na competição, seja entre professores, educandos e escolas, para conquistar melhores indicadores. Isso é feito por meio da criação de novos *rankings*, que são atualizados com base em avaliações feitas periodicamente e em larga escala. →

Confio na gestão privada. É melhor do que a pública e não tem que enfrentar o corporativismo dos professores. Os educadores são ideológicos, contra o mercado, o lucro, a iniciativa privada. É uma visão retrógrada, de uma sociedade que passou. O que importa é educar as crianças, não importa se é público, privado, meio estatal. Existem pessoas mais preocupadas em evitar que tenha lucro do que em melhorar a qualidade da educação.

A relação entre comunidade e escola ganha uma lógica de mercado, de consumidor e fornecedor. Ao mesmo tempo em que é cobrada do aluno uma melhor *performance*, a comunidade, como “consumidora” exigente, passa a demandar uma melhoria de qualidade no aprendizado. Mas a cobrança desses consumidores insatisfeitos limita-se à troca de matrículas de alunos para outras instituições, sendo que as famílias mais pobres têm um poder de mobilidade mais restrito.

Dentro das instituições de ensino, o aperfeiçoamento da qualificação dos alunos para o mercado de trabalho torna-se o mote principal, apesar da resistência das educadoras e dos educadores, da academia e da sociedade civil organizada. A compra de sistemas de ensino e a utilização de material padronizado e apostilado, conteúdos embarcados (objetos de aprendiza-

gem presentes em *tablets* etc.) são empregados em alta escala, garantindo mais eficiência em atingir um público maior e uma maior rentabilidade para o mercado educacional.

O ranqueamento das escolas com base nos índices de desempenho dos estudantes é o conceito que permeia todo o processo de gestão. As avaliações que privilegiam a aferição do nível de aprendizado dos educandos desenvolvem um papel central no modelo, inclusive na política de valorização dos professores, com a aplicação de uma política de premiações e bônus voltada ao alcance de metas. Apesar de receber muitas críticas, o sistema continua a privilegiar o *ranking*, e não a interpretação pedagógica dos resultados.

Consolida-se a prática de oferecer vagas em empresas aos jovens com melhor *performance* escolar. Estas, por sua vez, se comprometem perante o governo, a complementar a educação com uma formação técnica de qualidade. Para boa parte das famílias dos alunos, esse sistema representa uma ótima oportunidade de inserção no competitivo mercado de trabalho e uma possibilidade de ascender socialmente.

Os índices de desempenho escolar estão melhores. Motivados pela melhoria da estrutura tecnológica das escolas – incluindo o acesso a equipamentos que promovem maior interatividade

– e com a promessa de uma formação mínima, uma parcela dos jovens que deseja ter melhor acesso ao mercado de trabalho se identifica com o novo modelo. Há pouca organização e mobilização em torno de órgãos de participação, como os grêmios estudantis.

Há avanços nas matrículas dos cursos técnicos. Ainda assim, esse enfoque profissionalizante sofre grande resistência dos movimentos sociais e dos profissionais da educação brasileiros.

A formação de professores também segue um modelo padronizado, incentivando o treinamento para resultados. A formação inicial ainda é um pré-requisito, mas perde espaço em detrimento dos cursos de curta duração e modalidades a distância.

Paralelamente, há o incentivo para a instalação de centros de excelência financiados por empresas de setores específicos.

O papel do professor equivale ao de um executor, com metas a cumprir. O projeto pedagógico das escolas é voltado à melhoria do desempenho no Ideb. Além disso, dissemina-se a noção de que todos os profissionais podem dar aulas, e não apenas os professores.

Porém, ao contrário das expectativas, o modelo não tem impacto na redução das desigualdades.

A educação no campo, nas comunidades indígenas, quilombolas e para pessoas com deficiência perde espaço como política pública, ainda que o mercado explore alguns nichos relacionados com a diversidade de forma superficial, sem endereçar temas centrais, como a inclusão e o respeito às identidades e problemáticas de cada segmento.

Crescem também as experiências de desescolarização (o ensino dentro de casa, sem a obrigatoriedade de a criança frequentar a escola), que passa a ser considerada constitucional.

COMO O CENÁRIO ACONTECEU

Em 2015, as matrículas na rede particular de ensino continuam crescendo. Esse fenômeno é encabeçado por famílias da classe C que, insatisfeitas com a qualidade precária da educação pública, buscam nas escolas privadas uma melhor preparação para os seus filhos. →



Veja os quadros de referência 24, 25 (nesta página) e 26 (pág. 75)

Há alguns indícios de que uma certa melhoria na condição econômica das classes populares levaria a uma migração para escolas privadas de baixo custo.

QUADRO DE REFERÊNCIA 24

REDE PÚBLICA PERDE ALUNOS PARA ESCOLAS PRIVADAS, SEGUNDO CENSO

A educação pública no Brasil está encolhendo, enquanto a rede de ensino privada cresce ano após ano. Os dados do Censo da Educação Básica de 2013 mostram que o número de alunos matriculados em escolas particulares subiu 14% de 2010 a 2013, passando de 7,5 milhões para 8,6 milhões. No mesmo período, a quantidade de estudantes em instituições públicas recuou 5,8%, caindo de 43,9 milhões para 41,4 milhões.

Em 2010, havia 51,5 milhões de estudantes no ensino básico. Desse total, 85,3% eram de matrículas na rede pública. Hoje, as escolas públicas ainda educam a grande maioria dos alunos, mas o percentual caiu para 82,8% das atuais 50 milhões de matrículas no ensino básico nacional.

Leonardo Vieira (27/02/2014)

<http://goo.gl/5yVhlw>

acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 25

ENQUANTO ESCOLA PÚBLICA ENCOLHE, PARTICULAR CRESCE

Ao trocar sua filha de escola, a autônoma Denise Galiano Gomes, 31, reforçou um movimento cada vez mais evidente no país: a migração de estudantes de escolas públicas para as particulares.

Segundo dados do Ministério de Educação, os colégios particulares tiveram aumento de 21% nas matrículas nos últimos cinco anos. As públicas encolheram 10%. Em números absolutos, a rede particular ganhou 1,5 milhão de alunos, e a pública perdeu 4,7 milhões (os dados são influenciados também por fatores como a queda na taxa de fecundidade).

O presidente do sindicato das escolas particulares de São Paulo, Benjamin Ribeiro da Silva, atribui o crescimento da rede privada à melhoria da situação econômica das famílias ocorrida no país a partir da década passada – especialmente para as classes mais pobres. *“Tanto que o crescimento de matrículas aparece mais em regiões periféricas. São os famosos novos 40 milhões na classe média”, afirmou.*

Fábio Takahashi (24/11/2014)

<http://goo.gl/TJGrqj>

acessado em 23/04/2015

☞ QUADRO DE REFERÊNCIA 26

ANIMA EDUCAÇÃO: MERCADO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR

O Brasil representava o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com aproximadamente 6,7 milhões de estudantes matriculados, segundo dados do Censo de Educação Superior 2011 - MEC/INEP.

De acordo com dados do MEC/INEP, o setor privado presencial apresentou um crescimento anual composto de 9,33% de 1997 a 2011, enquanto o setor público cresce a taxas de 5,92% ao ano no mesmo período.

Um dos principais fatores que impulsionou esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil

enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas, capazes de suprir a demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

(ii) Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 4 alavancas de crescimento:

Crescimento do ensino à distância (EaD), o que aumenta consideravelmente o público alvo das empresas de ensino

Oferta de alternativas atrativas de financiamento (PROUNI e FIES), que possibilitam às classes de baixa renda acessar o ensino superior



Expansão do segmento de trabalhadores que cursam o ensino superior

Fragmentação do mercado, o que oferece oportunidades de crescimento por aquisição

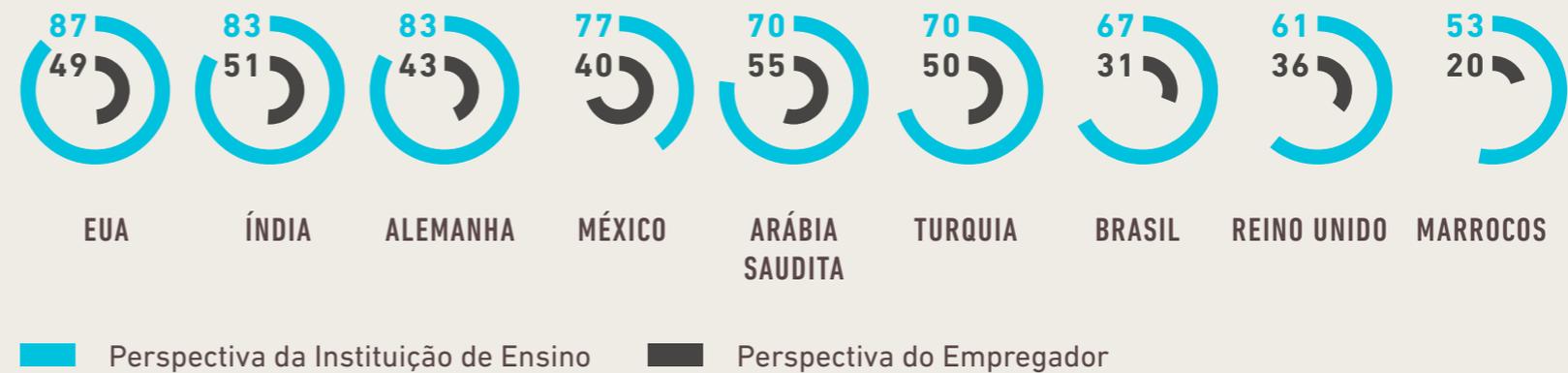
☞ QUADRO DE REFERÊNCIA 26 (CONT.)

**(viii) Novas tendências no Ensino Superior -
A demanda por qualidade**

Assim como a Lei de Diretrizes Básicas da Educação de 1996 mudou o panorama da educação no Brasil, causando a migração de um modelo de educação tradicional e de baixa competição para um modelo de educação em massa, com alta competição e entrada de entidades com foco em lucro, eficiência e produtividade, o setor vem passando por um novo ponto de inflexão nos últimos anos. Os principais interessados no desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, vale dizer, os empregadores, os estudantes e o Governo, estão dando indícios de que um novo componente do ensino irá se tornar chave para as IES: a qualidade da educação oferecida.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, percebe-se uma distância significativa entre a percepção dos empregadores e das instituições de ensino em relação ao preparo dos formandos para a atividade laboral. Dados da McKinsey contidos no relatório *Education to Employment: Designing a System that Works* oferecem um panorama preciso de como o mercado de trabalho percebe os estudantes com um preparo inadequado para as novas posições no mercado de trabalho.

PERCEPÇÃO DO PREPARO DOS FORMANDOS PARA O MERCADO DE TRABALHO (%)



Fonte: McKinsey de 2012

Pelo gráfico acima, percebe-se que, no Brasil, não só há um intervalo considerável entre a percepção de preparo dos estudantes de diversos países, como também que o Brasil fica atrás de outros países considerados emergentes, tais quais Índia, México e Turquia. Tal fato deverá fazer com que o mercado de trabalho pressione as IES para que estas ofereçam um ensino com melhor qualidade de forma a se alinhar às demandas dos empregadores por profissionais mais bem preparados.

Anima Educação (21/10/2013)
<http://goo.gl/ZpZB8B>
acessado em 23/04/2015.

Grupos educacionais privados de capital aberto, que até então estavam voltados para suprir a demanda crescente de vagas no ensino superior, vislumbram oportunidades na educação básica e investem no setor, com a abertura de unidades de educação infantil, creche e pré-escola.



Veja os quadros de referência 27 (nesta página), 28 (pág. 78) e 29 (pág. 80)

QUADRO DE REFERÊNCIA 27

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CAUSAS E IMPLICAÇÕES

Nos últimos anos a privatização da educação tem sido foco de aceso debate na área. Para muitos, esta significa apenas aumentar o papel dos pais no financiamento da educação, interpretação essa à qual se atribuem conotações negativas ou ameaçadoras, como maior desigualdade no acesso à educação e destruição da coesão social. Para outros, a privatização é positiva, pois implica mais recursos para a educação e uma utilização mais racional e flexível desses recursos. O debate está, portanto, carregado de implicações ideológicas e apresentam-se poucos fatos que sustentem um ou outro lado.

Belfield, Clive R. & Levin, Henry M.
A privatização da educação: causas e implicações, UNESCO: 2002
<http://goo.gl/tG1tik>
acessado em 23/04/2015

No Brasil nós não temos constituído um sistema de escola pública ainda, e a rede privada disputa esse lugar. Ela tem um forte papel. Ela não é uma opção democrática, mas ela cumpre um papel social de relevância.

Na educação pública e no setor privado de ensino, o clima é de otimismo por conta da aprovação do PNE com a perspectiva de aumento do investimento em educação. A maioria dos municípios e dos Estados apresentam seus planos de educação. O foco é maior para o atendimento quantitativo do que para o qualitativo. Os debates sobre a formatação de uma base nacional comum curricular continuam. Há uma forte tendência de dar prioridade a disciplinas como língua portuguesa e matemática e outros conteúdos para preparar os alunos para o mercado de trabalho.

Em 2016, a Emenda Constitucional 59, que obriga que todos os jovens de 4 a 17 anos estejam matriculados, é parcialmente implementada. Uma parte dos jovens ainda continua fora da escola devido à qualidade ruim do ensino, baixa motivação e necessidade de trabalho.



Veja o quadro de referência 30 (pág. 81)

O país vive um novo ciclo econômico desfavorá-

vel, o que, na prática, acirra as tensões, principalmente na área social. Na educação, milhões de famílias sofrem com o impacto da crise financeira, e grupos empresariais pressionam o Estado para comprar vagas na rede privada, a fim de manter os alunos em escolas particulares que consideram de melhor qualidade.

Ao mesmo tempo, grupos educacionais privados e movimentos empresariais que atuam no campo da educação ganham espaço entre diversos governos estaduais e municipais, com a assinatura de parcerias para o fornecimento de assessoria e venda de materiais de auxílio pedagógico para a rede pública. Os movimentos sociais da educação lutam pela garantia de direitos trabalhistas e a manutenção de padrão salarial.

No Congresso, são realizadas emendas à Constituição com o objetivo de tentar ajustar a legislação brasileira às mudanças ocorridas nas últimas décadas. Na educação, depois de muito debate entre os parlamentares, são aprovadas reformas que facilitam a alocação de recursos públicos para sistemas privados lucrativos de ensino.

Organizações da sociedade civil, movimentos juvenis e sindicatos de trabalhadores da educação recorrem à Justiça contra a aprovação das emendas, sob a alegação de que elas ferem

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 28

MECANISMOS DE REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O PRIVADO

No Brasil existem vários mecanismos de repasse de recursos públicos para o privado (lucrativo e não lucrativo) como parcerias público-privadas, bolsas e convênios. Segue abaixo algumas das formas e programas mais comuns.

PROUNI

É o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Ministério da Educação, <http://siteprouni.mec.gov.br/>, acessado em 23/04/2015

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES)

É um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Ministério da Educação, <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>, acessado em 23/04/2015

PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

Ministério da Educação, <http://goo.gl/SC41WE>, acessado em 23/04/2015

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 28 (CONT.)

MECANISMOS DE REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O PRIVADO

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

A **Parceria Público-Privada (PPP)** é um contrato de prestação de obras ou serviços não inferior a R\$ 20 milhões, com duração mínima de 5 e no máximo 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal. O agente privado é remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de tarifas cobradas dos usuários dos serviços mais recursos públicos. As parcerias público-privadas (PPP) na educação no Brasil vêm assumindo múltiplas e criativas formas que incluem por exemplo a oferta de vouchers para que os melhores alunos de escolas públicas tenham acesso a escolas particulares de alta qualidade. Outra modalidade é o da criação de escolas modelo, como nas experiências da Embraer, em São José dos Campos, e da Oi, com o Nave, no Rio de Janeiro. Outra possibilidade de PPP na educação seria a de uma organização da sociedade civil funcionar como laboratório para a concepção e validação de tecnologias sociais, ou seja, de novas estratégias, capazes de contribuir para que qualquer escola pública melhorasse seus resultados e, uma vez comprovada a efetividade da proposta, transferi-la para os sistemas públicos.

Portal Brasil, <http://goo.gl/uP4P0s>

Tribunal de Contas, <http://goo.gl/ExztoF> (02/02/2012)

acessados em 23/04/2015

CONVÊNIOS

Convênios são acordos, ajustes ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Marcelo Pollini Venancio, <http://goo.gl/cbAiNs>

acessado em 23/04/2015

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 29

GASTO COM FIES CRESCER 13 VEZES E CHEGA A R\$ 13,4BI, MAS RITMO DE MATRÍCULAS CAI

Enquanto os gastos federais com mensalidades de alunos em universidades privadas por meio do Financiamento Estudantil (Fies) dispararam a partir de 2010, o ritmo de matrículas no ensino superior caiu. Daquele ano até 2014, o custo do programa cresceu 13 vezes – saltou de R\$1,1 bilhão para R\$13,4 bilhões, em valores corrigidos –, mas a média anual de aumento de alunos nas instituições particulares passou de 5%, entre 2003 e 2009, para 3% de 2010 até 2013.

José Roberto de Toledo, Paulo Saldaña, Rodrigo Burgarelli (15/02/2015)
<http://goo.gl/1VYhjm>
acessado em 23/04/2015

Criado em 1999, o Fies teve uma explosão de contratos após mudanças promovidas em 2010 para elevar as matrículas na rede privada, conforme anunciado na época. Os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, o financiamento pôde ser obtido a qualquer momento, a exigência de fiador foi relaxada e o prazo de quitação, alongado.

Levantamento do Estadão Dados, com base em informações do Portal da Transparência e microdados do Censo da Educação Superior, mostra que, desde então, o número de alunos no Fies subiu 448% - de 150 mil, em 2010, para 827 mil em 2013, último ano em que há dados do censo. O total de alunos na rede privada subiu apenas 13% - de 3,9 milhões para 4,4 milhões.

A explicação é que muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a própria mensalidade, mas a entrar no Fies – que, por sua vez, repassa os valores diretamente para as instituições, sem atraso ou inadimplência. Enquanto as empresas têm dinheiro garantido, a dívida fica com o aluno e o risco, com o governo.

A consequência das novas regras foi o forte crescimento nas transferências para grupos de educação. O Kroton-Anhanguera, por exemplo, foi a empresa que mais recebeu pagamentos do governo federal em 2014. Doze mantenedores do grupo receberam juntas mais de R\$2 bilhões – o dobro do que a Embraer, que fabrica aviões militares, e a Odebrecht, responsável por dezenas de obras pelo País.

Outros grupos também figuram entre os líderes de desembolsos do Tesouro em 2014, como a Estácio (R\$683 milhões) e a Unip (R\$390 milhões). O total a mais gasto com o Fies de 2011 a 2014 em relação ao que se gastava antes das mudanças chega a R\$24 bilhões – o suficiente para operar uma instituição do porte da Universidade de São Paulo (USP) no período.

Após a reeleição de Dilma Rousseff, o Ministério de Educação (MEC) decidiu restringir o acesso ao Fies. Agora, os alunos devem obter ao menos 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – antes, bastava ter participado. Segundo a pasta, a mudança tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

☞ QUADRO DE REFERÊNCIA 30

FORA DA ESCOLA NÃO PODE! E NA ESCOLA SEM APRENDER TAMBÉM NÃO PODE!

Segundo o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, estavam fora da escola no Brasil em 2010. Segundo análise feita pelo Fundo das Nações Unidas (Unicef), dentro da iniciativa Fora da Escola Não Pode! – o desafio da exclusão escolar, os grupos mais atingidos pela exclusão são as crianças de 4 e 5 anos (1.154.572), com idade para frequentar a pré-escola, e os adolescentes de 15 a 17 anos (1.725.232), que deveriam estar no ensino médio.

14,6 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos estavam em situação de atraso escolar em 2010, um dos principais fatores que ameaçam a sua permanência na sala de aula.

Em todas as faixas etárias, os mais excluídos são as meninas e os meninos negros, que vivem no campo, em famílias de baixa renda, com pais ou responsáveis com pouca ou nenhuma escolaridade. Também são vítimas da exclusão escolar as crianças e os adolescentes quilombolas, indígenas, com deficiência, em situação de trabalho infantil, que sofrem algum tipo de exploração ou em conflito com a lei.

Fora da Escola Não Pode! (2014)
www.foradaescolanaopode.org.br
acessado em 23/04/2015

CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA



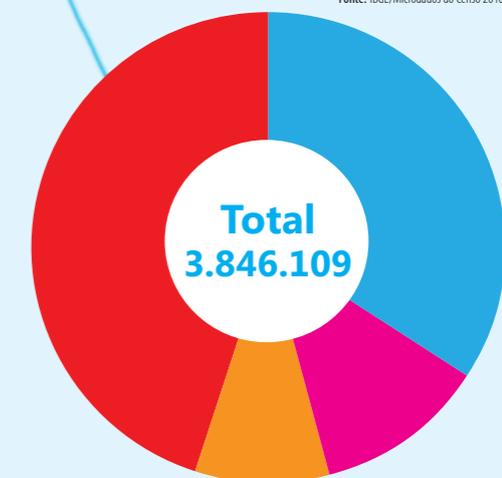
De 4 e 5 anos **1.154.572**

De 6 a 10 anos **439.578**

De 11 a 14 anos **526.727**

De 15 a 17 anos **1.725.232**

Fonte: IBGE/Microdados do Censo 2010



direitos básicos previstos na Constituição. Em alguns Estados, os professores anunciam paralisações. Diante do impasse, milhares de estudantes ficam sem aulas durante quase 60 dias. O Supremo Tribunal Federal finalmente se pronuncia e indefere os pedidos de anulação das reformas.

Está claramente delimitado, hoje, que existe um processo forte de privatização da educação no Brasil, caracterizado pela venda de sistemas de ensino, que tem o seu mercado na própria precariedade dos sistemas públicos.



Veja o quadro de referência 31 (pág. 82)

Com maior capacidade de investimento, esses grupos privados apostam na inovação tecnológica. Equipam as escolas com novas plataformas de ensino, utilizam *softwares* customizados e incentivam o uso de dispositivos móveis no aprendizado dos educandos como uma tentativa de responder às demandas contemporâneas, incorporando a temática das diversidades de forma padronizada. Algumas dessas instituições de ensino são apontadas pela mídia como as “escolas-modelo do futuro”.

Institutos e fundações empresariais buscam replicar as experiências bem-sucedidas das

QUADRO DE REFERÊNCIA 31

A PESO DE OURO

(...) A presença dos sistemas estruturados de ensino não se restringe a escolas particulares; cada vez mais, estão sendo adotados pelas redes municipais, especialmente nas regiões mais ricas do país, como o Estado de São Paulo. Além disso, o modelo começa a ser adotado em grandes grupos de ensino superior. Pesquisa da professora Theresa Adrião, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), indica que o número de prefeituras paulistas que adotam sistemas de ensino aumentou 14 vezes entre 2001 e 2009, saltando de 16 para 225.

Marta Avancini (08/2011)

<http://goo.gl/4EccDf>

acessado em 23/04/2015

Leia o estudo completo **As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?** (Abril/Junho 2012), Theresa Adrião; Teise Garcia; Raquel Borghi; Lisete Arelaro
<http://goo.gl/T9Lbgn>

escolas privadas em algumas instituições públicas de ensino. Eles investem na compra de ferramentas tecnológicas e na capacitação para que os professores da rede consigam tirar o melhor proveito possível dessas plataformas.

Ao mesmo tempo, o chamado ensino multidirecional, apontado como uma evolução da educação a distância, ganha cada vez mais espaço. O modelo envolve momentos presenciais e a distância, utilizando múltiplos recursos de ensino, para a obtenção de melhores resultados de aprendizagem, avaliados, interna e externamente, com o controle de resultados.

O ensino não presencial passa a ser um elemento fundamental para a formação de professores. Por meio de uma iniciativa conjunta entre governo federal, Estados, municípios e universidades particulares são oferecidos cursos a distância subsidiados para professores que não têm graduação ou que têm formação inicial em áreas diferentes.



Veja o quadro de referência 32 (pág. 83)

São criadas políticas de incentivo para levar esses profissionais para regiões mais vulneráveis do país. O objetivo é garantir a oferta de professores para a demanda crescente de escolas, principalmente nas cidades do interior

 QUADRO DE REFERÊNCIA 32

MATRÍCULAS EM CURSOS A DISTÂNCIA CRESCEM 50% EM UM ANO

A Sala de Emprego dessa segunda-feira (28) fala sobre o crescimento do ensino a distância no Brasil. Em um ano houve um aumento de mais de 50% nas matrículas desse tipo de curso. Segundo dados do Censo de 2012, são quase seis milhões de estudantes matriculados em algum curso de educação à distância.

A flexibilidade de horário e o preço mais em conta foram os principais motivos para a escolha do curso.

Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Ensino à Distância mostra que os cursos mais procurados são os de pós-graduação (53%), seguido dos de nível médio profissionalizante (32%) e os de graduação (26%).

As áreas mais buscadas são ciências sociais e educação. As mulheres são maioria nos cursos à distância (51%), metade dos estudantes tem entre 18 e 30 anos e 85% dizem conciliar o estudo com o trabalho.

Jornal Hoje (28/07/2014)
<http://goo.gl/XJb4AS>
acessado em 23/04/2015

de regiões mais pobres, que sofrem com a falta de professores.

Porém, uma pesquisa encomendada pelo governo indica que são poucos os profissionais ligados à educação dispostos a tentar uma carreira nas regiões mais vulneráveis do Brasil. O governo estuda condicionar a assinaturas de convênios com a iniciativa privada ao cumprimento de metas mínimas no preenchimento de vagas nas áreas mais pobres do país. Representantes dos grupos privados resistem e exigem garantias do Estado em casos de operações deficitárias.

Depois de muita negociação, o governo cede. A decisão provoca protestos. Os críticos afirmam que a educação não pode ser gerida apenas seguindo a lógica de mercado e lembram que o acesso ao ensino de qualidade para todos os brasileiros é direito garantido pela Constituição.

Na tentativa de estimular a melhoria de índices de desempenho escolar, em 2017, a maioria das administrações estaduais decide adotar políticas de bonificação salarial para os professores de acordo com os resultados. Pesquisadores e movimentos sociais alertam para os riscos dessas iniciativas. Ressaltam que o desempenho dos alunos nas avaliações depende de inúmeros fatores e possui alta correlação com o nível socioeconômico dos estudantes, e que a avaliação não é o instrumento adequado para aferir a qualidade da prática docente. O alerta não surte efeito, e os governos dos Estados implementam

a política de bonificação.



Veja o quadro de referência 33 (pág. 84)

No fim do mesmo ano, um importante instituto privado brasileiro sem fins lucrativos que atua na área de educação é indicado e vence um prêmio da ONU por promover a melhoria dos índices de aprendizagem em comunidades vulneráveis no interior do país. Os jovens que participam do programa e das atividades desse instituto recebem formação técnica e, quando concluem o processo, são encaminhados para empresas de prestação de serviços e indústrias.

Em 2018, um grande grupo educacional, que conta com aporte de investidores internacionais, promove uma onda de fusões com instituições confessionais e comunitárias do ensino básico.

No fim do ano são realizadas eleições. O novo governo anuncia que pretende incrementar programas e financiamentos que favorecem a formação técnica e profissional dos alunos como um caminho para melhorar a qualidade da mão de obra e tornar o Brasil mais competitivo. O sistema educacional mantido pela indústria se fortalece, e cresce a procura por matrículas.

Em parceria com o governo, institutos empresariais e órgãos de apoio à indústria criam um

 QUADRO DE REFERÊNCIA 33

COM INVESTIMENTO DE R\$ 700 MILHÕES, 255 MIL SERVIDORES RECEBEM BÔNUS DE ATÉ 2,9 SALÁRIOS

(...) Neste ano o cálculo do bônus traz novidades e ganha mais um critério para seu pagamento. Ao cálculo atual, que leva em consideração o desempenho dos alunos da rede estadual no Saesp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e indicadores de aprovação, reprovação e abandono, formando o Idesp, foi acrescentado um índice de nível socioeconômico.

O índice, que varia de 0 a 10, leva em consideração a situação socioeconômica dos estudantes, como renda mensal familiar, casa própria, entre outros. Este fator é acrescido aos atuais índices e multiplicado por aquele que tiver o maior número: o Idesp da escola em relação à rede estadual ou se a unidade alcançou ou não a meta estabelecida. O maior prevalece. É importante ressaltar que se a unidade escolar não atingir sua meta ou obteve uma nota inferior à rede estadual, seus funcionários não têm direito ao bônus por desempenho.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
(28/03/2014)

<http://goo.gl/C83sfG>
acessado em 23/04/2015

fundo especial destinado a financiar iniciativas que buscam selecionar e treinar jovens que tenham vocação para o empreendedorismo. O objetivo, além de apostar na inovação, é aumentar a oferta de vagas no mercado de trabalho em longo prazo.

Em 2020, diante do problema de falta de vagas nas creches públicas, o Ministério Público entra em ação e exige que as administrações municipais e estaduais comprem vagas nas instituições particulares. A medida recebe duras críticas.



Veja o quadro de referência 34 (pág. 85)

A meta de atingir a média 5,5 na nota do Ideb nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio não é atingida em 2022, o que eleva o tom das críticas ao sistema de ensino brasileiro. Como reação inicial ao resultado, o governo federal decide transferir a gestão dos programas de formação de professores a distância para a iniciativa privada. A lei que institui a Base Nacional Comum Curricular é aprovada pelo Congresso e entra em vigor em 2023.

Sob o argumento de que são necessárias soluções que possam atender à demanda do maior número possível de estudantes e de responder à evolução do ensino por meio de plataformas tecnológicas, cresce a oferta de produtos e sistemas de ensino padronizados em larga escala.

Uma *startup* brasileira, considerada uma das principais produtoras mundiais de *games* voltados à educação, e que fornece para escolas em todo o Brasil, é comprada por uma gigante de tecnologia da Ásia.

No ano seguinte, o governo federal assina convênio com uma fundação internacional e financia a distribuição de *softwares* voltados à educação adaptativa, com o objetivo de melhorar a absorção de conteúdo para os alunos.



Veja o quadro de referência 35 (pág. 85)

Em 2025, os centros de excelência, que surgiram quatro décadas antes, ganham grande impulso, principalmente com o investimento maciço realizado pelos principais conglomerados empresariais. Esses centros têm o objetivo de servir como instrumento para que o país consiga atingir o desenvolvimento em áreas vitais do conhecimento produtivo e tecnológico, por meio da integração de especialistas que representam o governo, a universidade e o setor privado.



Veja o quadro de referência 36 (pág. 86)

Em 2026, o Brasil chega à marca de 25% de matrículas subsidiadas em escolas particulares.

Sob o argumento de que o modelo privatizante contribui para o aprofundamento das desigual-

QUADRO DE REFERÊNCIA 34

MINISTÉRIO PÚBLICO ENTRA COM PROCESSO PARA PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS ABRIR MAIS VAGAS EM CRECHES

Uma ação civil pública movida pela Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público pede que a Prefeitura de Florianópolis abra 300 novas vagas nas creches municipais em dois meses e zere a fila de espera até dezembro deste ano. Atualmente, 1.937 crianças de até cinco anos aguardam a oportunidade de se matricular no ensino público.

Segundo a promotora da Infância e Juventude de Florianópolis, Henriqueta Scharf Vieira, a ação faz parte de uma luta antiga para que todas as crianças da cidade tenham direito a creches públicas. Em 2011, um Termo de Ajuste de Conduta obrigava a prefeitura a criar 1.760 vagas até dezembro de 2013. Apenas 1.052 foram abertas e o prazo foi estendido até maio.

Simone Leite, diretora do Observatório da Educação de Florianópolis, explica que mais 1.553 vagas devem ser criadas ainda em 2014— já existe até a previsão de contratação de professores para as novas unidades —, mas acha difícil zerar a fila, como quer o Ministério Público. Segundo ela, a cidade tem muita migração de pessoas de fora, o que dificulta o planejamento. “Por mais que a gente abra vagas, sempre vai ter fila”, diz Simone.

A promotora explica que a ação ainda precisa ser analisada por um juiz para valer oficialmente. Caso a prefeitura descumpra os pedidos feitos pelo Ministério Público, a punição será o pagamento de mensalidades em creches particulares para todas as crianças que esperam vaga.

Hora de Santa Catarina (06/03/2014)

<http://goo.gl/ad6Krz>

acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 35

BILL GATES QUER MELHORAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA

O magnata e filantropo americano Bill Gates afirmou nesta quarta-feira que o caminho para o desenvolvimento da América Latina passa por “ter um melhor sistema de educação pública”, área que quer ajudar a desenvolver ao lado de diferentes parceiros através de sua fundação. “Nos encantaria trabalhar com outros filantropos na região”, disse Gates em entrevista à Agência Efe após inaugurar na cidade mexicana de Texcoco as novas instalações do Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo (CIMMYT), dedicado a pesquisa de produtividade agrícola desde 1966. O fundador da Microsoft explicou que nos países da América Latina “há algumas boas universidades, mas, na média, a educação pública não é o que deveria ser, particularmente na comparação com o Sudeste Asiático”.

Agencia EFE (14/02/2013)

<http://goo.gl/V4sWtJ>

acessado em 23/04/2015

 QUADRO DE REFERÊNCIA 36

GSK E FAPESP ANUNCIAM CRIAÇÃO DE CENTRO DE EXCELÊNCIA EM PESQUISA BÁSICA ORIENTADA

Centro será voltado para o aumento do conhecimento sobre doenças e para o desenvolvimento de fármacos que possam responder a necessidades médicas não atendidas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a GlaxoSmithKline Brasil (GSK) anunciaram nesta terça-feira, 24 de maio, um acordo de cooperação para a criação de um Centro de Excelência em Pesquisa Básica Orientada no Brasil.

O Centro terá por objetivo estimular o avanço da pesquisa básica e o potencial desenvolvimento de fármacos que possam responder a necessidades médicas não atendidas. Serão aplicados recursos para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de doenças respiratórias, doenças metabólicas, imunologia-inflamação e antibacterianos-antivirais.

A iniciativa receberá investimentos igualmente compartilhados entre FAPESP e GSK da ordem de US\$ 1,5 milhão por ano, por um período de 10 anos. Localizado no Estado de São Paulo, o Centro vai desenvolver pesquisa de nível internacional, cuja aplicação será feita a partir do Brasil.

Durante a assinatura do acordo, na sede da Fundação, também foi divulgada uma Chamada de Propostas, dirigida a pesquisadores em universidades e instituições de pesquisa localizadas no Estado de São Paulo, que terão seus projetos de pesquisa avaliados em conjunto pela FAPESP e pela GSK.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (24/09/2014)

<http://www.fapesp.br/8734>
acessado em 23/04/2015

dades sociais e econômicas no país, alguns setores da sociedade, encabeçados por sindicatos, academia, movimentos sociais, entidades estudantis e articulações de rede, realizam uma grande manifestação contra a privatização da educação pública no país. Eles alertam para a restrição de acesso de parcelas da população mais vulneráveis à educação de qualidade e para o problema de financiamento do modelo, com o risco de inadimplência no FIES, ProUni, Pronatec e outros programas do tipo, por parte das famílias mais pobres e, conseqüentemente, do aumento da tensão social que isso pode gerar no país.



Veja o quadro de referência 37 (pág. 87)

Já os defensores do modelo afirmam que a parceria com a iniciativa privada na educação é uma tendência sem volta no mundo inteiro. Apesar das críticas e das reformas no sistema educacional chileno, eles citam o modelo daquele país como um marco na América Latina, ressaltando os avanços nos índices de qualidade no setor, principalmente em comparação a outros países da região. →



Veja o quadro de referência 38 (pág. 88)

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 37

DIANE RAVITCH VOLTA A CRITICAR PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM LIVRO

A tradução do novo livro de Diane Ravitch para o português seria oportuna, dado o atual debate sobre meritocracia na educação brasileira, mais difundido do que nunca no país diante dos protestos de professores à política vigente no Rio de Janeiro. Disponível até agora apenas em inglês, *Reign of error: the hoax of the privatization movement and the danger to America's public schools* (“*Reino do erro: o engano do movimento de desestatização e do perigo para as escolas públicas dos Estados Unidos*”, em tradução livre) procura responder a algumas perguntas sobre os efeitos das reformas empresariais no sistema educacional público dos Estados Unidos. Entre elas, a política de bônus para professores.

As análises de Ravitch, caracterizadas por condenações a testes padronizados, meritocracia e escolas charter, sempre chamam a atenção uma vez que ela já defendeu e trabalhou pelas políticas que hoje critica.

A educação americana está em crise? Qual é a justificativa para as reformas que têm sido promovidas pelo governo federal e adotadas em vários estados? O que deveria ser feito para melhorar as escolas e a vida das crianças? Estas são algumas questões propostas por Ravitch na introdução de *Reign of error* e que são abordadas ao longo de seus 33 capítulos. “*Neste livro, eu mostro que as escolas estão em crise por causa dos persistentes, orquestrados ataques a elas e seus professores e diretores, e ataques a todos os princípios da responsabilidade pública pela educação pública. Esses ataques criam um falso senso de crise e servem aos interesses daqueles que querem privatizar as escolas públicas*”, escreve a pesquisadora, cuja trajetória acadêmica anterior ao seu trabalho no governo federal era dedicada à proposta de um currículo mínimo nacional.

Camila Ploennes (Mosaico-Edição 199)

<http://goo.gl/9fkHOV>

acessado em 23/04/2015

☰ QUADRO DE REFERÊNCIA 38

CHILE SE DIVIDE SOBRE REFORMA EDUCACIONAL

Quatro anos após grandes manifestações tomarem as ruas do Chile, a então reivindicada reforma do sistema educacional enfrenta resistência popular.

No fim de janeiro, o governo aprovou no Congresso uma lei que proíbe as escolas privadas que recebem dinheiro público, chamadas de subvencionadas, de selecionar os alunos. Elas também serão proibidas de lucrar com a atividade. A regra entra em vigor no ano que vem.

Mesmo após a aprovação da primeira parte das mudanças prometidas, metade da população olha o projeto com um pé atrás.

O assunto está empatado na opinião pública: 48% dos chilenos são contra a reforma educacional e 47% a favor, segundo pesquisa mais recente do instituto GFK Adimark, realizada em fevereiro.

As transformações que poderão ocorrer a partir da reforma são a raiz do desacordo. De acordo com analistas, os chilenos desejam uma educação melhor, que reduza a desigualdade social no país, mas não querem colocar em risco os avanços obtidos pela última geração.

O Chile é o país latino-americano com o melhor desempenho no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), da OCDE.

Nos anos 80, ainda sob a ditadura militar, o país criou um sistema em que o governo passou a bancar o ensino de crianças e jovens, não importando se elas estavam matriculadas em escolas públicas ou particulares. O financiamento era feito de acordo com a frequência do aluno.

A mudança provocou uma debandada do sistema público, a cargo dos municípios. De uma cobertura de 80% dos estudantes em 1981, essas escolas atendem hoje a pouco mais de um terço.

Mas isso também produziu uma enorme desigualdade. Para ter acesso às melhores escolas, os alunos passaram a ter que se submeter a seleções rigorosas, além de pagar uma mensalidade adicional.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições
Federais de Ensino Superior (23/03/2015)

<http://goo.gl/G4QXfy>

acessado em 23/04/2015

Hoje temos escolas com uma direção dupla: uma direção administrativa de natureza privada e uma coordenação pedagógica de natureza pública.

No ano seguinte, o novo governo eleito inicia, juntamente com o Congresso, o debate sobre mudanças no Sistema Nacional de Educação, nos mesmos moldes do Sistema Único de Saúde, em que o Estado faz repasses ao setor privado de acordo com o número de pessoas atendidas.

Antes disso, é aprovada pelos parlamentares outra medida considerada polêmica: a emenda constitucional que torna legal a possibilidade de os pais optarem por planejar o ensino das crianças dentro de suas casas, sem a obrigação de enviá-las para a escola. A regulamentação da lei prevê a criação de um sistema em separado, com materiais didáticos e plataformas tecnológicas planejadas especialmente para essa modalidade de ensino.



Veja o quadro de referência 39 (pág. 90)

Em 2032, as escolas estão bem equipadas, com plataformas tecnológicas de ponta e com um ótimo acesso à internet. O modelo de escola não sofre grandes alterações. Os professores estão tecnicamente bem capacitados. Eles atuam

como detentores do conteúdo, e os alunos, como receptores.

O ensino a distância está disseminado tanto em instituições de ensino privado como nas públicas. O conteúdo é dirigido, na maioria dos casos, para uma educação técnica e profissionalizante.

O número de matrículas em creches é de cerca de 50% das crianças na faixa de 0 a 3 anos. A maior parte está concentrada em instituições privadas. A pré-escola está universalizada.

Com melhor capacitação dos jovens para ingressar no mercado de trabalho, o nível geral de renda das famílias brasileiras tem um leve incremento. No *ranking* de educação da Unesco, o Brasil sobe alguns degraus e empata com Chile e Argentina.

A questão da melhor capacitação técnica da mão de obra evolui, mas o país ainda ressent-se de uma formação voltada à inovação, principalmente em áreas essenciais como ciências, engenharia, medicina, entre outras. O êxodo de profissionais para outros centros mundiais cresce. O Estado, em parceria com a iniciativa privada, começa a estudar alternativas para evitar a saída dos “melhores cérebros” do país.

Os avanços conquistados tampouco são suficientes para reduzir as desigualdades. Pelo contrário: a situação da educação no campo e nas comunidades quilombolas e indígenas permanece como uma questão mal resolvida, assim como o acesso à educação nas periferias das grandes cidades. O Brasil é criticado por organizações de direitos humanos por negligenciar a formação dessa parcela da população. Há um aumento da migração para as grandes cidades. ●

 QUADRO DE REFERÊNCIA 39

ENSINAR OS FILHOS EM CASA GANHA FORÇA NO BRASIL E GERA POLÊMICA

Uma nova batalha vem sendo travada dentro e especialmente fora das salas de aula do Brasil. A polêmica gira em torno da chamada educação domiciliar, em que famílias optam por ensinar seus filhos na própria casa e não na escola.

De um lado da trincheira estão pais que defendem o direito de eles próprios – e não o Estado – decidirem como e onde os filhos serão educados. Ao se dizerem insatisfeitos com o sistema educacional do país, eles mostram aprovações dos filhos em exames como o Enem para corroborar a eficácia da educação domiciliar.

No outro lado da disputa estão o governo e alguns juristas alegando que tirar uma criança da escola é ilegal, além de alguns educadores, que criticam a proposta, especialmente com argumento de que essa prática colocaria as crianças em uma bolha.

Mais sedimentado em países como os Estados Unidos, o *homeschooling* (como também é conhecido pela expressão em inglês) vem ganhando fôlego no Brasil. Segundo a Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar), há mil famílias associadas no grupo. Mas Ricardo Iene, cofundador do órgão, calcula que, pela quantidade de e-mails que recebe, sejam mais de 2 mil famílias educando seus filhos em casa no Brasil.

Mariana Della Barba (4/11/2013)

<http://goo.gl/jlLmv4>

acessado em 23/04/2015





CENÁRIO TICO-TICO

DIFERENCIADORES



NARRATIVA

TICO-TICO

No **cenário Tico-Tico**, depois de anos consecutivos de investimento estatal, os indicadores educacionais médios alcançam os patamares projetados. O segundo PNE (2014–2024) tem uma boa parte das suas metas cumprida, o que explica a expectativa crescente de melhorias, mas o investimento público na educação ainda fica abaixo do exigido por lei.

O Brasil consegue diminuir a desigualdade na distribuição de renda. Porém, no espectro mais amplo, as outras desigualdades não sofrem uma redução proporcional.

Na educação, permanecem as “ilhas de excelência,” com a disputa por vagas nas instituições mais reconhecidas. A diferença entre campo e cidade, centro e periferia e as desigualdades de gênero e raça ainda permanecem como desafios que precisam ser superados.

A população negra tem maior acesso à Educação Superior graças ao sucesso da política de ações afirmativas em várias dimensões. No entanto, ainda há desafios a serem superados em relação às taxas de conclusão e às condições de ingresso no mercado de trabalho para essa parcela da população – quadro similar ao das mulheres, que continuam a ganhar menos que os homens.

Ainda que a diferença entre os estados tenha

sofrido uma sensível diminuição em virtude da aplicação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do aumento dos recursos vindos do governo federal, tal quadro não é suficiente para a garantia de uma educação de qualidade para todos. A existência de diferentes patamares permanece.

Para populações negras, pobres, oferecer algo de baixa qualidade é algo naturalizado.

A lógica em voga continua sendo o desenvolvimento econômico. O Estado estimula o consumo como a principal força social agregadora. Em outras palavras: para ser cidadão é preciso consumir.

Há mais crédito e dinheiro circulando e os brasileiros vão às compras. Essa realidade traz a sensação de melhorias no dia a dia das pessoas e o resultado é a fragmentação das agendas, da atuação dos movimentos sociais e dos atores políticos e sociais.

Um dos efeitos colaterais desse quadro é que, embora os espaços de participação da sociedade dentro da escola e nas políticas sejam mantidos, na prática, o grau de efetividade das decisões torna-se muito baixo. Os conselhos escolares, de fiscalização de merenda e de fiscalização do Fundeb ficam esvaziados. →

Outro efeito concreto da manutenção dos padrões de consumo é o aprofundamento da crise ambiental, o que impacta os debates em torno do 3º PNE. A educação recebe a missão de tratar do tema, mas a discussão se restringe ao setor. A lógica dos modos de produção, da distribuição das riquezas, da organização do espaço urbano e do aproveitamento de terras não é alterada.

A presença do Estado nesse cenário permanece sendo perceptível, principalmente com a manutenção das políticas sociais compensatórias. O objetivo primordial é garantir a universalização do direito à educação. Para isso, o Estado trabalha, ao mesmo tempo, em dois eixos paralelos.

Em um deles, define como política para o setor a realização de parcerias com a iniciativa privada. Os sistemas de ensino apostilados passam a ser adotados em larga escala e há um incremento do financiamento de matrículas em escolas privadas. Também há uma tendência de importação de alguns modelos, como as escolas charter.



Veja o quadro de referência 40 e 41 (nesta página)

Na outra ponta, o Estado consolida a tendência da municipalização da educação ao decidir fortalecer a atuação dos consórcios intermunicipais. A intenção é trabalhar de acordo com as

QUADRO DE REFERÊNCIA 40

ESCOLAS CHARTER (EUA)

Escolas charter são escolas públicas geridas por organizações privadas, com ou sem fins lucrativos. Nessa modalidade de parceria público-privada, é estabelecido um contrato de gestão durante um determinado período, cuja renovação está sujeita ao cumprimento de metas educacionais que, em geral, incluem o desempenho de alunos em exames padronizados.

Uma diferença importante em relação às demais escolas públicas é que, como contrapartida à cobrança de resultados, as escolas charter possuem um grau maior de autonomia e de flexibilidade. Isso permite que sejam experimentadas diversas alternativas para melhorar o aprendizado.

Embora existam no Brasil várias experiências de parceria público-privada em educação, não há escolas charter nos moldes americanos. Uma forma de implantar esse modelo seria por meio de contratos de gestão entre o setor público e organizações sociais, nos quais seriam estabelecidas metas de desempenho em troca de maior autonomia, como já existe na área de saúde.

Fernando Veloso (16/10/2010)

<http://goo.gl/XP7lez>

acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 41

GOVERNO ESTUDA REPASSAR OUTRAS ÁREAS DA GESTÃO PARA OS

Depois de repassar a administração dos hospitais da rede estadual de saúde para Organizações Sociais, as chamadas OS, o governador de Goiás, Marconi Perillo, destaca que pretende fazer o mesmo em outras áreas da gestão.

O governador Marconi Perillo foi questionado se a educação seria uma área em que as Organizações Sociais também atuariam. O governador informou que a opinião dele é que sim, mas que não há nada definido sobre o assunto.

Samuel Straiotto (06/01/2015)

<http://goo.gl/GBvEcn>

acessado em 23/04/2015.

realidades de cada região do país, com instrumentos focados na identidade local, na melhoria dos indicadores educacionais e no ensino técnico. Diminuem as dificuldades relativas à baixa capacitação dos corpos técnicos de municípios que ficam mais afastados das principais cidades.

A tecnologia faz parte da estrutura do ambiente de ensino. As escolas estão mais bem equipadas e informatizadas, com laboratórios e dispositivos móveis integrados aos conteúdos das aulas. Contudo, a tecnologia ainda não é encarada como um instrumento de transformação da educação. Ela é utilizada apenas como ferramenta que facilita a saída do jovem dos bancos escolares para ir trabalhar. A maioria prefere cursar Ensino Médio noturno, Educação de Jovens e Adultos – EJA, combinada com educação a distância.

A escola não tem atratividade e centralidade e há pouca motivação da juventude em relação à concepção educacional, que não sofre grandes alterações.

A escola não é prioridade para os jovens. Alguns alunos querem ser independentes e começam a trabalhar muito cedo.

Ainda predomina o modelo tradicional, em que

a escola é uma etapa do percurso das pessoas e não um lugar de descoberta, invenção e formação plena da cidadania. Não há percursos individualizados de aprendizagem e o que predomina é a formação massiva. A preocupação primordial é a inserção no mercado de trabalho, que, por sua vez, está segmentado por níveis de competência e de hierarquia. A prática da professora ou do professor continua sendo a de transmissor do conhecimento. Há pouco estímulo à pesquisa autônoma ou orientada, dificultando a inovação.

A educação com base no respeito à diversidade está presente no discurso, mas sofre resistência e sua efetivação prática é limitada. Contribui para isso a forte influência de grupos conservadores na sociedade, que defendem a manutenção das hierarquias sociais.

Essa posição é endossada pela maior parte da mídia nacional, que valoriza os resultados médios nacionais e naturaliza desigualdades a partir de uma lógica individualista: *“Se você não se esforça, não merece”*.

O país ainda é marcado por sua história escravocrata, o que faz com que a desigualdade seja entendida como natural e quase necessária. Ele naturalizou sua relação com a desigualdade, como necessidade de funcionamento.

Há uma influência cada vez maior de correntes religiosas, que ganham espaço no ambiente político e utilizam desse instrumento para proselitismo e como moeda de negociação. O objetivo é promover uma pauta que tenta neutralizar o avanço de temas considerados polêmicos, sobretudo os direitos sexuais e reprodutivos e a agenda de superação do racismo. Com o respaldo limitado da sociedade, a pauta defendida pelos setores progressistas limita-se à manutenção dos direitos conquistados nas décadas anteriores. O ambiente ideológico se polariza, criando um espaço de tensões permanente.

O desafio de tornar a carreira de professora e professor mais atrativa não é superado. Os estudantes que escolhem o caminho das salas de aula continuam a chegar aos bancos das universidades com consideráveis lacunas em sua formação básica, que tampouco são recuperadas na formação inicial e continuada.

Formação inicial, aliás, que também não tem seus dilemas solucionados. No que diz respeito às licenciaturas, não há uma inflexão para o ensino de didáticas específicas de cada disciplina, desamparando as professoras e os professores em sua ação docente. No que tange aos cursos de pedagogia, persiste a crise de identidade do curso: deles saem educadores polivalentes, gestores escolares e pesquisadores de educação, todos com formação deficiente. As

universidades resistem a alterar seus currículos em direção a uma formação mais próxima das reais necessidades da atuação em sala.

A manutenção dos modelos pedagógicos, a insuficiente valorização das professoras e dos professores e um sistema de avaliação padronizado e de larga escala ajudam a explicar as dificuldades na concretização das mudanças necessárias para que o setor continue avançando.

O resultado é o esgarçamento das relações. As professoras e os professores estão esgotados e tensos. Os alunos aprendem pouco, há uma valorização da certificação em detrimento do conhecimento e da formação, o analfabetismo funcional ainda permanece e a comunidade está cada vez mais afastada das escolas.

Ninguém quer ser professor, pela dificuldade no trabalho. É a terceira profissão mais estressante no Brasil – depois de controlador de voo e segurança pública.

Nesse ambiente em que a educação não oferece caminhos de mobilidade, em que há um estímulo forte ao consumo e em que boa parte da sociedade é influenciada pelos grupos conservadores, os níveis de violência são crescentes. O apoio e a valorização das atitudes competitivas em detrimento das parcerias e da solidariedade

tornam-se mais comuns. Conquistas individuais não se traduzem em ganhos para a coletividade.

Os conflitos de valores e as disputas por terra agravam as tensões no campo e com os povos indígenas.

Todas essas contradições e impasses tornam mais lentos alguns avanços fundamentais na área social, econômica e científica. É uma realidade que imobiliza os setores inovadores da sociedade. Ao mesmo tempo, apresenta uma dinâmica que impede as vertentes conservadoras de ganharem força suficiente para derrotar certas conquistas alcançadas nas últimas décadas. A promessa de um Estado de bem-estar social, assentada nos princípios universais da Constituição de 1988, não se materializa.

COMO O CENÁRIO ACONTECEU

Em 2015, o governo eleito no ano anterior decide realizar ajustes na política econômica para combater os efeitos da crise e do baixo crescimento do PIB. Há uma redução do investimento público e a tentativa de atrair o setor privado como alternativa para garantir, entre outras metas, o cumprimento da Emenda Constitucional 59 (EC 59), que obriga que todos de 4 a 17 anos estejam matriculados na rede de ensino até 2016.

Tem início a regulamentação do PNE, colocando em risco alguns avanços inicialmente obtidos. O Sistema Nacional de Educação (SNE), por exemplo, é regulamentado sem que se aumente de maneira suficiente a participação financeira da União.

Ao mesmo tempo, a regulamentação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) é retardada por conta de divergências entre os entes federados e órgãos governamentais. A sociedade civil resiste, mas a crise econômica e política impede que o tema ganhe força. Governadores e prefeituras reclamam e afirmam que não têm como investir mais na educação para cumprir as metas previstas no PNE.

No fim de 2016, a meta de universalização do acesso à educação, conforme previsto na EC 59, não é alcançada, o que reforça as críticas de vários setores da sociedade, principalmente da mídia em geral, sobre a capacidade de gestão eficiente do Estado em relação às políticas públicas nas áreas sociais.

Em 2018, a Base Nacional Comum Curricular é aprovada com baixa participação e adesão das professoras e dos professores. Esse é um dos motivos pelos quais a proposta não encontra adesão efetiva nas práticas de formação e de sala de aula. Amplia-se a lógica de uma educação instrumental, refletindo em seus conteúdos

a influência de determinados setores religiosos e da iniciativa privada.

Há entidades confessionais que têm um trabalho muito bom e de fronteira. Existem outras que usam os convênios para doutrinação.

O período entre 2019 e 2020 é marcado por medidas e decisões do governo que fragilizam o sistema público de ensino. Uma delas é a retenção de recursos vindos do pré-sal e seu repasse para projetos de parcerias público-privadas (PPPs) como estratégia de urgência para ampliação de matrículas no setor privado, o que é considerado uma derrota pela sociedade civil.

A medida traz o resultado esperado e há um aumento da oferta de vagas da creche ao Ensino Médio, o que é saudado pela sociedade, sem que se questione se as matrículas são públicas ou privadas.



Veja o quadro de referência 42 (nesta página)

Um grande grupo educacional privado anuncia a abertura de unidades escolares voltadas às classes C e D. A estratégia é atender as famílias desde a creche ao Ensino Médio, com mensalidades consideradas populares.

QUADRO DE REFERÊNCIA 42

MATRÍCULAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DIMINUEM DIANTE DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O avanço da privatização na educação já vem sendo anunciado há tempos por matérias da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Pesquisa realizada pelo professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) Nicholas Davies, que avalia a evolução das matrículas no ensino fundamental de 1997 a 2012, bem como a evolução das matrículas na educação básica de 2006 a 2012, com base nos censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que as redes estaduais estão cada vez menores, enquanto as privadas avançam, reforçando essas denúncias. Segundo o pesquisador, é importante notar que, embora o número de matrículas tenha avançado no sistema privado e no municipal, este crescimento não absorve a perda do número de matrículas estaduais. *“De um modo geral, as matrículas públicas caíram. As estaduais caíram praticamente 19,2%, as municipais caíram 8,7%, já as matrículas privadas cresceram 13,3%. Mas o que é importante observar é que o crescimento das privadas não absorveu a queda das demais”, explica.*

Viviane Tavares (13/05/2014)

<http://www.brasildefato.com.br/node/28489>

acessado em 23/04/2015

As primeiras escolas com esse modelo são abertas na periferia de São Paulo. O planejamento do grupo prevê a expansão para o restante do Sudeste em cinco anos. Parte importante do investimento é subsidiada por linhas especiais de crédito do governo.

O baixo investimento em valorização dos profissionais é apontado como um fator de desmotivação para o trabalho pedagógico de qualidade. Os gestores alertam para o risco de apagão de professores no país.

Hoje há um déficit de professores. Metade dele está localizada nas áreas mais estratégicas de que o país precisa: matemática, química, física e biologia.



Veja o quadro de referência 43 (pág. 98) e 44 (pág. 99)

A carreira precisa atrair novos jovens, o que hoje não acontece. Nós vamos ter no futuro um problema sério se não resolvermos isso, porque tem muita gente se aposentando e não temos o número necessário entrando.

Os debates na Conferência Nacional de Educação (CONAE) são marcados pela crítica ao Estado, por sua incapacidade para gerir. O setor

 QUADRO DE REFERÊNCIA 43

AUMENTA O NÚMERO DE PROFESSORES QUE ABANDONAM AS SALAS DE AULA

É uma profissão que todo mundo elogia, todo mundo concorda que é fundamental, mas que tem despertado o interesse de um número cada vez menor de brasileiros.

E um grande desafio: “O apagão já começou há muito tempo. O déficit de professores nas áreas de química, física, matemática e biologia é da ordem de 150 mil professores” conta o diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos.

Aqueles que poderiam ser futuros professores também estão sumindo dos cursos universitários de formação. A desvalorização da profissão é o grande motivo. Para ganhar mais com menos estresse, os professores acabam fora das escolas.

A conclusão é de um pesquisador que cruzou os dados de vagas oferecidas e docentes formados ao longo de duas décadas. O levantamento mostrou que, com exceção da disciplina de Física, o número de docentes formados daria para atender a demanda no país.

“Não faltam professores formados então o que está acontecendo é que essas pessoas se formam e ou não ingressam na profissão ou ingressam e se desestimulam e saem. Enquanto um professor formado em nível superior ganhar metade do que ganha um economista, do que ganha um advogado, do que ganha um jornalista, quer dizer, não tem como atrair a pessoa para a profissão”, afirma o pesquisador da USP Marcelino de Rezende Pinto.

Jornal Nacional (02/02/2015)

<http://goo.gl/7zqdDf>

acessado em 23/04/2015

privado luta para ampliar seu espaço, inclusive com utilização de recursos públicos. Do outro lado, movimentos sociais cobram maior controle social e fiscalização sobre a iniciativa privada para que as contrapartidas sejam cumpridas.

Para os representantes do governo, ceder ao setor privado é um caminho inevitável diante da necessidade de se cumprirem as metas de universalização, melhorar a gestão e os índices de qualidade. O Brasil ultrapassa o índice de 8% de investimento total do PIB em educação, incluindo as PPPs, o que é visto como um avanço importante e com otimismo pela maioria da sociedade.

Ao mesmo tempo, o piso salarial é atingido, mas ainda há grande variação regional e o salário docente não se iguala ao das demais categorias.



Veja o quadro de referência 45 (pág. 99)

A melhoria dos índices em algumas áreas e o aumento do acesso ao consumo transmitem à sociedade uma sensação de avanço do país. Os movimentos sociais encontram-se fragmentados e com as agendas pulverizadas. Em São Paulo, o Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE) lança um manifesto em que denuncia o esvaziamento de estruturas como os conselhos escolares e de fiscalização de

📄 QUADRO DE REFERÊNCIA 44

PESQUISA MOSTRA QUE NÃO FALTA PROFESSOR, MAS INTERESSE DE SEGUIR A CARREIRA

Apesar de haver escolas sem professores no Brasil, o número de licenciados entre 1990 e 2010 seria suficiente para atender à demanda atual por docentes. É o que revela a pesquisa inédita do professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Universidade de São Paulo (USP). Faltam, portanto profissionais interessados em seguir carreira dentro da sala de aula.

O estudo aponta para a necessidade de tornar a profissão mais atrativa e de incentivar a permanência estudantil na área. Isso porque o número de vagas na graduação é três vezes maior que a demanda por professores estimada nas disciplinas da educação básica. Em todas as áreas, só as vagas de graduação nas universidades públicas já seriam suficientes para atender à demanda.

“A grande atratividade de uma carreira é o salário. Mas, além da remuneração, o professor tem um grau de desgaste no exercício profissional muito grande. E isso espanta”, afirma o pesquisador.

Dados recentes mostram que há um deficit nas escolas brasileiras de 170 mil professores apenas nas áreas de Matemática, Física e Química.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, diz que o resultado da pesquisa desconstrói um falso consenso sobre um “apagão”. *“Os dados reforçam que o principal agenda na questão docente é a da valorização”, diz. “Valorização é garantia de boa formação inicial e continuada, salário inicial atraente, política de carreira motivadora e boas condições de trabalho.”*

Paulo Saldaña (31/08/2014), <http://goo.gl/Mzm08V>
acessado em 23/04/2015

📄 QUADRO DE REFERÊNCIA 45

PBH ADOTA SISTEMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E AMPLIA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A Prefeitura de Belo Horizonte, em uma iniciativa inovadora, adotou o sistema de parceria público-privada (PPP) para ampliar a estrutura da rede municipal de educação. Até o final de 2014, Belo Horizonte terá 37 novas unidades escolares, fruto de uma parceria entre a prefeitura e a empresa Odebrecht. O primeiro prédio será entregue no segundo semestre deste ano e abrigará a Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei) do bairro Belmonte, na região Nordeste. Outras 17 obras já estão em andamento. Ao todo, serão construídas, por meio da PPP, 32 Umeis e cinco escolas de Ensino Fundamental, o que representa 14 mil novas vagas na Educação Infantil e 4.800 vagas no Ensino Fundamental. A iniciativa privada será responsável pela construção e gestão dos serviços não pedagógicos, como limpeza, segurança e compra de materiais. O consórcio vencedor terá um contrato longo, entre 30 e 35 anos, para administrar as escolas, tempo suficiente para pagar e remunerar o investimento, que será totalmente feito pela iniciativa privada.

Sala de Notícias (05/08/2013)

<http://goo.gl/kCnq73>

acessado em 23/04/2015

merenda e do Fundeb. O texto faz um chamado à sociedade para que não abra mão do seu direito de participar e de influenciar a qualidade da educação, mas o resultado da iniciativa é inócuo.

Em 2022, o Brasil festeja o bicentenário da independência. Para marcar a data, antes das eleições de outubro, o governo anuncia uma série de medidas na área social. Na educação, o destaque é a aprovação do novo Fundeb, o fundo que financia a Educação Básica no país.

Esse novo fundo é caracterizado pela ampliação das PPPs e da participação da União, em porcentagem ainda considerada insuficiente para responder às demandas do setor.

Às vésperas do 7 de setembro, as centrais sindicais, apoiadas pelos movimentos sociais, organizam grandes manifestações em diversas capitais do país. Eles reclamam da ausência de uma democracia econômica e da forte influência da China na base industrial. Os organizadores das manifestações afirmam que o Brasil perdeu a característica de inovação e que vive apenas a reboque das novidades que vêm de fora.



Veja o quadro de referência 46 (nesta página)

O Ideb é anunciado. O Brasil alcança a média →

QUADRO DE REFERÊNCIA 46

OS CAMINHOS OPOSTOS DA AGRICULTURA E DA INDÚSTRIA

Em três décadas, o Brasil tornou-se o principal fornecedor agrícola do mundo e a participação da indústria no PIB foi reduzida à metade.

Em quatro décadas, a agricultura brasileira passou por uma revolução. No início dos anos 1970, antes do primeiro choque do petróleo, os brasileiros gastavam 40% de seu salário com a compra de alimentos. O arroz na mesa das famílias, de Norte a Sul, vinha das Filipinas, o trigo era comprado da Argentina, embarques de carne bovina chegavam da Austrália todos os meses. Com investimentos em alta tecnologia, principalmente na Embrapa, a abertura da fronteira agrícola no Cerrado e financiamentos, o setor realizou uma virada histórica. Nas últimas duas décadas, cresceu perto de 7% ao ano, prescindiu de subsídios do governo, ampliou a escala e a produtividade com inovações. Responsável por cerca de 30% do PIB brasileiro e 37% dos empregos gerados no País, tornou-se mais competitivo, abastece plenamente o mercado interno, ganha espaço nas gôndolas de supermercados de todo o mundo e tornou-se a principal contribuição positiva da balança comercial nos últimos anos.

Caminho oposto seguiu a indústria de transformação, com peso superior a 30% no PIB no início da década perdida de 1980. Trinta anos depois, sua participação caiu para menos da metade, pressionada pela crise da dívida externa da década de 1980, câmbio valorizado, custos elevados e problemas de infraestrutura e logística. O Brasil continua hoje entre o seleto grupo dos 20 países concentradores de 80% da produção industrial no mundo, mas a fragilidade das suas empresas é cada vez maior, assim como a sua inserção nas cadeias globais de valor.

Roberto Rockmann (13/11/2014)

<http://goo.gl/KwPrVH>

acessado em 23/04/2015

6 nos anos iniciais do Ensino Básico, mas, nos anos finais e no Ensino Médio, a nota fica abaixo da meta. O sistema de educação permanece segmentado e desigual. O relatório indica que a melhoria de desempenho dos alunos ainda está muito concentrada nas regiões mais desenvolvidas do país.

A divulgação do índice é seguida de muitas críticas, principalmente depois do aumento seguido de investimentos dirigidos ao setor. Os partidos de oposição acusam o governo de não ter uma gestão eficiente e de estimular uma política em que o acesso à educação é para todos, mas a qualidade, para poucos.

Trabalhamos com a quantidade em detrimento da qualidade, quando as coisas teriam que caminhar juntas.

Há uma disputa sobre a nova meta do Ideb. Uma boa parte dos educadores passa a defender que a nota 6 deixe de ser a média para ser o piso. A proposta enfrenta resistências dos defensores da política educacional, que pleiteiam um aumento gradual, com o estabelecimento de metas intermediárias.



Veja o quadro de referência 47 (nesta página)

QUADRO DE REFERÊNCIA 47

GOVERNO DISCUTE CRIAR METAS INTERMEDIÁRIAS PARA O IDEB

A secretária da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) diz que o MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) discutem mais metas intermediárias para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo é criar mais passos para estimular escolas e governos municipais e estaduais, tornando as metas mais factíveis. Atualmente o índice é divulgado de dois em dois anos.

“Essa é uma preocupação. A gente às vezes coloca uma meta muito difícil de alcançar, mas, se a gente decompõe em mais passos à parte, conseguimos estimular a gestão da escola, os professores, a comunidade escolar, os secretários municipais e estaduais”, explica. “Não é abrir mão da qualidade de maneira alguma. O que estou dizendo é que temos que encontrar metas intermediárias ano a ano e não aquela meta da década”.

Mariana Tokarnia (23/10/2014)

<http://goo.gl/ee5rhj>
acessado 23/04/2015

Como reação, o governo decide fortalecer a parceria com o setor privado, oferecendo soluções focadas na *performance* dos estudantes, embaladas por uma gestão com ênfase nos resultados. A medida enfrenta muita contestação dos educadores, que organizam paralisações em todo o país. O movimento afirma que a lógica do modelo em curso acabará sendo o aumento da exclusão. A adesão é baixa e, sob fortes críticas, o movimento logo é desmobilizado.

No aniversário de dez anos da Lei das Cotas (Lei 12.711/2012), a avaliação é de que o acesso às universidades melhorou, mas o ingresso no mercado de trabalho ainda é marcado por grande desigualdade. Há um significativo aumento na proporção de estudantes de baixa renda com acesso à educação superior, mas ainda existe uma forte hierarquização da qualidade a que esses estudantes têm acesso.



Veja o quadro de referência 48 (pág. 102)

Depois de debates intensos e de forte pressão dos movimentos sociais negros e estudantis, o governo apresenta proposta para extensão da lei por mais dez anos. A iniciativa é fortemente combatida, mas a nova proporção de cotas é definida em 20%. →

 QUADRO DE REFERÊNCIA 48

AUMENTO DE ACESSO A ENSINO SUPERIOR PARA POPULAÇÃO MAIS POBRE

Entre 2004 e 2013, a proporção de pessoas da faixa etária 25 a 34 anos com ensino superior praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2%. Porém, o percentual é o menor se comparado aos dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No mesmo período, os estudantes que fazem parte dos 20% com os maiores rendimentos (5º quinto) deixaram de ser maioria tanto nas universidades públicas (38,8%) quanto nas particulares (43,0%), aumentando o acesso dos demais estratos de renda, inclusive dos mais pobres, a esse nível de ensino.

Em 2004, apenas 1,4% dos estudantes do ensino superior pertencentes aos 20% com os menores rendimentos (1º quinto) frequentava universidades públicas. Em 2013, essa proporção chegou a 7,2%.

IBGE: Divulgação da Síntese de Indicadores Sociais (SIS): Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2014.

A aprovação da Lei das Cotas para as universidades federais brasileiras foi um marco porque quebra uma história de silenciamento sobre as desigualdades ligadas às diferenças raciais no Brasil.

O novo PNE entra na agenda da CONAE. O diagnóstico é que o plano que se encerra em 2024 cumpriu várias de suas metas, mas sem resolver questões de fundo essenciais, como a desigualdade na educação brasileira.

O debate sobre as metas e sobre a gestão pública do setor gera tensão. Há uma disputa sobre o tamanho que o Estado deve ocupar na educação: ser formulador e gestor ou apenas regulador e avaliador?

Os movimentos sociais voltam a organizar protestos em todo o país, denunciando o que eles classificam como a “crescente privatização da educação pública brasileira” e a manutenção da política de exclusão dos cidadãos e das classes mais vulneráveis.

Em 2024, durante os debates para a formulação do terceiro PNE, embora o tema da desigualdade ocupe um espaço de relevância, seus formuladores, profundamente divididos, não conseguem estabelecer metas que enfrentem o problema.

O contínuo crescimento da migração do campo para as cidades reforça o debate sobre a questão da sustentabilidade. Os centros urbanos de porte médio no interior do país também começam a sofrer com problemas de mobilidade e descarte e tratamento de resíduos.



Veja o quadro de referência 49 (pág. 103)

Estamos vendo um campo cada vez mais esvaziado de jovens e mulheres. Com o deslocamento de jovens do campo para as cidades, para continuarem estudando, esses jovens vão perdendo sua identidade, pois a escola da cidade não trabalha essa identidade. Cada vez menos teremos a dinâmica produtiva do campo alimentada de geração a geração. A agricultura familiar se enfraquece. A escola tem um papel no ciclo de construção desse projeto de campo.



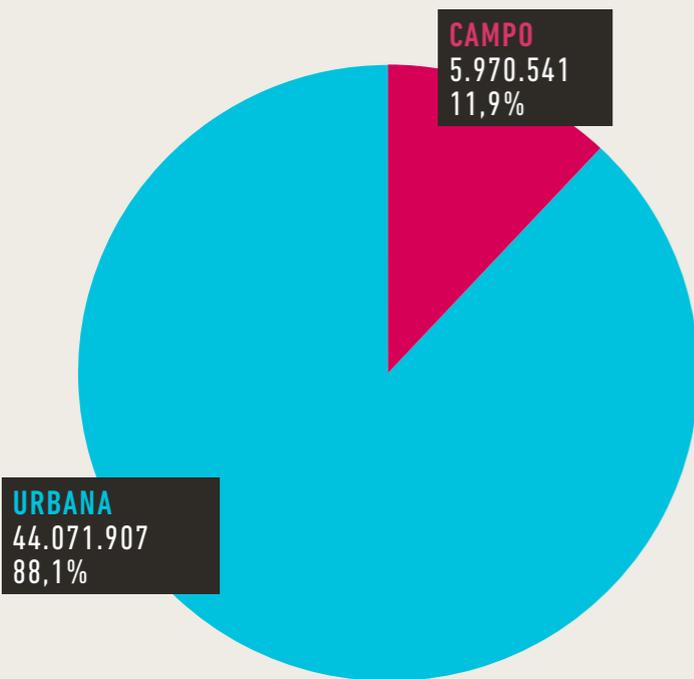
Veja o quadro de referência 50 (pág. 104)

Em grandes cidades, o tema torna-se uma questão emergencial. Em São Paulo, a prefeitura decide ampliar a restrição de veículos na região central e anuncia a criação de pedágios em áreas do centro estendido. →

QUADRO DE REFERÊNCIA 49

MATRÍCULAS NO CAMPO

DOS 50 MILHÕES DE MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO PAÍS, 12% ESTÃO NA ÁREA RURAL, ONDE VIVEM 15% DOS BRASILEIROS



-15%

REDUÇÃO NO NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS ENTRE 2007 E 2013

Entre 2007 e 2013, a população jovem (até 17 anos) em domicílios rurais ficou 17% menor, enquanto o número de matrículas teve redução de 15%.

+33%

AUMENTO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO ENTRE 2007 E 2013

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental concentram a maior parte da redução da Educação Básica no campo, enquanto o número de matrículas no Ensino Médio aumentou 33% em seis anos.

ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (concomitante e subsequente)	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO ESPECIAL	-1,8% foi a queda no total de matrículas entre 2012 e 2013
247.543	33.395	574.843	4.561	6.997.319
252.661	32.678	535.363	4.360	6.820.044
276.361	31.864	532.876	3.476	6.680.375
289.075	34.787	502.978	2.882	6.437.958
315.062	34.443	499.423	2.784	6.293.885
322.479	34.593	471.064	2.361	6.078.829
330.172	31.205	484.950	2.386	5.970.541

Fonte: MEC/Inep/DEED. Microdados do Censo Escolar 2013. Elaboração: Todos Pela Educação Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2015 (págs.40, 41)

3) Educação Especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos. **4) Educação de Jovens e Adultos:** inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial, EJA presencial de nível fundamental Projovem (Urbano) e EJA integrada à educação profissional de nível fundamental e médio.

☒ QUADRO DE REFERÊNCIA 50

A VOZ DO CAMPO

Segundo dados do Censo Escolar Inep/MEC, ao longo da última década, o número de escolas do campo brasileiras sofreu uma redução de 31,46%, ou seja, 32.512 unidades a menos. De 2012 para 2013, o levantamento indicou 3.296 escolas do campo a menos no Brasil.

Em 2013, o Censo Escolar registrou 41.060 escolas com menos de 50 alunos na área rural. Devido à pequena quantidade de estudantes e ao isolamento das unidades, os municípios, responsáveis prioritariamente pela oferta do ensino fundamental, alegam altos custos para a manutenção das escolas do campo. Muitos gestores, então, acabam optando por desativar escolas da zona rural e agrupar os alunos oriundos delas em unidades maiores, geralmente na cidade, disponibilizando o transporte escolar para que percorram os longos trajetos.

Tal processo é conhecido por nucleação – e, para muitos pesquisadores, refere-se mais à

conveniência das administrações do que ao bem-estar do estudante, uma vez que afasta a criança de seu ambiente original e interfere em sua identidade cultural. De acordo com um estudo do Ipea, baseado em análises sobre o Censo Escolar de 2010, cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes se deslocam diariamente do campo até as cidades para estudar. Em razão das grandes distâncias, muitos acabam se mudando para as áreas urbanas a fim de concluir os estudos; outros abandonam a escola.

“O fechamento das escolas do campo tem sido o início do fim das comunidades. Tudo ocorre no entorno da escola e, ao fechá-la, levando os alunos para a nucleação ou para a cidade, as famílias vão junto e a comunidade se dissolve. Em seguida, aquele território vira fazenda”, afirma o educador e filósofo Alceu Zoia, do grupo Múltiplos Olhares Pedagógicos da Educação do Campo (Mopec), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Em meio ao atual cenário de tensões, o entendimento dos municípios tem sido contestado pelo governo federal. Em 27 de abril deste ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.960, que altera o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) e estabelece que, *“antes de fechar escola pública que atenda*

estudantes residentes no campo, o prefeito ou secretário de Educação devem consultar o Conselho Municipal de Educação” – órgão normativo que tem em sua composição representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar.

Mesmo onde há oferta educacional, a realidade é preocupante. Boa parte das 70.816 instituições na área rural registradas em 2013 (uma década antes, eram 103.328) continua sem infraestrutura adequada, biblioteca, internet ou laboratório de ciências. Outro ponto de alerta é a falta de adequação do material didático. Diversas instituições adotam conteúdos, práticas e atividades bastante distantes do universo cotidiano e simbólico dos alunos camponeses, quilombolas ou ribeirinhos.

Maria Fernanda Vomero (07/2014)

<http://goo.gl/TQ4uiA>

acessado em 23/04/2015

O debate esquenta também em âmbito nacional. No Congresso, parlamentares ligados à área ambiental apresentam um projeto de lei que torna obrigatória a coleta seletiva em todos os municípios e que estabelece um período de três anos para que todos se adaptem à nova norma.

O tema também é bastante debatido entre os formuladores do PNE. Depois de muita polêmica, são definidas algumas metas e estratégias importantes relacionadas à sustentabilidade, como: a implantação, em cinco anos, de uma nova concepção curricular para os ensinos Fundamental e Médio que se oriente pela interdisciplinaridade, elegendo como tema integrador a sustentabilidade e a justiça socioambiental. Além disso, define-se um período de dez anos para a formação de professores (inicial, continuada e em caráter permanente) com a intenção de inserir a educação ambiental nas escolas de ensinos Fundamental e Médio como tema integrador de um currículo interdisciplinar.



Veja o quadro de referência 51 (à direita)

Os setores empresariais e industriais de diversas partes do país reagem de maneira mais reticente. Esses organismos opõem-se à proposta da nova legislação e afirmam que faltam investimentos e estrutura suficientes para que a lei possa ser cumprida dentro do prazo previsto.

QUADRO DE REFERÊNCIA 51

PROGRAMA PARA TORNAR ESCOLAS SUSTENTÁVEIS VAI INVESTIR R\$ 100 MILHÕES

No Dia Mundial do Meio Ambiente, o ministro da Educação apresentou na manhã desta quarta-feira, 5, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Sustentável. A proposta do programa é garantir recursos para que as escolas desenvolvam iniciativas voltadas para a sustentabilidade.

O PDDE Escola Sustentável pré-selecionou 10 mil instituições de ensino de 310 municípios em estado de vulnerabilidade ambiental. Essas escolas têm prazo até o dia 30 próximo para formalizar a adesão on-line ao programa, que tem orçamento de R\$ 100 milhões. Segundo o ministro, a educação ambiental é fundamental para o futuro, pois os jovens devem ser conscientizados sobre a necessidade de cuidar e ter atitude de respeito ao meio ambiente. *“Nossa prioridade é trabalhar na prevenção nessas cidades”.*

Ministério da Educação (05/06/2013)

<http://goo.gl/DVPrGM>

acessado em 23/04/2015

Eles defendem um tempo mínimo de sete anos para que todos os municípios se adaptem. Caso contrário, afirmam, *“essa será mais uma lei que não vai pegar no Brasil”.*

Um desafio muito grande que tem entrado na pauta mundial e também na do Brasil é relacionar a educação com o desenvolvimento sustentável. Já tem vários países trabalhando e investindo nisso, e o Brasil ainda está engatinhando nessa questão.

Em 2026, um novo governo é eleito. O novo mandatário promete anunciar um plano de regionalização da educação com foco nas áreas de Educação Básica, Educação Técnica, formação de professores e extensão tecnológica. O apoio aos consórcios intermunicipais e aos Arranjos Produtivos Locais (APL) é a ponta de lança dessa iniciativa.

Mas a promessa não avança. O debate político na área educacional é capturado por uma tentativa de grupos conservadores religiosos de revisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o objetivo de incluir o ensino confessional no currículo das escolas do país. A iniciativa coincide com os 40 anos da chamada “Lei Darcy Ribeiro”, que, entre outras coisas, estabeleceu que o ensino religioso deveria ser opcional, respeitando as preferências manifestadas pelos estudantes ou seus responsáveis. →

Depois de quase um ano de negociações acirradas, os defensores da reforma da LDB recuam diante do compromisso do governo de estudar a criação de um fundo especial de financiamento para as instituições de educação profissional.

Em 2028, que marca os 140 anos da Abolição da Escravatura, duas pesquisas deixam expostas as contradições vividas pelo país. Na primeira, a boa notícia é que, em dez anos, o número de alunos negros que concluem o Ensino Superior aumentou seis vezes em relação às duas décadas anteriores.



Veja o quadro de referência 52 (à direita)

Já o segundo estudo mostra o avanço da violência. O Brasil passa da quarta para a terceira maior taxa de encarceramento no mundo. Mais de seis em cada dez presos são negros. Cresce também a taxa de homicídios. Entre as vítimas, a proporção de negros atinge a casa dos 70%. →



Veja o quadro de referência 53 (à direita)

QUADRO DE REFERÊNCIA 52

EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS POR RAÇA/COR – BRASIL – 2001-2013

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRANCOS	14,4	15,8	17,1	16,5	17,6	19,6	20,2	20,9	21,6	21,4	22,4	23,6
PRETOS	2,2	3,2	4,3	4,7	6,2	6,6	6,4	7,3	7,2	7,8	8,0	10,2
PARDOS	3,5	4,0	4,6	5,1	5,6	6,4	7,1	7,9	8,7	9,6	10,2	11,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015 (pág. 97)

Notas: 4 - As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. 5 - A partir de 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da PNAD. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas a área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos da urbana e rural do Norte. 6 - Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001 - 2009. 7 - As categorias raça/cor - conforme auto-declaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

QUADRO DE REFERÊNCIA 53

NO BRASIL, NEGROS SÃO OS MAIS ENCARCERADOS E A MAIORIA DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

De 2009 a 2013, cresceu o número de homicídios no Brasil, de 44.518 mil para 53.646 mil. Das vítimas fatais do ano passado, 36.479 eram negras. O valor corresponde a exatamente 68% do total. A maioria das vítimas (53,3%) tinha entre 15 e 29 anos e eram homens (93,8%). Os dados apresentados são do 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgado nesta terça-feira (11) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Outro dado apontado pelo relatório é o número de presos no Brasil. Segundo o FBSP, o país já possui 574.207 pessoas encarceradas – cerca de 23 mil a mais que em 2012. Deste total, 307.715 são negros, 61,7% a mais que brancos. A maioria das pessoas – 75% – se encontra privada de sua liberdade por tráfico de drogas e crime contra o patrimônio.

Redação (11/11/2014), <http://goo.gl/dlClUt>
acessado 23/04/2015

A juventude negra está morrendo, ou está sendo aprisionada. Existe um genocídio singular da população negra brasileira e isso tem reflexo na educação, que é preparada para nos considerar como suspeitos, e não como cidadãos. Na escola, a gente tem inúmeros estudos que vão trazer isso à tona, desde a professora em relação ao corpo negro do seu aluno até a forma como a gente é abordado nos livros, nos currículos. O genocídio mental, psíquico, tanto quanto o movido a metralhadora, está aí.

Dois anos depois, o Censo Escolar mostra melhorias na infraestrutura e no emprego de ferramentas tecnológicas. Oito em cada dez escolas do país contam com internet de alta velocidade e dispositivos móveis que auxiliam na transmissão de conteúdos aos educandos.

Praticamente 80% das escolas são de tempo integral. Porém, a qualificação do modelo ainda é um problema. Pais, alunos, pesquisadores e organizações da sociedade civil reclamam que, na maioria dos casos, só houve aumento de carga horária, sem avanços das propostas metodológicas.

A gente não tem mais nenhuma justificativa para estar na escola. Nenhuma. Noventa por cento delas são masmorras. São masmorras dos músculos, do

esqueleto, da psique. Raríssimas escolas ainda apresentam planos pedagógicos valorosos.

Um levantamento sobre a satisfação dos estudantes com suas escolas, realizado nas principais regiões metropolitanas do Brasil por um importante instituto de pesquisa, demonstra que, apesar da melhoria geral dos índices de desempenho, a maioria está desiludida com a falta de avanços na qualificação do ensino e na capacidade do sistema de ensino de se adaptar às mudanças sociais e comportamentais dos jovens.

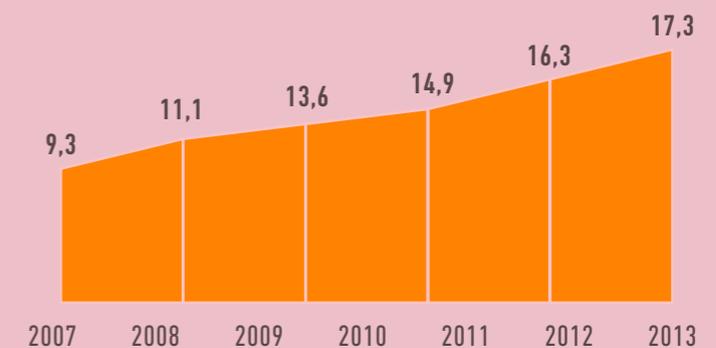
O formato de ensino hoje é chato e entediante. Passamos metade do nosso dia olhando para um quadro e ouvindo a professora. Não é dinâmico. É maçante. O conteúdo não é aprimorado, passado da melhor forma. O que funcionaria melhor no futuro seria acabar de vez com o formato de um atrás do outro olhando para um quadro, como se fosse uma prisão e como se estivéssemos sendo preparados para um trabalho operário. Parece uma indústria formando trabalhadores para o futuro, para concorrer a vagas, concursos. Não se está formando gente, pessoas pensantes, inteligentes, com conhecimento. A estrutura com grades, os horários de entrada e saída são como em uma cadeia, com

pessoas o vigiando o tempo todo. O aluno não tem voz, deve obedecer e fazer o que lhe mandam.

O Censo da Educação Superior aponta que a proporção de homens dentro das universidades caiu. De acordo com os dados do governo, boa parte desse contingente que não passou pelo Ensino Superior fez a escolha por cursos de certificação, como forma de tentar acessar o mercado de trabalho de maneira mais precoce e rápida. →

QUADRO DE REFERÊNCIA 54

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO



Fonte: MEC/Inep/DEED. Sinopse Estatística da Educação Básica. Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015 (pág.91)

Um estudo complementar sobre estatísticas de gênero realizado pelo IBGE indica que, mesmo com um avanço na formação, as mulheres continuam a ganhar menos que os homens que trabalham em funções similares. Embora a diferença tenha caído, ela ainda se encontra em um patamar de mais de 20%.



Veja o quadro de referência 55 (à direita) e 56 (pág. 109)

No fim do ano, um novo governo é eleito com a promessa de realizar profundas reformas na estrutura do Estado. Em 2032, sob o argumento de que é preciso melhorar a competitividade do Brasil, o Palácio do Planalto envia ao Congresso um projeto de Emenda Constitucional que prevê a flexibilização das leis e direitos trabalhistas.



Veja o quadro de referência 57 (pág. 109)

A aprovação do texto em primeiro turno pelos parlamentares gera uma reação em cadeia. Movimentos sociais, estudantes e sindicatos paralisam as principais cidades do país com protestos, alguns deles violentos. O país está dividido e imobilizado. Os defensores da proposta afirmam que é preciso retroceder em algumas áreas para que o Estado possa garantir uma maior democracia econômica a todos os cidadãos.

Depois de muita negociação, chega-se a um acordo. A proposta fica congelada no Congresso. Em troca, o governo apresenta um novo projeto

📄 QUADRO DE REFERÊNCIA 55

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO MOSTRAM COMO AS MULHERES VÊM GANHANDO ESPAÇO NA REALIDADE SOCIOECONÔMICA DO PAÍS - IBGE

Elas estudam mais, mas possuem formação em áreas que auferem menores rendimentos; estão mais presentes no mercado de trabalho, mas continuam ganhando menos e caminham mais lentamente rumo à formalização; ganharam espaço entre os responsáveis pelas famílias e domicílios; e, mesmo entre elas, há importantes diferenciais regionais e de cor ou raça, que reforçam as desigualdades de gênero ainda enfrentadas pelas mulheres no Brasil.

Mulheres possuem formação em áreas que apresentam menores rendimentos

Em 2010, havia um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos de idade, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior

de lei, que inclui a redução de investimentos em algumas áreas sociais. Entre eles, a diminuição dos repasses e do financiamento à educação. ●

nessa faixa etária. Dentro da população total na faixa etária citada, 15,1% das mulheres frequentavam ensino superior contra 11,4% dos homens. Consequentemente, o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens na faixa etária de 25 anos ou mais. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, onde 12,5% das mulheres completaram a graduação contra 9,9% dos homens.

As áreas gerais de formação nas quais as mulheres com 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, “Educação” (83,0%) e “Humanidades e Artes” (74,2%), são justamente aquelas com menor rendimento mensal médio entre as pessoas ocupadas (R\$ 1.811 e R\$ 2.224, respectivamente). O diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, onde as mulheres recebiam 66,3% do rendimento dos homens.

IBGE Sala de Imprensa (31/10/2014)

<http://goo.gl/gXrftj>

acessado em 23/04/2015

QUADRO DE REFERÊNCIA 56

**RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO DAS PESSOAS
DE 18 A 29 ANOS OCUPADAS**

POR RAÇA/COR – BRASIL – 2001–2013

ANO	RENDA MÉDIA TOTAL	RENDA MÉDIA BRANCOS	RENDA MÉDIA PRETOS	RENDA MÉDIA PARDOS
2001	R\$ 793,56	R\$ 979,25	R\$ 611,86	R\$ 572,32
2002	R\$ 765,62	R\$ 952,55	R\$ 621,73	R\$ 548,55
2003	R\$ 713,22	R\$ 885,26	R\$ 573,31	R\$ 519,94
2004	R\$ 712,90	R\$ 884,81	R\$ 587,31	R\$ 527,83
2005	R\$ 761,11	R\$ 933,35	R\$ 669,62	R\$ 575,45
2006	R\$ 810,64	R\$ 996,92	R\$ 683,05	R\$ 615,52
2007	R\$ 860,96	R\$ 1.053,90	R\$ 717,86	R\$ 665,71
2008	R\$ 901,81	R\$ 1.090,77	R\$ 824,20	R\$ 702,13
2009	R\$ 929,29	R\$ 1.117,21	R\$ 797,16	R\$ 739,83
2011	R\$ 1.025,84	R\$ 1.232,16	R\$ 872,52	R\$ 833,74
2012	R\$ 1.076,88	R\$ 1.292,36	R\$ 909,80	R\$ 885,58
2013	R\$ 1.102,34	R\$ 1.308,33	R\$ 996,82	R\$ 913,25

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015 (pág.78)

Notas: 4 - As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. 5 - A partir de 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da PNAD. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas a área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos da urbana e rural do Norte. 6 - Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001 - 2009. 14 - Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionada pelo INPC de setembro de 2013 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupado e com rendimento diferente de zero.

QUADRO DE REFERÊNCIA 57

**PROJETOS NO CONGRESSO
QUESTIONAM DIREITOS
TRABALHISTAS**

No ano em que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completa 70 anos, diversas iniciativas circulam no Congresso Nacional visando a modificar ou mesmo a retirar direitos conquistados pelos trabalhadores. Essas propostas incluem projetos de lei e propostas de modificação de artigos da Constituição que asseguram direitos trabalhistas.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, os trabalhadores têm convivido com o questionamento destas propostas. Os argumentos utilizados são os de que a legislação onera a criação de empregos, devido aos encargos sociais. Mas há também argumentos que defendem o fracionamento das férias, alterações no regime previdenciário e no mecanismo do décimo terceiro salário, entre outros.

Agência Brasil (01/05/2013)

<http://goo.gl/xJHr80>

acessado em 23/04/2015

Capítulo 4

COMO UTILIZAR OS CENÁRIOS?





CAPÍTULO 4

COMO UTILIZAR OS CENÁRIOS?

O sucesso de um cenário ou conjunto de cenários não é avaliado observando se ele aconteceu ou não no futuro, mas se influenciou positivamente as estratégias e as escolhas de hoje. Às vezes o cenário mais significativo pode ser aquele que conseguimos evitar. Ao desenvolver os cenários, criamos uma linguagem comum que nos permite conversar sobre os desafios que o futuro apresenta. A partir disso, podemos fazer escolhas e conexões estratégicas que permitam influenciar o futuro.

Cenários podem desempenhar uma função importante no planejamento e na formulação de estratégias, na tomada de decisões e na contribuição para o debate público por meio de diálogos neles embasados. O objetivo desses diálogos é usar os cenários para descobrir o que pode e deve ser feito. Os diálogos mais frutíferos incluem um grupo representativo de atores interessados e influentes no campo (podem ser nacional, regional, municipal ou em uma escola ou grupo de escolas numa região). A diversidade é importante – não apenas com amigos e colegas, mas também com estranhos e adversários.

Para que esses cenários sejam úteis, é fundamental, então, refletir e dialogar sobre eles. Essa reflexão pode ser individual ou coletiva, presencial ou virtual. Esperamos que este exercício coletivo contribua para enriquecer e estimular o debate público em diferentes lugares – das escolas e comunidades à sociedade em geral – sobre a educação básica brasileira para além das questões, das possibilidades e, inclusive, dos cenários que foram elaborados por esse grupo de pessoas neste momento no país.



OS 4 PASSOS-CHAVE PARA O DIÁLOGO EMBASADO NOS CENÁRIOS

Os encontros presenciais de reflexão podem reunir desde quatro a centenas de pessoas. O local ideal deve ter cadeiras soltas suficientes, um projetor e computador, som, flipchart e marcadores, mas adaptações são possíveis.

1

Os cenários são apresentados por meio de texto, apresentação de slides, relatos ou vídeo, e o grupo reflete sobre a questão:

Quais sinais percebo atualmente que se configuram como indícios de que um ou mais dos cenários está se materializando?

2

Para cada cenário o grupo aborda a seguinte questão:

Se este cenário ocorrer, qual o seu significado para nós?

e analisa as **oportunidades** e os **desafios** para o país e/ou para a organização representados pelo cenário.

3

O grupo trata da questão:

Se este cenário ocorrer, o que podemos fazer? Quais são nossas opções? O que posso fazer para me preparar para esses futuros?

4

O grupo volta ao presente e considera a questão:

Dados esses futuros possíveis, qual é nosso passo seguinte? O que podemos fazer para influenciar esses futuros? Que desafios e escolhas eu encaro, olhando para esses futuros possíveis?

Para finalizar o grupo pode refletir sobre a seguinte questão: **“O que estou enxergando agora que não enxergava antes?”**.

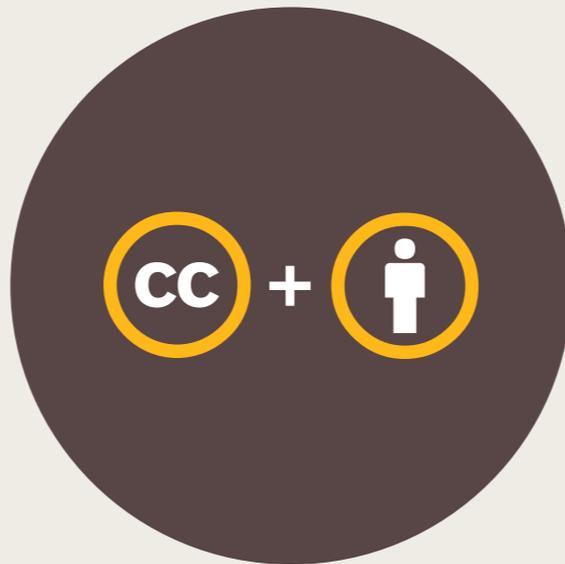


DONWLOADS, INFORMAÇÕES E USO DOS MATERIAIS



No site do projeto oferecemos materiais de apresentação, uma orientação completa para a facilitação de encontros de reflexão sobre os cenários e links para contribuir com suas reflexões e ideias em nossa página no Facebook.

www.cenarioseducacao2032.org.br
www.facebook.com/cenarioseducacao2032



Todos os materiais do projeto estão sob a licença CC BY (creative commons – atribuição), isto é, podem ser reproduzidos livremente, citando a fonte Reos Partners Inc.

Saiba mais sobre a licença:
https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR



Destacamos que o propósito da reflexão estruturada sobre os cenários não é chegar a um consenso sobre o que vai acontecer. O objetivo é engajar uma diversidade de atores e usar os cenários para contribuir para o debate público, informar e inspirar estratégias individuais e coletivas, iluminar caminhos possíveis e esclarecer passos futuros.

Capítulo 5

PARTICIPANTES, FINANCIADORES E PARCEIROS

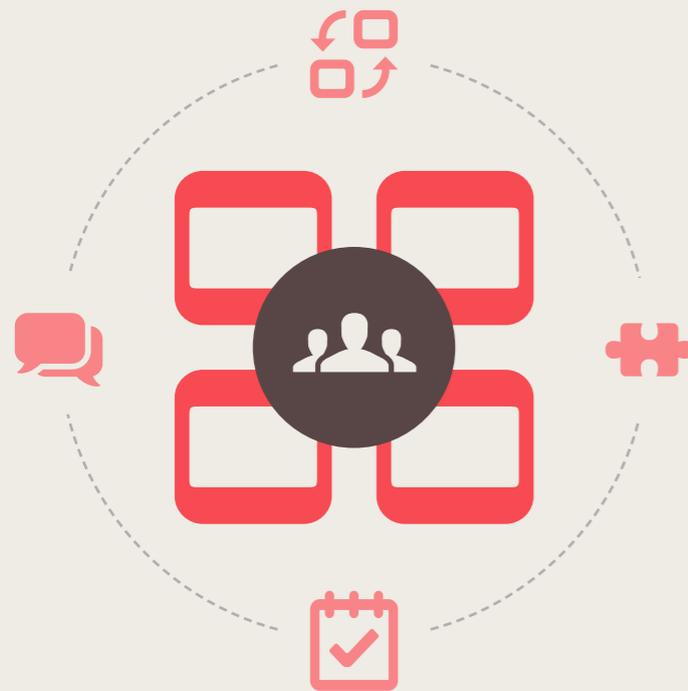


Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil



CAPÍTULO 5

PARTICIPANTES E FINANCIADORES

CONVOCADORES



FINANCIADORES



A EQUIPE DE CENÁRIOS

A Equipe de Cenários é composta por líderes do campo da educação no Brasil. Individualmente, são profissionais respeitados em suas áreas de atuação. Como equipe, contribuíram com seus pontos de vista embasados na vasta experiência. Esta lista representa não um consenso sobre direcionamentos implícitos para a Educação Básica no Brasil, mas um grupo de pessoas engajadas e comprometidas que trabalharam em conjunto, na esperança de que esses cenários pudessem contribuir para o debate público e estimular um diálogo que ajudaria o Brasil a avançar com relação à Educação Básica. Este documento não reflete a opinião individual dos membros da equipe de cenários, nem das instituições em que atuam.

AMARILDO REINO DE LIMA

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

ANA CAROLINA VILLARES BARRAL VILLAS BOAS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

ANA VALESKA AMARAL GOMES

Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa na área XV–Educação, Cultura e Desporto

ANALISE DE JESUS DA SILVA

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (NEJA/FAE/UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais

ANDRE DEGENSZAJN

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil)

ANDRÉ GRAVATÁ

Coletivo Educação e Movimento Entusiasmo

ANDREA DO ROCIO CALDAS

Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná

ANNA HELENA ALTENFELDER

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)

ANNA PENIDO

Inspirare

BETO DE JESUS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)

CLEUZA RODRIGUES REPULHO

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo

CYBELE AMADO DE OLIVEIRA

Instituto Chapada de Educação (ICEP)

DANIEL CARA

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

DENISE CARREIRA

Ação Educativa

ELIENE NOVAES ROCHA

Universidade de Brasília

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica

GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO

Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas (FOREEIA), Universidade Federal do Amazonas

IANA MALLMANN

Centro de Ensino Médio Asa Norte – CEAN (formado em 2014), Projeto Onda – INESC

ISABEL CRISTINA SANTANA

Fundação Itaú Social

JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto–USP

KEILA LEITE CHAVES

Centro de Apoio a Mães de Portadores de Eficiência (CAMPE)

KEZIA ADRIANA DE ARAÚJO ALVES

Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE)

LARISSA GOMES CARNEIRO BORGES

Escola Prof. Vanderlan Sampaio do município de Mundo Novo, Bahia

MADALENA GUASCO PEIXOTO

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

MÁRCIA ROBERTO DA SILVA

Ginásio Experimental de Novas Tecnologias Educacionais (GENTE) Escola Municipal André Urani (2012-2014)

MARIA DE SALETE LACERDA ALMEIDA E SILVA

UNICEF (2007-2014)

MARIA GABRIELLA BIGHETTI THOMAZ DA SILVA

Fundação Telefônica Vivo

MARIA LUCIA MEIRELLES REIS

Todos Pela Educação

PATRICIA MARIA DE SOUZA SANTANA

Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Minas Gerais e Programa Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais

PATRICIA MONTEIRO LACERDA

Instituto C&A

PAULA LOUZANO

Universidade de São Paulo (USP)

PAULO DE SENA MARTINS

Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa na área XV-Educação, Cultura e Desporto

PRISCILA GONSALES

Educadigital

RACHEL TRAJBER

Cemaden- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais/MCTI.

REGINA LÚCIA POPPA SCARPA

Fundação Victor Civita (2006-2014)

RICARDO HENRIQUES

Instituto Unibanco

RITA DE CÁSSIA FREITAS COELHO

Secretaria da Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) – Educação Infantil

RODRIGO HÜBNER MENDES

Instituto Rodrigo Mendes

SALOMÃO BARROS XIMENES

Ação Educativa

WALISSON LOPES

Escola Centro Educacional 04 do Guará, DF (formado em 2014), Projeto Onda - INESC e Projeto OCA DF – Observatório da Criança e do Adolescente

OS ENTREVISTADOS

ALLAN DA ROSA

ativismo em Educação Popular

ANDREA BERGAMASCHI

Todos Pela Educação (2010 – 2014)

ANTONIO GOIS

jornal O Globo

ARNOBIO (BINHO) MARQUES

*Secretaria de Articulação com os
Sistemas de Ensino (SASE)*

BÁRBARA MELO

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

BERNADETE GATTI

Fundação Carlos Chagas.

BIANCA SANTANA

Casa de Cultura Digital

CARLOS ABICALIL

Senado Federal

CARLOS JAMIL CURY

*Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais (PUC-MG)*

CARMEN NEVES

*Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES)*

CRISTOVAM BUARQUE

Senado Federal

DORINHA REZENDE

Câmara dos Deputados

EDUARDO DESCHAMPS

*Conselho Nacional de Secretários de
Educação (CONSED), Secretaria Estadual
de Educação, Santa Catarina*

EMERSON CASTRO

Secretaria Estadual de Educação, Rondônia

GILVÂNIA NASCIMENTO

*União dos Conselhos Municipais
de Educação (UNCME)*

GUIOMAR NAMO DE MELO

Escola Brasileira de Professores (EBRAP)

JOLÚZIA BATISTA

Movimento Estratégico Estado Laico (MEEL)

JOSÉ FRANCISCO SOARES

*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*

LUIZ RAIMUNDO ARAÚJO

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

MACAÉ MARIA EVARISTO

*Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,
Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)*

MARIA ALICE SETUBAL

*Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura
e Ação Comunitária (Cenpec), Fundação Tide Setubal*

MARIA BEATRIZ LUCE

*Secretaria da Educação Básica (SEB)
do Ministério da Educação/MEC*

MARIA REBECA OTERO

UNESCO

MOZART RAMOS*Instituto Ayrton Senna***NAÉRCIO MENEZES FILHO***Inspira***NINA BEATRIZ STOCCO RANIERI***Universidade de São Paulo (USP), Conselho Estadual de Educação (CEE)***PILAR LACERDA***Fundação SM/Brasil***PRISCILA CRUZ***Todos Pela Educação***ROBERTO FRANKLIN LEÃO***Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)***SIBELI LOPES***Escola Estadual Luiza Nunes Bezerra***SUSAN ANDREWS***Instituto Visão de Futuro***Equipe Instituto Reos**

CHRISTEL SCHOLTEN

DANIELA FERRAZ

DANIELA SANTOS

GEORGE STEIN

LUCIANA ABRAHAMSSON

MARIANA MIRANDA

MILLE BOJER

TIÊ FRANCO BROTTTO

Editor dos cenários

JACQUES SCHOP

Revisão jornalística

ELISÂNGELA FERNANDES

*Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).***Parceiro de Avaliação**

DANIEL BRANDÃO E WALQUIRIA TIBURCIO

*Move - Avaliação e Estratégia em Desenvolvimento Social***Projeto gráfico**

FABIO ISSAO

*fabioissao.com***Ilustrações**

TAO CRIATIVO

taocriativo.com.br

Anexo

GLOSSÁRIO E FONTES



Cenários

Transformadores

para a Educação

Básica no Brasil

ANEXO 1

GLOSSÁRIO

ALUNO – Pessoa matriculada que frequenta a escola no Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio). O mesmo que educando.

ARRANJOS EDUCATIVOS LOCAIS – São conjuntos constituídos por pessoas e representantes de organizações de diferentes setores da sociedade, que se agrupam criando ambientes favoráveis às interações educativas, para o desenvolvimento local – tanto do território quanto dos sujeitos que nele habitam.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – É o conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro deve aprender a cada etapa da Educação Básica. (v págs. 33, 36, 40, 42, 50, 52, 54, 65, 66, 84, 96)

CAQI - CUSTO ALUNO QUALIDADE INICIAL – Índice que referencia o investimento público em Educação com base em critérios que assegurem condições iniciais para uma Educação de qualidade, tais como número e remuneração de professores, corpo técnico, infraestrutura e outros.

CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS – É um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade

internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS – São habilidades que você pode aprender; são habilidades que você pode praticar; e são habilidades que você pode ensinar.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) – Espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional.

CONSELHO ESCOLAR – São órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) – Órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, cabendo-lhe, segundo suas atribuições legais, formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da socie-

dade no aprimoramento da educação brasileira.

CONVÊNIOS – São acordos, ajustes ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

DESESCOLARIZAÇÃO – O ensino dentro de casa, sem a obrigatoriedade de a criança frequentar a escola).

DESIGUALDADE – Deve se considerar todas as dimensões da desigualdade que foram construídas ao longo da história da humanidade e da história do Brasil. No cotidiano, elas se traduzem em desigualdades de acesso a recursos, a oportunidades, a saberes e ao poder formal. Essas dimensões são: desigualdade de gênero, desigualdade de raça, desigualdade regional, desigualdade entre campo e cidade, desigualdade entre heterossexuais, gays e lésbicas e desigualdades entre gente de diferente idade: criança, adolescente, jovens, adultos e idosos.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE – Condição do aluno que cursa determinado ano com idade superior à recomendada. Considera-se que o aluno está defasado se ele tem dois anos a mais que a idade adequada para o ano. O mesmo que “defasagem idade-série”.

DIVERSIDADE – É um dos princípios básicos de cidadania e representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) – Educação a distância é o processo de ensino, mediado por tecnologias, por meio do qual formadores e alunos, fisicamente separados, desenvolvem atividades educativas.

EDUCAÇÃO BÁSICA – Segundo a lei, a Educação Básica é composta pelas etapas da Educação Infantil (creche e pré-escola) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, além das modalidades da Educação Especial, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação do Campo e Educação à Distância.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) – Modalidade de Educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio quando eram

crianças e adolescentes, habilitando o educando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (LDB, art. 37).

EDUCAÇÃO ESPECIAL – Modalidade de Educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (LDB, art. 58, parágrafos 1º e 2º).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – Atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Na concepção da Educação inclusiva, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais; escolas e sistemas de Educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos, com ou sem deficiência ou necessidade especial. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, 2006, adotada pelo Brasil em 2007).

EDUCAÇÃO POPULAR – É uma concepção prática/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL – Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

ESCOLAS CHARTER – São escolas públicas geridas por organizações privadas, com ou sem fins lucrativos. Nessa modalidade de parceria público-privada, é estabelecido um contrato de gestão durante um determinado período, cuja renovação está sujeita ao cumprimento de metas educacionais que, em geral, incluem o desempenho de alunos em exames padronizados.

Uma diferença importante em relação às demais escolas públicas é que, como contrapartida à cobrança de resultados, as escolas charter possuem um grau maior de autonomia e de flexibilidade. Isso permite que sejam experimentadas diversas alternativas para melhorar o aprendizado.

EVASÃO – Condição do aluno que, matriculado em determinado ano, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) – Criado em 1998, é uma avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) – É um espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae 2010). Ele é composto por 50 entidades representantes da sociedade civil e do poder público.

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES) – É um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes

matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB)

– Criado pela EC 53/06, em substituição ao Fundef, com vigência para o período 2007-2020, com implantação gradativa entre 2007 e 2009, quanto aos novos recursos e matrículas. Regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Entre suas características, estão: natureza contábil e âmbito estadual, complementação da União às unidades da federação com valor por aluno/ano inferior ao mínimo nacional, e subvinculação de no mínimo 60% de cada Fundo ao pagamento dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício.

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF)

– Criado pela EC 14/96 e vigente entre 1998 e 2006, regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e Decreto nº 2.264/97. Três modificações no financiamento da Educação Básica pública: 1ª) sub vinculou ao financiamento do Ensino Fundamental 60% dos 25% de MDE ou (15% do total) dos Estados, DF e municípios; 2ª) criou um fundo de natureza contábil, com automaticidade nos repasses dos

recursos, de âmbito estadual (um fundo por estado e DF, num total de 27 fundos), constituído pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI-Exp) e Lei Kandir, promovendo a redistribuição dos recursos do Fundef no interior de cada unidade federada entre os governos estadual e municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino; e 3ª) sub vinculou no mínimo 60% das receitas do Fundo em cada ente federado à remuneração dos profissionais do magistério no exercício de suas atividades. Assegurou complementação financeira da União aos Estados com valor por aluno/ano inferior ao mínimo fixado nacionalmente.

GESTÃO DEMOCRÁTICA – Pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja no que diz respeito à construção do projeto e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática.

HABILIDADES PARA TAREFAS DO DIA A DIA – As

Habilidades para tarefas do dia-a-dia podem ser divididas em três grupos: Pessoal, esta relacionada à como o indivíduo come, se veste, e pratica higiene pessoal; Doméstica, esta relacionada à quais tarefas domésticas o indivíduo executa; e Comunidade, esta relacionada à como o indivíduo usa o tempo, dinheiro, o telefone, o computador, e suas habilidades no trabalho.

HABILIDADE SOCIAL – Conjunto de classes de comportamentos sociais existentes no repertório do indivíduo que o possibilita ou capacita a lidar com as demandas das situações interpessoais.

IGUALDADE – O princípio da igualdade ou da isonomia tem previsão expressa na Constituição em seu artigo 5º, caput (“todos são iguais perante a lei”) e no mesmo artigo inciso I (“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”). Este princípio estabelece que os iguais devem ser tratados de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida em que se desigalam.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep no Saeb, para as unidades da federação e para o país, e na

Prova Brasil, para os municípios.

OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS – Designa diferentes recursos digitais que possam ser usados para apoiar e estimular a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações, sites, programas. Têm como característica o fato de serem utilizáveis em diferentes contextos de ensino.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) – É um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) – É um contrato de prestação de obras ou serviços não inferior a R\$ 20 milhões, com duração mínima de 5 e no máximo 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal. O agente privado é remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de tarifas cobradas dos usuários dos serviços mais recursos públicos. As parcerias público-privadas (PPP) na educação no Brasil vêm assumindo múltiplas e criativas formas que incluem, por exemplo, a oferta de vouchers para que os melhores alunos de escolas públicas tenham acesso a escolas particulares de alta qualidade. Outra modalidade é o da criação

de escolas modelo, como nas experiências da Embraer, em São José dos Campos, e da Oi, com o Nave, no Rio de Janeiro. Outra possibilidade de PPP na educação seria a de uma organização da sociedade civil funcionar como laboratório para a concepção e validação de tecnologias sociais, ou seja, de novas estratégias, capazes de contribuir para que qualquer escola pública melhorasse seus resultados e, uma vez comprovada a efetividade da proposta, transferi-la para os sistemas públicos.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) – O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), introduzido pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos Estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, sobretudo da Educação Básica pública, como o Plano de Ações Articuladas (PAR).

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – É uma lei ordinária (Lei 13.005/2014) que terá vigência de dez anos a partir de 26/06/2014, data em que foi sancionada pela presidência da república, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação. A existência do PNE é determinada pelo artigo 214 da Constituição Federal.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) – A soma de

todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região ou país. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) – Criado em 1995, hoje regulado pela Lei nº 11.947/09. É o programa que coordena o repasse de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, de acordo com o número de alunos do Censo Escolar do ano anterior.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA) – Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes da faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países; aplicado a cada três anos, desde 2000, em Leitura, Matemática e Ciências, a cada edição, com uma ênfase.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) – Criado em 2004, institucionalizado pela Lei nº 11.096/05. Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em institui-

ções privadas de Educação Superior, as quais, em contrapartida, recebem isenção de alguns tributos federais. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos.

PRONATEC – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o Senai, Senat, Senac e Senar. A partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

PROVA BRASIL – Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º

anos do ensino fundamental da rede pública, tem como foco a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. Oferece resultados por escola, município, unidade da federação e país, utilizados no cálculo do Ideb.

REDE – Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

SISTEMA DE ENSINO – Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) – Avaliação, em caráter amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (Estados e Distrito Federal); é aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva (CF, art. 214, caput, redação da EC 59/09, e LDB, art. 8º, § 1º).

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) – O termo TICs refere-se a tecnologias digitais que se constituem em meios de acesso, de transformação, de produção e de comunicação de informação e de novos conhecimentos.

ANEXO 2

FONTES

<http://www.unesp.br/portal#!/uab/cursos-de-extensao-universitaria/educacao-para-a-diversidade-e-cidadania/>

Anuário Brasileiro de Educação de Educação Básica 2014

Educação Pública de qualidade: quanto custa esse direito

<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/21854/conceito-de-igualdade#ixzz3LglxHOQV>

<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=385>

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>

<http://basenacionalcomum.org.br/>

http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57

<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>

<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/parceria-publico-privada-ppp>

http://www.oim.tmbrasil.org.br/?pagina=detalhe_noticia¬icia_id=33632

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6432

<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/Marco-deReferencia.pdf>

<http://fne.mec.gov.br/o-forum>

<http://www.forumeja.org.br>



Este documento está licenciado pela **ReosPartners Inc.** sob os termos de uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-ShareAlike 4.0 Licença Internacional. Isso significa que os leitores e usuários podem compartilhar e usar nossos materiais sempre e quando outorguem a ReosPartners Inc. o devido crédito. Este documento não pode ser utilizado para fins comerciais. Veja mais em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>